

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

MIRIAN APARECIDA DEBONI

**O PAPEL DAS ACADEMIAS DE LETRAS NA FORMAÇÃO E
CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE LITERÁRIA NO TOCANTINS**

Niterói

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MIRIAN APARECIDA DEBONI

**O PAPEL DAS ACADEMIAS DE LETRAS NA FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO
DA ATIVIDADE LITERÁRIA NO TOCANTINS**

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora. Área de concentração: Estudos de Literatura.

Orientador: Profa. Dra. CELIA DE MORAES REGO PEDROSA

Niterói

2007

MIRIAN APARECIDA DEBONI

O PAPEL DAS ACADEMIAS DE LETRAS NA FORMAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA
ATIVIDADE LITERÁRIA NO TOCANTINS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Letras da Universidade Federal Fluminense, como
requisito parcial para obtenção do Grau de Doutora.
Área de concentração: Estudos de Literatura.

Aprovada em novembro de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Celia de Moraes Rego Pedrosa - Orientadora
UFF

Profa. Dra. Ceila Martins
UFF

Prof. Dr. José Luís Jobim
UFF/UERJ

Prof. Dr. Roberto Acízelo Quelha de Souza
UERJ

Profa. Dra. Goiandira Ortiz
UFG

Prof. Dr. Paulo Bezerra
UFF

Prof. Dr. Paulo H. Britto
PUC

Niterói
2007

AGRADECIMENTOS

Diante da tese concluída, vejo como foi difícil a sua finalização. Não digo somente pelo esforço que um doutorado exige, mas também pelo fato de morar no Tocantins e ficar tão distante do Rio de Janeiro e da UFF. Porém, diante da tarefa cumprida, vejo como foram inúmeras as pessoas que conheci por esses caminhos e que me ajudaram nesse trabalho, seja no Tocantins, local de origem, seja no Rio, local de destino, às quais eu agradeço agora.

Nesse momento, agradeço, a você, meu bom Deus, pela graça a mim concedida de desenvolver tal trabalho.

À minha orientadora, professora Celia Pedrosa, pela suas orientações cuidadosas, minuciosas e rigorosas e, sobretudo, pela confiança e oportunidade de desenvolver tal trabalho. Obrigada, Celia, pela orientação e confiança, sem as quais essa tese não seria realizada.

Aos amigos que conquistei no Tocantins: Martha, Euzamar, Roberta, Glauco, Rosa, Marisete, Elistênia, Luiza, Aroldo, Jaqueline e sua família, os quais abriram as portas de suas casas para mim. Às minhas amigas Hebe e Luiza, pela leitura do texto.

À Micheli, Márcio e Lú, pelo aconchego do lar a mim cedido nos momentos em que estive no Rio de Janeiro.

Aos presidentes das Academias de Letras do Tocantins, Isabel Dias Neves e Zacarias Martins, em especial, ao professor José Francisco da Silva Concesso.

À FECOLINAS – Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas do Tocantins e, mais especificamente, à direção e coordenação do curso de Letras da FIESC – Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas do Tocantins e ao curso de Administração da FACDO – Faculdade Católica Dom Orione, locais onde trabalho, pela viabilidade técnica para a execução dessa tese. Agradeço ainda às professoras Aurélia, Joana e Elistênia, pela facilidade nas trocas dos horários de aula durante as semanas em que estive no Rio para encontro com minha orientadora, bem como aos demais professores e ao funcionário Fabio, do CPD, Centro de Processamento de Dados da FIESC. À profa. Viviane pela ajuda na fase de impressão do trabalho.

Aos funcionários da UFF, Nelma e Tânia, pelas orientações quanto às questões técnicas do doutorado.

E, por fim, a minha família que, mesmo estando em São Paulo, eu creio que esteve aflita por mim.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	8
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONTEXTO LITERÁRIO NO TOCANTINS.....	12
1.1 – O contexto histórico da criação do estado do Tocantins: discurso histórico oficial e identidade tocaninense.....	12
1.2 –A vida social e cultural e a atividade literária no Tocantins.....	30
CAPÍTULO II – AS ACADEMIAS DE LETRAS NA CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE LITERÁRIA NO TOCANTINS.....	54
2.1 – Breves considerações históricas acerca do caráter político e literário das Academias de Letras no Brasil.....	54
2.2–As Academias de Letras no Tocantins.....	60
2.2.1. – A função das Academias de Letras na formação e organização da atividade literária no Tocantins.....	63
CAPÍTULO III - O REGIONALISMO E A BUSCA PELA PROJEÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS.....	73
CAPÍTULO IV – A PRODUÇÃO POÉTICA NAS ACADEMIAS DE LETRAS NO TOCANTINS.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
OBRAS CITADAS.....	118
ANEXOS	125

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo verificar os mecanismos responsáveis pelo fazer literário no Estado do Tocantins. Da análise desse contexto, chegou-se à conclusão de que a literatura nessa localidade caracteriza-se por um sistema em processo de construção, no qual as Academias de Letras possuem um papel fundamental. Essas instituições são responsáveis por criar mecanismos de organização e divulgação da vida literária no Estado, através do comprometimento em descobrir e apoiar novos escritores e de sua divulgação e seu reconhecimento, bem como o incentivo à produção e à publicação de obras, contribuindo assim para o aumento considerável de escritores e dos livros por eles publicados. Por esse estudo, constatou-se ainda que a esses interesses de ordem puramente literária, como os de garantir mecanismos de organização, de sistematização e de divulgação da vida literária, agregam-se determinadas pretensões de ordem política, perceptíveis na preocupação que essas instituições possuem com o aprimoramento e a edificação cultural do Tocantins e com a criação de uma identidade para o Estado, como está registrado em seus Estatutos. No entanto, não é somente nesses documentos que há uma dominação do literário pelo político. Este aspecto também está presente na produção poética e em prosa de seus acadêmicos. Nesse sentido, é visível uma certa semelhança entre essas produções e as do século XIX no que diz respeito à relação que elas mantêm com o panorama político que as sustentam. No caso do Tocantins, sua formação histórica pode ser vista como um elemento que impulsionou a produção de obras nas quais é possível perceber determinada preocupação em se criar uma identidade e um passado histórico, de modo a forja-lhe certas peculiaridades culturais e uma literatura que o particularize perante as demais localidades brasileiras. Desse modo, pode-se perceber uma funcionalidade nas Academias de Letras tocantinenses e nas obras produzidas por seus acadêmicos que extrapola seus sentidos puramente estéticos ao serem utilizadas como um hábil instrumento na tentativa de criação e de afirmação de uma identidade cultural e política para o Estado do Tocantins.

Palavras-chave: Literatura no Tocantins. Academias de Letras. Identidade. Regionalismo. Prosa. Poesia.

ABSTRACT

This study aims at researching the mechanisms responsible for creating literature in the Brazilian State of Tocantins. From the analysis of this context, we conclude that literature in this State is characterized by a process of construction, in which Academies of Literature have a pivotal role. These institutions are responsible for creating mechanisms to organize and publish literature through their commitment in discovering and motivating new writes, making them known to public by supporting publications and, hence, contributing to a considerable increase in the number of writers and their literature produced. We also found that this interest in literature organization and publication is related to political issues, noticeable in the Academies' efforts toward establishing Tocantins culture and creating an identify to this State, as it is stated in these institutions' constitution. However, domination of political issues over literary ones is present not only in these documents, but also in the literature produced by the Academies' members. Accordingly, similarities between this literature and the one produced in the XIX century, concerning their connection to a political panorama, are conspicuous. In the case of Tocantins, its history might be seen as an element that triggered a type of literature concerned about creating an identify and a particular history that forge culture and literature peculiarities, differentiating this State from the other Brazilian location. We, therefore, suggest that Tocantins Academies of Literature and their members' publications are cleverly used as instruments to create a cultural and political identify to the State, which is beyond literature's essentially esthetical issues.

Keywords: Literature in Tocantins. Academies of Literature. Identify. Regionalism. Prose. Poetry.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Criado em 1988, o Tocantins é um Estado relativamente novo, que busca destacar-se entre as demais localidades brasileiras. Entre os elementos utilizados para singularizá-lo, temos um determinado conceito histórico e literário, ambos tomados como elementos fundamentais na tentativa de edificar-lhe uma identidade.

Analisando esse processo, o primeiro capítulo deste trabalho diz respeito ao seu panorama histórico. Nele, percebemos inicialmente, pelos estudos acerca das obras que tratam da história do Tocantins, a construção de um discurso institucional que, forjado por vários historiadores e políticos, na década de 80, tinha por intuito respaldar a necessidade de transformação do Norte de Goiás no estado do Tocantins. Unindo-se à problemática histórica, encontra-se a construção de um discurso mítico, pelo qual certos personagens políticos, como seu ex-governador, Siqueira Campos, passaram a ser vistos, nas décadas de 70 e 90, por sua ação na criação do Tocantins, como “salvadores” do povo do Norte. O próprio Estado, nesse contexto, foi visto como a “nova Canaã”, o “novo Eldorado” e seus habitantes como “o povo predestinado”, buscando criar uma identidade oficial para ele ao reiterar, em vários momentos do discurso tocantinense, as diferenças sociais, econômicas e culturais entre o Norte e o Sul de Goiás.

Da mesma forma que foi criado um discurso histórico pelo qual se pretendeu formar uma identidade tocantinense, nos domínios da literatura busca-se criar um contexto literário que lhe pareça peculiar. Na busca de se delimitarem os elementos que seriam úteis para a análise desse aspecto, percebemos que, no Tocantins, não havia muitos estudos relativos ao seu meio literário. Os únicos trabalhos a que tivemos acesso foram uma dissertação de mestrado, *Os sentidos do discurso oral em Mandiga, de José Liberato Póvoa*, de José Manoel Sanches da Cruz, defendida na UNB; a obra *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*, da professora da UFG, Moema de Castro e Silva Olival; e o livro *Moura Lima: do romance ao conto – travessia fecunda pelos sertões de Goiás e Tocantins*, de Francisco Miguel de Moura.

No entanto, a falta de estudos sobre o assunto, por sua vez, justifica a necessidade e a relevância de nosso trabalho, levando-nos a analisar diretamente a sua vida social, de modo a verificarmos quais eram de fato os agentes e os elementos responsáveis pelo funcionamento e caracterização de uma atividade literária no Tocantins. Entre esses materiais, nosso trabalho se direcionou para a análise dos jornais, dos livros publicados pelos autores, tanto os de poesia, como as obras consideradas regionalistas, das antologias de poemas e contos, da história das Academias de Letras, seus estatutos e atas.

Havia, porém, dificuldades para a coleta desse material. No caso dos documentos relativos às Academias de Letras, esses se encontravam dispersos, principalmente nas Academias de Letras do interior, como a ACALANTO, Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, que não possui uma sede própria. Apesar de todos esses empecilhos, o maior desafio foi o acesso a um número de obras que fosse significativo para chegarmos a algumas conclusões acerca da nossa proposta de estudo. Neste sentido, nossa tarefa foi a coleta desses materiais nas livrarias, nas bibliotecas, nas academias, nos eventos, como lançamentos e feiras de livros e, ainda, com a visita à casa de alguns escritores ou no contato por carta.

Os presidentes das academias foram úteis nesse momento emprestando-nos ou doando-nos uma grande quantidade de obras. A dificuldade para ter acesso aos livros tem sua explicação na forma como são publicados e distribuídos seus exemplares. Como os escritores, em sua grande maioria, não possuem condições econômicas de publicá-los por editoras locais e sendo sua tiragem pequena, os exemplares não são suficientes para que sejam distribuídos em bibliotecas e nas livrarias. No caso de uma tiragem maior, a sua distribuição fica a cargo dos autores, o que não é garantia de divulgação.

Superados tais problemas e de posse desse material, demos continuidade ao primeiro capítulo desse trabalho, de modo a averiguar as atribuições que esses materiais possuem na caracterização de uma atividade literária no Tocantins. Nossa primeira observação foi acerca das obras produzidas (livros, anuários, coletâneas) e das apresentações e prefácios que as compõem, seguindo-se a leitura dos inúmeros jornais que circulam no Estado.

Ainda pela investigação dessas obras, mais especificamente pela análise de seus prefácios e de suas apresentações, e pela leitura dos inúmeros jornais da região, pudemos chegar a algumas conclusões referentes aos meios de publicação disponíveis no Tocantins e de suas funções na caracterização de seu contexto literário.

Devido a algumas peculiaridades do Estado, nem sempre é possível que os autores tenham seus textos produzidos por editoras ou por gráficas. Assim, é comum que eles recorram a vários outros meios de publicação, como os jornais, as antologias de poesias e de contos, os anuários de poetas e escritores.

Alguns pontos nos pareceram interessantes com relação a essas formas alternativas de publicação. No que diz respeito aos jornais, nosso procedimento de estudo limitou-se à análise das notícias que se referiam à literatura produzida no Estado. Por elas, chegamos à conclusão de que suas informações são simples informes relacionados à vida e às obras dos autores e de certos acontecimentos literários, em sua maioria relativos às Academias de Letras, como a nomeação de alguns de seus integrantes, o lançamento de livros, a inclusão de alguns dos poetas em antologias. Apesar de seu caráter informativo, pudemos constatar que, de um modo geral, esses jornais, no contexto em que estão inseridos, se mostram de grande relevância para o aprimoramento cultural do Estado ao trazerem ao conhecimento do público os autores e suas obras e por serem, na maioria das vezes, o único veículo de publicação e divulgação para os escritores que não possuem meios de obter seus livros impressos em editoras ou em gráficas.

Essas afirmações, que também valem para as antologias e os anuários de poetas, nos levaram a perceber que nessas obras coletivas há uma mesma preocupação que a elas dão origem e as mantêm: a de trazer à tona textos inéditos e proporcionar aos autores o privilégio de possuírem seus textos publicados, não importa se em livros ou em manchete de jornais, e de propagar o que vem sendo produzido no Tocantins de forma a delinear um quadro cultural que caracterize sua atividade literária. Nesse tópico, constatamos ainda nessas publicações um empenho no sentido de destacar o Tocantins, evidenciando, assim, uma clara relação com sua política de conhecimento e reconhecimento.

Logo após essa caracterização, no segundo capítulo da tese, buscamos analisar as funções que as Academias de Letras desempenham nesse cenário e chegamos à conclusão de que as atividades desenvolvidas por essas instituições fazem delas as principais responsáveis pela formação e caracterização de uma atividade literária no Tocantins, justificando, assim, a ênfase que lhes é dada neste trabalho.

Devido à importância dessas instituições, buscamos entender melhor sua dinâmica. Para tanto, recorreremos à interpretação de seus Estatutos e de suas atas de reunião. Neles, constatamos interesses de ordem puramente literária, como o de garantir mecanismos de organização e

divulgação de uma vida literária no Estado, através do incentivo às produções literárias e do surgimento e divulgação de novos escritores, poetas, cronistas e contistas. Foi possível perceber, ainda, que seus Estatutos também possuem um certo caráter político que faz com que alguns de seus objetivos sejam concebidos levando-se em conta o aprimoramento cultural e literário do Estado. A partir dessa conclusão, houve a necessidade de fazermos uma exposição da trajetória dessas instituições no Brasil de forma a averiguarmos as possíveis semelhanças entre elas e as academias tocantinenses no que diz respeito a seus aspectos políticos.

Averiguamos, também, que a ligação entre literatura e política está presente tanto nas produções poéticas dos membros das academias, como nas obras tidas por regionalistas. Dessa forma, em um terceiro capítulo, observamos qual o papel que a literatura regionalista desempenha no processo de projeção do Estado. Para tanto, discutimos, em um primeiro momento, as opiniões emitidas por certos críticos acerca dessa produção e a ênfase dada por eles às obras consideradas regionalistas, para, em um segundo momento, fazermos a análise da obra *Serra dos pilões: jagunços e tropeiros*, do escritor Moura Lima, acadêmico da ATL – Academia Tocantinense de Letras. Pelas idéias básicas a que chegamos acerca das obras regionalistas, concluímos que a importância atribuída a elas está nas funções que desempenham na afirmação de uma pretensa identidade para o Tocantins. Com essa conclusão, fizemos um breve retrospecto histórico da produção regionalista no Brasil, de forma a apontar o anacronismo desses livros produzidos no Tocantins ao manterem semelhanças com os pressupostos que deram origem a esse movimento no século XIX.

O trabalho é finalizado com um quarto capítulo, no qual há ainda a análise da produção de membros das Academias de Letras, a fim de enfatizar os gêneros literários mais produzidos, os temas mais recorrentes e analisar, como fizemos com as obras regionalistas, a relação que seus textos mantêm com a política do Estado e, assim, averiguarmos como a produção dessas instituições caracteriza a atividade literária no Estado.

Os capítulos assim definidos são uma tentativa de delinear como vem se formando e caracterizando a vida literária no Tocantins, bem como o papel exercido pelas Academias de Letras nesse Estado, cuja geografia e cultura se encontram tão distantes do consagrado sistema literário Rio-São Paulo.

CAPÍTULO I

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONTEXTO LITERÁRIO NO TOCANTINS

1.1 - O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS: DISCURSO HISTÓRICO OFICIAL E IDENTIDADE TOCANTINENSE

Falar da atividade literária e cultural no Tocantins requer fazer menção à história da sua formação. É a partir da sua recente constituição como Estado que podemos fazer algumas considerações acerca dessa atividade e averiguar que estamos diante de um processo literário ainda incipiente.

Criado apenas em outubro de 1988, o Tocantins tem necessitado criar certas peculiaridades em relação às demais localidades brasileiras para destacar-se no cenário nacional. Para tanto, investiu na criação e na divulgação de um “discurso fundador”, o qual colaborou, também, para forjar no âmbito do discurso uma identidade tocantinense. Eni Orlandi define o discurso fundador como sendo, em seu conjunto, “[...] um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para uma cultura, uma raça, uma nacionalidade” (ORLANDI, 1993, p.24). Conforme a autora, com o discurso fundador inaugura-se uma memória discursiva que, pelo processo de repetição acaba por naturalizar determinados sentidos, ganhando estatuto de fato, verdade histórica.

Partindo dessa noção, observamos que o discurso histórico oficial acerca da constituição do Tocantins originou-se por um conjunto de enunciados que, ao se apropriarem de certos fatos ocorridos no passado, deu-lhes novos significados, de modo a demonstrar que, em pleno século XVIII e XIX, ocorreram as primeiras ações que tinham por objetivo, a separação da parte Norte do restante de Goiás:

A criação do estado do Tocantins é atribuída, pela historiografia, a um desencadear de fatos – uma “luta secular” do Norte goiano, sem deixar claro as especificidades históricas e políticas, peculiares a cada momento. Porém os vários eventos ocorridos no século XIX e XX foram utilizados na década de 80 como “origem” do movimento e das articulações que possibilitaram a criação do Estado. (RIBEIRO, 2001, p.19)

Nesse sentido, podemos dizer que o discurso, como fundador de uma memória, deu legitimidade à criação do Tocantins, uma vez que “cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes, e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado” (ORLANDI, 1993, p.13).

Entre os trabalhos que analisam esse processo, abordaremos, inicialmente, o livro de Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante (1999), *Tocantins – O movimento separatista do norte de Goiás 1821–1988*, que pode ser tomado como um dos trabalhos reprodutores, entre inúmeros outros, da versão sobre a formação do Tocantins difundida pelo Estado que, segundo Ribeiro, tinham por objetivo “dar uma nova interpretação aos acontecimentos, direcionando e selecionando seus receptores, criando etapas, ciclos, continuidades e descontinuidades, forjando um novo sentido histórico para a região Norte de Goiás” (RIBEIRO, 2001, p.20)¹. Para explorar a possibilidade de desconstrução desses enunciados, recorreremos às dissertações de mestrado de Fabrício de Almeida Ribeiro (2001) e de Eugenio Pacelli de Moraes Firmino (2003), que nos revelam como este tipo de pesquisa manipulou fatos visando forjar uma origem histórica para o Tocantins a partir do período em que o Brasil era ainda colônia de Portugal².

Para Firmino, esse processo “se adapta aos desejos do grupo social que atualmente controla, administra, explora os recursos materiais da antiga região do norte goiano” (FIRMINO, 2003, p.99). Para ele, bem como para Ribeiro (2001), vários dos discursos que fundaram e buscaram dar visibilidade ao Estado, nas décadas de 80 e 90, foram endossados e propagados por

¹ Inúmeros trabalhos endossam esse discurso, entre eles, temos: o livro de Maria Augusta de S. Morais e Luis Palacín, *História de Goiás*; Temis Gomes Parente, *Fundamentos históricos do estado do Tocantins*; do economista Célio Costa, *O estado do Tocantins e Fundamentos para a criação do estado do Tocantins*, do promotor de justiça Adão Bonfim Bezerra, *Tocantins, um Estado para a Nova República*; do literato Osvaldo Rodrigues Póvoa, *História do Tocantins*, do jornalista Otávio Barros da Silva, *Breve história do Tocantins e sua gente – uma luta secular*, entre outros.

² A maioria dos trabalhos que constituem a historiografia oficial acerca da criação do Tocantins endossa o discurso enunciado pelos líderes do movimento autonomista do Estado. São poucos os trabalhos que possuem uma visão mais crítica acerca de sua criação. Entre eles, destaca-se a produção gerada nas universidades de Goiás, em sua maioria, trabalhos de dissertações, como o de Eugenio Pacelli de Moraes Firmino, *Ensino de História, identidade e ideologia: a experiência do Tocantins*, dissertação defendida na UFG, juntamente com outro trabalho, defendido na mesma instituição, *A invenção do Tocantins, memória, história e representação*, de Fabrício de Almeida Ribeiro. Tais estudos são de fundamental importância para este trabalho pela perspectiva crítica com que tratam a questão.

certos historiadores, por uma determinada elite política (deputados, vereadores, prefeitos...), pelos componentes da CONORTE – Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano (através de palestras, comícios, jornais) e pela produção, efetuada pelo próprio governo, de uma série de materiais distribuídos nas escolas e para a população, como cartilhas e panfletos.

Na construção desses discursos, alguns acontecimentos foram re-significados de modo a implantar a idéia de que o Tocantins resultou de um movimento social, cabendo aos habitantes do Norte Goiano um papel importante em sua formação. Instala-se, assim, a crença de que sua origem possui toda uma tradição secular de luta – cujo ponto inicial remonta ao período em que o Brasil estava atrelado a Portugal –, crença esta que foi ao longo de todo esse processo sustentada e movida pela vontade e determinação dos habitantes do Norte Goiano.

Segundo essa visão, as ações que teriam dado origem ao Tocantins têm seu início no século XVIII e XIX, com os acontecimentos ocorridos em Goiás. Já, em 18 de março de 1809, com o pretexto de solucionar as dificuldades econômicas que a região enfrentava, D. João VI divide a Capitania em duas comarcas, a de Goiás e a do Norte, que recebeu o nome de Comarca de São João das Duas Barras e a designação, pelo rei, do desembargador Joaquim Teotônio Segurado para sua administração.

Analisando esses acontecimentos, Cavalcante (1999) destaca que os elementos que ocasionaram a separação da Província estão relacionados a uma movimentação efetuada por uma parcela da população que se mostrava insatisfeita com certas medidas administrativas tomadas pelo governo central e, por isso, opôs-se a elas. A primeira ação nesse sentido, segundo a estudiosa, diz respeito a uma suposta revolta dos mineiros nortenses diante do fato de que o valor dos impostos pelo ouro extraído era mais elevado no Norte da Província, enquanto os mineiros do Sul pagavam somas bem menores:

A conjuntura econômica da região tocanínea no início do século XIX (1809) era pouco expressiva. A economia da região passava por um processo de transição da sociedade mineradora para a sociedade pastoril. Iniciava-se assim o seu declínio econômico. Ou seja, os mineiros, insatisfeitos com a cobrança do quinto (5 parte, descontada do ouro em pó antes de ser transformado em barras), com a cobrança do dízimo (10% sobre os produtos e solo), com a falta de incentivo na produção agrícola, defendiam a divisão administrativa da Província de Goiás como uma forma de reorganização da economia local. (CAVALCANTE, 1999, p.58)

Ao se mostrarem contrários a essa atitude do governo português, que despendia investimentos em outras regiões, como o Centro-Sul de Goiás, prejudicando, assim, o progresso da população do Norte, os revoltosos ameaçaram unir-se à Província do Maranhão:

Acreditava-se que, ao invés de ser cobrado o quinto em ouro em pó sobre a produção das minas auríferas, seria mais seguro determinar uma taxa de imposto sobre cada escravo utilizado, acrescida de uma sobretaxa para as minas do norte. Nesse sentido, ficou estabelecido que a cobrança para as minas do sul seria a mesma que vigorava em Minas Gerais, isto é, “quatro oitavas e três quartos.” (CAVALCANTE, 1999, p.49)

Os mineiros do norte revoltaram-se contra esta medida que julgavam injusta e, quando o Superintendente se dirigiu à região, ameaçaram passar-se em marcha para o Maranhão. (PALACÍN, 1976, p.66)

Além do problema de ser a cobrança de imposto pela captação das minas maior no Norte do que no Sul de Goiás, alguns historiadores, entre eles, Luiz Palacín e Maria Augusta de Moraes, apontam, ainda, o descaso governamental para com o Norte, pois o governo somente se “apresentava a esta região quando era para serem cobrados impostos” (PALACÍN e MORAES, 1975, p.66). Esta se configuraria, pois, como outra justificativa plausível para que os nortenses buscassem desligar-se do restante da Província, a fim de melhor desenvolverem-se: “Considerava-se, portanto, que o peso do isolacionismo e argüida discriminação fiscal foram os fatores responsáveis para que, ainda cedo, fosse evocado na população local o sentimento separatista” (CAVALCANTE, 1999, p.50).

No momento em que foram criadas, as casas de fundição, que cumpriam o papel de zelar pelos lucros da Fazenda real, foram vistas ainda como fator de isolamento e descaso do governo da Província com relação ao Norte. Esses estabelecimentos, segundo Cavalcante, foram entendidos como sinal de desligamento inter-regional entre “o norte e o centro-sul, pelo menos em termos de relação econômica, pois político-administrativamente a região continuava vinculada a Vila Boa e, portanto, sob o controle do governo da Capitania” (CAVALCANTE, 1999, p.52). A interrupção da navegação no rio Tocantins, como forma de evitar o contrabando do ouro, é tida como uma nova forma de isolamento dessas localidades e visto como um suposto fator que acirrou os ânimos em direção a uma possível movimentação separatista na região.

No entanto, mesmo com a divisão da Província, a historiografia aponta que as discrepâncias sociais e econômicas entre o Norte e o Sul de Goiás persistiam, o que levou Segurado a defender a autonomia político-administrativa do Norte e a instalação do Governo

Provisório, em 14 de setembro de 1821, com o pretexto de que somente esta divisão facilitaria o seu desenvolvimento:

As justificativas para separar o norte do centro-sul de Goiás podem ser encontradas nas proclamações do presidente da recém-instalada Província do Norte, Teotônio Segurado. Dentre elas, a conclamação ao povo do norte: havia chegado o momento de ‘sacudir o jugo de um governo despótico’. As demais províncias do Brasil já haviam destituído seus capitães-generais e Goiás não poderia ficar insensível aos demandas da administração de um déspota.

Havia, ainda, acusações de que o norte tinha sido onerado em tributos sem assistência da administração pública e sem força política representativa, considerando-se necessário, também, “um governo no centro da Província pela longitude de mais de 140 léguas que dista desta à capital”. (CAVALCANTE, 1999, p.62)

O movimento de emancipação da Comarca do Norte teve seu fim em 1823, segundo Cavalcante e Ribeiro, graças às disputas políticas, por parte de alguns de seus componentes, acerca do controle político e jurídico do governo provisório, a posição não-independencista de Segurado, que desagradava a alguns dos membros do movimento, e, finalmente, por uma portaria de José Bonifácio, que proibia a coexistência de governos em uma mesma Província:

A falta de consenso do grupo separatista sobre o local mais viável para a instalação definitiva daquele governo provocou vários desentendimentos entre as lideranças dos julgados de Palma, Natividade e Arraias e, conseqüentemente, entre os principais elementos do movimento.

[...]

A duração efêmera do movimento foi determinada pelas divergências políticas das lideranças do movimento. Os desentendimentos surgiram quando o ouvidor da Comarca do Norte, Theotônio Segurado, integrante do movimento, se declarou contrário a toda e qualquer idéia de emancipação política do Brasil; frenético apologista da integridade do reino de Portugal, colocou-se à frente do governo de Cavalcante para servir à sua causa. (RIBEIRO, 2001, p. 46-47)

Há, ainda, a ser considerada, a significativa decisão do Príncipe-Regente em não reconhecer o governo instalado no norte, numa época em que os movimentos de natureza separatista eram considerados perniciosos à garantia da unidade territorial e política do país. Portanto, para reforçar a uniformidade política e física do Brasil, José Bonifácio baixou uma portaria de 23 de junho de 1823 proibindo a multiplicidade de governo em uma mesma Província; porquanto considerava, ilegítima a administração do norte. (CAVALCANTE, 1999, p.68)

É notável o esforço empreendido por certos historiadores em apresentar uma sucessão de fatos dentro de uma seqüência temporal, de modo a respaldar a idéia de que na época colonial

foram iniciados os movimentos que dariam impulso à formação do que séculos depois viria a ser o estado do Tocantins. Apesar desse empenho, há estudiosos que discordam do enunciado de que o descontentamento da população do Norte com relação ao governo do Sul moveu a separação da Província de Goiás. Para eles, seria impossível, em plena época colonial, ter existido, nessa região, uma sociedade organizada que iniciasse qualquer tipo de movimento estruturado e enraizado em bases populares.

Os estudos de Ribeiro, por sua vez, refutam o enunciado que propaga a necessidade de que houvesse a separação da região para que ela pudesse se desenvolver. Para ele, a tentativa de divisão não se deu com o intuito de solucionar dificuldades, mas foi movida por interesses particulares de ordem econômica e política dos grandes proprietários “se sentiram economicamente prejudicados pela administração central da Capitania de Goiás” (RIBEIRO, 2001, p.44).

A despeito dos verdadeiros motivos que justificariam a tentativa de separação da região em pleno século XIX e das opiniões contrárias ao discurso da história oficial, nas décadas de 80 e 90 do século XX, a historiografia insistiu no discurso do descontentamento da população nortense com a administração do governo da Província e apontou, ainda, a existência de diferenças culturais entre as regiões a fim de melhor respaldar a necessidade de sua separação em plena época colonial. Instaurou-se, assim, o início da invenção de uma identidade oficial para o Norte de Goiás.

Nesse sentido, Eugenio Pacelli de Moraes Firmino afirma que “a procura das verdadeiras raízes tocantinenses no campo da história impôs a necessidade, aos construtores do novo Estado, de inventar uma cultura própria, uma identidade apresentada como única e transcendental” (FIRMINO, 2003, p.98). Segundo ele, é possível elencar três fatos que foram utilizados para fundamentar a existência natural de uma identidade tocantinense. Um deles diz respeito a uma suposta dualidade entre o Sul e Norte de Goiás,

[...] isto é, as diferenças e as especificidades culturais do antigo norte em relação ao sul de Goiás, e cujas origens aparecem situadas nos processos de colonização e povoamentos dos séculos XVII e XVIII.

[...] Paralelo 13 já era apontado conscientemente como a linha divisória que demarcava as diferenças entre o povo do norte goiano e o povo do sul de Goiás. (FIRMINO, 2003, p.74)

Outro elemento que busca confirmar a dualidade entre as regiões diz respeito às chamadas “duas frentes” de penetração e ocupação do território goiano, as quais foram tidas como responsáveis pelas diferenças que certos historiadores afirmam haver entre o Sul e o Norte. O fato de o Sul ter sido povoado por mineiros e paulistas e o Norte por pernambucanos e paraenses é utilizado, no discurso oficial, como justificativa para a afirmação de que sempre existiu uma cultura tocantinense diferente da goiana.

No entanto, certas vozes buscam demonstrar como esse discurso é frágil e não sustentável. Para Firmino, por exemplo, “os nordestinos e os nortistas (maranhenses e paraenses) adotaram no norte o mesmo comportamento dos sulistas do sul de Goiás” (FIRMINO, 2003, p.219), o que comprovaria a tese de que não havia diferenças culturais entre esses povos.

No século XX, o discurso do abandono e do isolamento da região Norte, bem como da identidade, são retomados e outros eventos são incluídos na lista dos movimentos pela emancipação do Norte. Um deles, diz respeito à proposta de se criar o território do Tocantins quando, em 1948, foi formado, em Pedro Afonso, o Comitê de Propaganda Pró-Criação do território do Tocantins. Acreditava-se que essa ação iria “viabilizar o desenvolvimento sócio-econômico da região, somente possível com a separação do norte de Goiás e a parte meridional do Maranhão” (CAVALCANTE, 1999, p.97). No entanto, o movimento tornou-se inviável devido às promessas de melhorias na região, às disputas políticas e à rejeição, em 1949, pela Assembléia Legislativa, de tal proposta:

Finalmente, em 1949, o movimento acomodou-se pelo fato de a Assembléia Legislativa haver rejeitado a representação da Comissão pró-território do Tocantins – que solicitava a sua criação – sendo a mesma, posteriormente, também rejeitada e arquivada pela Comissão de Constituição e Justiça da Administração Federal. (CAVALCANTE, 1999, p.99)

Apesar do insucesso do evento, em 1956, ocorre o movimento autonomista do Norte Goiano, na cidade de Porto Nacional, que tinha por objetivo a luta pelo desmembramento dessa região do restante de Goiás com a justificativa de que “a administração local ficaria melhor localizada e os recursos materiais – o apoio do governo – seriam aplicados em benefício da região” (CAVALCANTE, 1999, p.103).

Para que esse novo discurso separatista obtivesse credibilidade, houve, por parte de seus integrantes, a produção de eventos com o objetivo de proporcionar visibilidade para a região, como os comícios, a criação da CEJET (Comissão de Estruturação Jurídica do Estado do

Tocantins) - que tinha por finalidade dar respaldo, de natureza jurídica, aos atos necessários para a criação do Estado - a criação da bandeira tocantinense (em 1956) e da realização de vários encontros que tinham o intuito de mobilizar o Norte de Goiás, tais como o Congresso de Prefeitos em Porto Nacional:

Na verdade, a repulsa manifestada de modo mais concreto foi a da Assembléia Legislativa goiana, que, em 1957, rejeitou o artigo do deputado Paulo Malheiros, pelo qual solicitava ao Tribunal Regional Eleitoral a realização de plebiscito na região norte goiana. Tal solicitação, se aprovada, daria respaldo legal significativo à causa separatista, conforme previa a Constituição federal. (CAVALCANTE, 1999, p.110)

Esse mesmo espírito moveu, anos mais tarde, em 1964, mais um movimento pela autonomia do norte de Goiás. Nesse período tem-se a campanha deflagrada pela CENOG – Casa do Estudante do Norte de Goiás – que tinha por dístico a frase “Vamos criar o Estado do Tocantins – dividir para progredir”:

Sem dúvida, 1964 foi significativo para a mobilização pró-criação estado do Tocantins – então conduzida por lideranças estudantis do norte de Goiás filiadas à CENOG. Os instrumentos utilizados nessa campanha podem ser assim enumerados: congressos regionais, comícios, boletins informativos, e o plenário da Assembléia Legislativa. (CAVALCANTE, 1999, p.118)

Por intermédio da instituição e da Assembléia Legislativa Estadual, outros eventos foram promovidos com o objetivo de informar a comunidade sobre o progresso econômico e sócio-político que a região obteria com a separação do restante de Goiás. No entanto, segundo Cavalcante, essas atividades foram enfraquecidas com a criação do PLANORTE (Plano de Valorização para o Norte de Goiás), que continha uma série de medidas que previam o desenvolvimento do Norte, desestabilizando assim a necessidade de sua emancipação: o golpe militar de 1964, a indicação do marechal Ribas Júnior para exercer o cargo de governador e o centralismo político, reforçado pela ideologia da segurança nacional:

Emílio Ribas posicionou-se contrário à criação do Tocantins, considerando-a sem sentido diante da execução das obras do “plano de irradiação do progresso no norte do Estado”. Para o governo, a concretização desse plano seria a “melhor maneira de se evitar a criação do Estado do Tocantins” porque previa a “canalização de recursos para aquela região, objetivando a solução dos seus problemas básicos nos setores da saúde, educação, estradas e energia”. (CAVALCANTE, 1999, p.119)

Com a oposição do Legislativo à criação do estado do Tocantins e o momento de entusiasmo quanto ao progresso do Brasil, nos anos 70, época conhecida como a do “milagre brasileiro”, o discurso acerca do Norte foi reformulado e passou a centrar-se na possibilidade de sua auto-gestão e no enaltecimento das suas potencialidades naturais, de modo que sua separação do restante de Goiás deveria acontecer para que suas riquezas fossem aproveitadas e o Norte pudesse melhor desenvolver-se. No entanto, apesar de tal esforço, esse momento não foi decisivo para que houvesse o desmembramento de Goiás:

A região, embora com dificuldades – haja vista o problema fundiário –, viveu nessa ocasião uma “justificada euforia”, mas não com força suficiente para que a tese separatista fosse sustentada, principalmente se for considerado o fato de os divisionistas sempre terem levantado a bandeira do abandono e do isolamento a que essa região estivera relegada. (CAVALCANTE, 1999, p.127-128)

Na década de 80, a ênfase nas potencialidades do Norte novamente vem à tona. Com a criação da CONORTE - Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano –, objetivou-se “conscientizar a população norte-goiana sobre “suas necessidades e potencial político-econômico”, além de “congregar os ideais humanos nortenses através de pesquisas, estudos e debates sobre a região” (CAVALCANTE, 1999, p.131) e assim respaldar a necessidade da criação do Tocantins.

Para que essa finalidade fosse alcançada, seus integrantes (empresários, profissionais liberais e pecuaristas nortenses) tentaram ganhar adeptos e estimular a adesão popular para suas ações através de comícios, palestras, reuniões, seminários, congressos. Ao reunirem uma parcela considerável de pessoas nesses eventos, eles criavam a ilusão de uma parceria com elas, dando-lhes a impressão de serem agentes ativos na construção do Estado.

Muitos estudiosos, sensíveis ao jogo ideológico subjacente à abrupta valorização do Norte pela CONORTE, chamam atenção para esse discurso, informando que ele era conservador por querer “desenvolver o Norte goiano, sem mudanças na estrutura social, permanecendo intacto o sistema de política agrária, caracterizada pelo ‘latifúndio familiar’ com os seus mandantes políticos enraizados em cada uma das cidades do Norte goiano” (RIBEIRO, 2001, p.65).

Outra inconsistência do discurso oficial reside no fato de que o povo nunca teve participação expressiva nas causas separatistas, pois as mesmas pessoas que participavam ativamente da CONORTE são aquelas que, hoje, exercem algum cargo político. Por isso, pode-se entender que o discurso da adesão popular ao movimento separatista não passou de uma tentativa

de se criar a ilusão de que o Tocantins foi criado pela vontade e luta do povo, de modo a escamotear os verdadeiros interessados em sua construção: prefeitos, vereadores, deputados, comerciantes, latifundiários, enfim, uma elite que se beneficiou das vantagens econômicas e dos postos políticos criados posteriormente:

Observando mais de perto percebemos que a elaboração das metas e participação nas decisões esteve restrita a um grupo limitado de pessoas que, de forma direta e indireta, defendiam os seus próprios interesses. Esse grupo de indivíduos vinha de famílias com um certo prestígio no Norte de Goiás. As propostas apresentadas no 1º Congresso da Conorte privilegiavam basicamente produtores de médio e grande porte, assim como os projetos desenvolvidos pelo governo federal das décadas de 70 e 80. (RIBEIRO, 2001, p.65)

Nesse sentido, Rosy de Oliveira (2002, p.86) observa que o enunciado dessa instituição não se dirigiu ao povo, como a história oficial insiste em demonstrar, mas aos interesses da elite goiana, para quem a formação do Estado seria uma forma de aumentar a sua participação na política e no desenvolvimento do setor terciário através da ampliação do comércio e dos empregos públicos. Para Firmino, o empenho da CONORTE em criar uma aparente adesão popular para a criação do Estado se explicaria pela tomada de consciência de seus participantes de que a sua formação se tornaria mais acessível se ela fosse vista como um desejo do povo, de modo que “todos aqueles que pertencendo a determinado grupo social fizeram do seu apelo libertário e entusiástico uma causa de toda gente tocantinense” (FIRMINO, 2003, p.78).

Apesar desses percalços, essa instituição, segundo Ribeiro (2001, p.116), ao reatualizar o discurso acerca das potencialidades do norte goiano, abriu a possibilidade para o aparecimento de uma série de imagens míticas para o Estado, de modo que ele passou a receber a designação, nas décadas de 80 e 90, do século XX, de “novo Eldorado”, nova “Canaã”, “Terra Prometida”, “Sol do Brasil”, ou, ainda, “Estado solução”.

Esses qualificativos, ainda segundo o autor, carregaram em si o sentido de que a criação do Tocantins seria uma solução, não só para a região, mas também para certos problemas do próprio Brasil, como os da pobreza do Nordeste, o abastecimento dos grandes centros urbanos e as exportações:

Estamos criando o Estado do Tocantins para resgatar a imensa dívida social que o país tem com o povo nortense e para preparar a nossa região para a importante missão de assistir o Nordeste brasileiro, de apoiar a ocupação ordenada da Amazônia, abastecer os grandes centros urbanos e contribuir para o incremento

das exportações brasileiras. (*Diário do Congresso Nacional* – seção I, novembro, 1987, p.3513)

Com sua criação, esperava-se, também, que ele desempenhasse um importante papel na solução dos problemas relacionados à lotação dos grandes centros urbanos do país e à migração que estava ocorrendo para Brasília e Goiânia, ao ser considerado como um ponto alternativo para o deslocamento da população.

A imagem da “Terra Prometida” apareceu, ainda, no momento em que houve a Assembléia Constituinte de cinco de outubro de 1988, na qual foi criado o Tocantins. Para Ribeiro (2001), o caráter mítico se fez presente, pois a criação do Estado foi entendida e propagada como uma ação de sentido eminentemente salvacionista, não só para o povo nortense, mas também para o Brasil como um todo, ao receber uma conotação bíblica e ao ser concebida como um ato de remissão. Tal caráter mítico pode ser observado nas falas de Siqueira Campos, nos vários pronunciamentos que fez no Congresso Nacional, e em momentos posteriores à formação do Estado, quando foi seu governador e criou e distribuiu nas escolas do Estado uma Cartilha Didática que tratava da história de emancipação do Norte de Goiás:

A criação do Estado do Tocantins é uma aspiração legítima de mais de um século. É a única forma de arrancar o povo [...] Do Norte Goiano da miséria e do abandono!

[...]

Mais uma vitória que o povo e eu agradecemos a Deus. (Tocantins 10 anos, 1998)

Porque, se Deus o permitir, ainda este ano, criaremos o Estado do Tocantins, sonho acalentado desde o início do século XIX pelas gentes que tenho a honra de representar. (*Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 1987, p. 183)

Nesse imaginário, certos personagens políticos, segundo o historiador, também receberam uma representação mítica, como foi o caso do ouvidor da Coroa, Teotônio Segurado no século XIX e Siqueira Campos, nos tempos atuais. Ambos foram vistos como os defensores do povo do Norte: ao primeiro foi atribuído o início das manifestações consideradas como as que deram origem ao movimento separatista do Norte de Goiás e, ao segundo, a finalização desse processo. Dessa forma, eles aparecem como os grandes heróis da história do Tocantins, conferindo à história uma linearidade:

A aura mítico/mística criada em torno do Estado derrama-se sobre os personagens que ali atuaram e assim podemos encontrar no discurso popular uma atribuição infinita de poderes ao governador Siqueira Campos, que figura assim como

catalisador de visões oníricas de um futuro Eldorado. O discurso provoca crença e confiança em sua mensagem, não só pelas imagens arroladas, mas sobretudo pela autoridade de que se reveste o homem público. (RIBEIRO, 2001, p.118)

[...]

A relação estabelecida entre Joaquim Theotônio Segurado e Siqueira Campos, nos seus mais diversos discursos, gerou uma situação de cumplicidade entre os tocantinenses e a sua figura, enraizando no imaginário e na realidade histórica, a saga de grande herói, que conseguiu completar o ciclo deixado por outros. (RIBEIRO, 2001, p.121)

A mitificação da figura de Segurado resultou em sua imagem como um homem empenhado na autonomia da Comarca do Norte e configurado como um personagem sem pretensões políticas, que se posicionou a favor do desenvolvimento de sua região, e daí decorre sua mitificação. Para Firmino e Ribeiro, entretanto, essa versão não faz jus ao que de fato ocorreu, pois entendem as atitudes do desembargador português como uma forma de melhor vigiar a região, evitando a sonegação de impostos e o contrabando de ouro, com vistas a aumentar a arrecadação dos dividendos da real fazenda. Desse modo, Ribeiro afirma que o ouvidor da Coroa destaca-se por assegurar os interesses dos grandes proprietários de terra e por ser “movido pelos interesses políticos e econômicos vigentes na época; isto é, pelo fato dos grandes proprietários se sentirem economicamente prejudicados pela administração central da Capitania de Goiás” (RIBEIRO, 2001, p.44).

Da mesma forma que esses historiadores, Humberto Crispim Borges também contesta a ação do ouvidor da Coroa e indica para ele uma outra imagem, a qual não interessa ao discurso ufanista, ficando, por isso, pouco conhecida. Para ele, Segurado é considerado um oportunista e um covarde devido à sua ida a Portugal, a qual se deu justamente no momento em que o padre Fleury, contrário à emancipação da comarca do Norte, organizou uma expedição militar contra seu governo, por alegar que aquela região, ao se unir à Bahia e ao Pará, se tornaria um impedimento para a independência do Brasil.

Para a socióloga Rosy de Oliveira, os reais motivos que incitaram Segurado a tentar efetuar a divisão da Província de Goiás são de ordem puramente política: aproveitando-se do discurso que denunciava a situação de precariedade da região e sua urgente necessidade de separação a fim de que pudesse melhor desenvolver-se, o ouvidor da Coroa apropriou-se desses dados para opor-se à administração do sul, efetuada pelo capitão-general Sampaio, com o qual, há tempos, vinha se indispondo, e não ao poder do governo português. Dessa maneira, esse movimento foi visto como um modo de fortalecer o domínio português sobre a região, no

momento em que já havia as primeiras idéias de independência do Brasil, às quais Segurado era totalmente adverso:

Essa situação fora mais tarde politicamente explorada pelo ouvidor Theotônio Segurado que, avesso à administração política do capitão-general Sampaio no sul de Goiás e contrário ao movimento pela independência política do Brasil diante de Portugal, uniu-se aos padres Luiz Bartolomeu Marques, Freire de Andrade, José Cardoso Mendonça, Francisco Coelho de Matos, aos capitães Francisco Xavier de Barros, Felipe Antonio Cardoso, e ao soldado Nazaré em defesa da separação do norte goiano, entre 1821 e 1823. (OLIVEIRA, 2002, p.15)

No caso de Siqueira Campos, sua imagem recebeu um caráter mítico devido às suas ações a favor da divisão territorial do país e às suas inúmeras tentativas para que houvesse a formação do Tocantins. Entre elas, vale mencionar o Projeto de Lei Complementar n.1, apresentado ao Senado Federal, o qual foi sancionado em 20 de março de 1985, mas vetado duas vezes pelo presidente José Sarney, que continha as seguintes propostas:

[...] autonomia política e administrativa do norte goiano, com a criação de governador, vice, 3 senadores, 6 deputados federais e 18 deputados estaduais, tribunal de justiça, tribunal de contas, secretaria de estado, órgãos federais e autarquias, instalados a nível regional, servindo a todos os habitantes da área, com economia de petróleo, espaço e tempo e novas oportunidades de empregos públicos, de nível federal e estadual; - cria-se um novo pólo irradiador de cultura e de progresso com a implantação da capital no norte goiano; - aplicação de mais recursos federais na região, no mínimo pelo prazo de dez anos, como vem acontecendo com os estados do Acre, Mato Grosso do Sul, Rondônia, além da receita gerada internamente e dos programas de incentivos, a fim de consolidar a própria infra-estrutura, beneficiando a todos, indiscriminadamente; acelerar o progresso de desenvolvimento integrado da região, que, não é mais rica do que o Mato Grosso do Sul e nem que o Estado de Rondônia; e - aumentar a confiança do empresariado nacional, do capitalista e do banqueiro em investir na região, explorando suas riquezas latentes, transformando a matéria prima, nela abundante, em produtos manufaturados e gerando, conseqüentemente, milhares de empregos também na iniciativa privada. (Ata do I Congresso da CONORTE, 1982)

Com o fracasso desse projeto, Campos elabora um outro, através do qual propôs novamente a criação do estado do Tocantins e não mais de um território, pois

a idéia de formação de um novo estado, e não território, aparentemente mostrava-se mais conveniente nesse momento político de redemocratização nacional. Dessa forma, a CONORTE, Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano, e representantes políticos de diferentes partidos – percebendo a conjuntura oportuna

– somaram forças para defender a causa pró-criação do estado do Tocantins. (CAVALCANTE, 1999, p.98)

No discurso histórico oficial, os atos de Siqueira Campos no momento da criação do Tocantins receberam também a conotação de martírio, pois sua participação junto à Assembléia Nacional Constituinte foi tomada como um sacrifício pessoal em benefício do povo:

Antes de tudo, de projetos e ambições pessoais, desejo ver minha gente, o meu nobre e sofrido povo, desfrutando de plena autonomia, de liberdade, conduzindo os seus próprios destinos na luta do povo nortense pela emancipação da sofrida região amazônica de Goiás. (*Jornal da Constituinte*, n.32, janeiro, 1988, p.5)

Em certos documentos oficiais, a imagem do martírio é reproduzida e o ex-governador se apresenta como o defensor dos direitos dos nortenses, acima de qualquer interesse pessoal, fazendo com que seu empenho particular junto à Assembléia Constituinte Nacional seja entendido como um ato de grandes dimensões populares.

No recente processo eleitoral de 2006 para o governo do Estado, são justamente essas as imagens criadas para Siqueira Campos pelo discurso tocantinense e que são retomadas, tanto em sua propaganda eleitoral exibida na TV, quanto nas músicas que marcam sua campanha:

Oh, Oh, meu povo chama Siqueira de Novo
Tocantins quer Siqueira de novo
Oh, oh, meu povo chama Siqueira de Novo
Tocantins quer Siqueira de novo
45 pela vontade do povo.

Nossa Garra, nosso luta pelo povo é tradição
Mais saúde, mais emprego, muito mais educação
Trabalho e seriedade no campo e na cidade
É Siqueira no coração.

Oh, Oh, meu povo chama Siqueira de Novo
Tocantins quer Siqueira de novo
Oh, oh, meu povo chama Siqueira de Novo
Tocantins quer Siqueira de novo
45 pela vontade do povo.

Caro amigo, ninguém vai calar a boca do povo
Tocantins, filho querido, tem um pai maravilhoso
O tempo bom vai voltar,
Encha o peito de orgulho
E chama Siqueira de novo. (Canção veiculada por Siqueira Campos na campanha eleitoral para o governo do Estado, 2006)

A canção acima, veiculada nos carros de som por todas as cidades tocantinenses, configura, em sua última estrofe, a imagem de Siqueira Campos como o pai fundador do Tocantins. A referência à figura de pai e filho busca lembrar o momento no qual o candidato se empenhou na criação do Estado, fazendo desse episódio uma constante em sua campanha, como pode ser observado em outras de suas canções difundidas no momento de sua candidatura ao governo:

Faz um tempão meu irmão,
 Uma voz se levantou
 Toda a gente se uniu
 E o progresso veio a mil.
 Tocantins é Siqueira de novo pela vontade do povo
 Para crescer como nunca se viu
 Tocantins é mais Brasil. (Canção veiculada por Siqueira Campos na campanha eleitoral para o governo do Estado, 2006)

A recordação desse feito, justamente no momento de uma campanha eleitoral, tem por finalidade, além do desejo de afetar a gratidão do povo para tal ação, disseminar a importância que a própria população teve nesse evento ao delegar apoio a Siqueira no processo de concretização do Estado. Nesse sentido, é interessante notar que o uso incisivo da palavra “povo”, na estrofe da primeira canção, buscando transmitir também a idéia de que a população, do mesmo modo que no passado necessitou de sua ajuda para que houvesse a criação do Estado, no presente clama para que este político os auxilie na obtenção de saúde, de emprego, de educação e até mesmo de esperança e alegria, como é enunciado na segunda canção.

A participação do ex-governador na formação do Estado e a necessidade de seu auxílio no presente reforçam, ainda, a imagem do martírio veiculada pelo discurso tocantinense como político que se apresenta sempre a favor do povo e para o povo. Como aparece no último verso do refrão da primeira música (“45 pela vontade do povo”), bem como na frase “Nossa garra, nossa luta, pelo povo é tradição”, a finalidade é enunciar o desprendimento do candidato que, desde a sua participação na criação do Estado, tem seus interesses voltados para o bem-estar da população. A figura do candidato abnegado é reiterada no presente de modo que as pessoas, conscientes de suas qualidades, clamam por sua volta: “oh, oh, meu povo chama Siqueira de novo/ Tocantins quer Siqueira de novo”.

Em momentos bem anteriores à sua candidatura ao governo do Estado, alguns estudiosos já haviam contestado a imagem de Siqueira como o fundador do Tocantins. Ribeiro, por exemplo,

critica o fato de que a imagem do político tenha sido criada com base na sua intervenção junto à Assembléia Nacional Constituinte. Para ele, a aprovação da criação do Tocantins

transformou um projeto político de algumas lideranças com interesses privados e eleitoreiros ou não, conforme exposto anteriormente, em uma causa nacional, ou seja, a criação do Estado não representava só a vontade dos nortenses, mas da Nação brasileira. (RIBEIRO, 2001, p.103)

Esse tipo de opinião contrária ao discurso oficial e ao seu caráter mítico se torna interessante, à medida em que prova que o modo como foram e como são enfocados certos acontecimentos, haja vista a utilização, no momento atual, de certas imagens e discursos, com vistas a produzir um discurso fundador “eficiente”, muitas vezes faz com que não se mencionem alguns episódios que deram impulso à formação do Estado:

Uma das estratégias do discurso foi a produção do imaginário social da região Norte, utilizando os eventos e personagens para fundamentar o projeto de criação do Estado, como elemento primordial para o desenvolvimento e progresso do povo nortense, conseguindo estabelecer um importante elo entre o passado e o presente. Na busca de forjar uma memória histórica do estado do Tocantins, os eventos foram narrados com intuito de instaurar uma verdadeira história, um tempo próprio para a região e seu povo. (RIBEIRO, 2001, p.152)

Dessa forma, a história acerca da criação do Tocantins, ao privilegiar e reinterpretar determinados fatos por serem considerados importantes para sua legitimação, acabou por silenciar outros discursos por não atenderem a esse propósito. Isto porque, como expõe Orlandi ao tratar dos enunciados formadores do discurso fundador o que se leva em conta é o imaginário discursivamente produzido “não são os enunciados empíricos, são as imagens enunciativas que funcionam. O que vale é a versão que ‘ficou’ (ORLANDI, 1993, p.12).

Assim, raros foram os trabalhos que desvelaram opiniões contrárias. Dentre eles, destaca-se a revista *Presença*, cujos artigos foram analisados por Fabrício de Almeida Ribeiro em sua dissertação de mestrado, a qual já fizemos menção. Segundo ele, esse periódico foi um dos poucos meios de comunicação que sobreviveu ao “fado” do silêncio e se opôs ao movimento separatista. Através da publicação de matérias de várias personalidades que se apresentaram contrárias ao surgimento do Tocantins, muitos dos fatos não enunciados são revelados por eles, desmistificando, assim, o seu teor heróico:

A revista *Presença* foi um dos pouquíssimos veículos de comunicação a problematizar a divisão do estado de Goiás, dedicando um espaço, principalmente em 1986, para uma discussão mais coerente sobre a viabilidade e a forma que tem sido apresentada a criação do novo Estado ao público goiano. (RIBEIRO, 2001, p.71)

Entre os seus colaboradores, destaca-se o contista goiano Bernardo Élis, o ex-governador de Goiás Mauro Borges, a historiadora Amália Hermano, a professora de antropologia da UFG Mary Baiocchi. Nas versões por eles veiculadas, todos apontam a criação do Estado como um jogo de interesses políticos, eleitoreiros ou, ainda, pessoais, de um restrito grupo de políticos e empresários interessados nos recursos que circulariam com sua formação.

Com relação às opiniões do contista goiano Bernardo Élis, é interessante notar que a preocupação que o escritor possui quanto às questões relacionadas a seu Estado está presente tanto em seus textos políticos, como em alguns de seus principais contos. Em uma entrevista concedida à revista *Remate de Males* (1997), do departamento de Teoria Literária da Unicamp, o escritor, ao discorrer sobre sua vida, sua carreira e sua obra, relata a influência que seu engajamento no movimento de esquerda e sua entrada para o Partido Comunista exerceram em seus textos e em sua produção literária. Percebendo na literatura uma função política, o escritor se comprometeu a revelar ao Brasil o estado de Goiás e a denunciar as mazelas que assolavam as terras goianas. “Com a ajuda da crítica, pude perceber o estado de atraso, rudeza, primitivismo, ignorância, doenças em que viviam as populações goianas. [...] Tentei (tentado pelo Marxismo) fazer da literatura uma arma de denúncia social” (ÉLIS, 1999, p.60). A opressão feudal, a falta de policiamento, a impunidade dos poderosos, a ausência de qualquer assistência foram por ele consideradas os elementos responsáveis pelo atraso e pelos males sociais que sofria a população goiana e, portanto, matéria que deveria aparecer em seus textos.

Dessa forma, sua crítica recai sobre as classes dos mais abastados, por ele considerados como os principais responsáveis pelas injustiças sociais que assolam Goiás:

Minha literatura, então, era matéria difícil, porque focalizava problemas goianos tidos como indignos do fazer literário. Procurava sublinhar a humanidade do homem sem terra, mostrando a injustiça do latifúndio e da opressão feudal, responsáveis pelo atraso e pelos males sociais de que éramos vítimas. [...] Além do que, minha literatura punha a nu as mazelas da única camada social que poderia ler, a dos alfabetizados, todos eles integrantes da classe dominante dos latifundiários ou a ela ligados pelos laços da burocracia, do magistério e cargos e funções eclesiásticas. (ÉLIS, 1999, p. 61-62)

Em suas principais obras, *A Enxada e O tronco*, Bernardo Élis busca sublinhar as injustiças, a precariedade e a exploração a que os homens do campo eram submetidos pelos proprietários de terras:

(...) Desde a independência que Goiás se tornou um mundo-da-lua, uma terra de ninguém, uma ficção geográfica, como diziam os mais eruditos. Foi para isso que escrevi *O Tronco*, para mostrar que em lugar de lutar contra tal estado de coisas, os dirigentes políticos, tanto estaduais quanto municipais e federais, o que faziam era lutar entre si em disputas fratricidas inúteis, com o objetivo de se apropriarem do rendimentos dos minguidos impostos extorquidos aos pobres e desamparados. (ÉLIS, 1999, p.72)

O viés crítico que dá vida a suas obras literárias também se faz presente em seus textos políticos, como na publicação do artigo “Estado do Tocantins: Canibalismo político”, na *revista Presença*, em que o autor desmascara o discurso empreendido pela CONORTE, segundo o qual a divisão de Goiás traria desenvolvimento e progresso para o Norte. Para ele, não era essa a intenção que movia os ânimos a favor da criação do Tocantins, mas certos interesses políticos dos que estavam interessados nos cargos que iriam ser gerados com sua criação. Outro ponto que para ele é dissonante diz respeito às supostas diversidades culturais entre as regiões Norte e Sul. O contista não acredita nessa opinião. Para ele, a distinção entre as regiões de Goiás é mínima, não chegando a constituir, a seu ver, um fator responsável por sua diferenciação.

Essa não é, no entanto, apenas a opinião de Bernardo Élis. Apesar de não possuir um tom crítico que perpassa pelo literário, como desse escritor, outras personalidades, como Mauro Borges, também se posicionaram contra o movimento separatista de Goiás, por entender que sua divisão significava uma estratégia política dos que estavam interessados nos cargos governamentais que seriam gerados. Ampliando esses pontos de vista, a professora Mary Baiocchi percebe interesses eleitoreiros, como os dos grandes latifundiários que pretendiam garantir o aumento de sua influência na região com a implantação do Estado.

Esses discursos mostraram-se importantes, ainda, ao denunciarem os interesses econômicos e políticos que estavam subjacentes à ênfase dada às potencialidades naturais do Norte, insistindo no argumento de que a divisão de Goiás aumentaria as dificuldades locais:

A crítica feita aos defensores da divisão do Estado foi no sentido de ignorarem ou ocultarem que a implantação de um novo Estado era um fato que implicava despesas elevadas para o governo federal que não estava em condições de custear

e que a região do futuro Estado não tinha recursos suficientes para bancar as despesas. (RIBEIRO, 2001, p.73)

No que diz respeito a essas dificuldades econômicas, algumas personalidades políticas, como o ex-governador de Goiás, Mauro Borges, ao se pronunciarem na revista *Presença*, admitiram que a criação do Tocantins iria onerar os cofres do governo federal, já que o Norte não tinha recursos próprios para se manter, o que inviabilizava sua construção. Além desses problemas econômicos, a revista *Presença* aponta, ainda, os problemas agrários e ecológicos que poderiam advir dessa medida, como:

[...]
os graves conflitos de terra que o sonhado estado do Tocantins teria de resolver. Foi alertado que, na região do Bico do Papagaio, ocorria uma das maiores agudas crises fundiárias do país prestes a explodir. Em relação à questão ecológica foi salientado o grave problema de desertificação da região devido à exploração desorganizada das imensas reservas naturais de babaçu – uma das suas maiores riquezas – e a pecuária extensiva (*Presença*, ano I, n.3, 1986, p.15)

Assim, podemos afirmar que, na década de 1980, a revista *Presença* foi uma voz solitária, assim como, até hoje, são minoria os trabalhos que olham a história da formação do Tocantins sem a lente da “mitificação”. Como vimos, o discurso que deu origem a uma história e a uma identidade oficial tocaninense consolidou-se mediante a seleção de alguns fatos ligados à região Norte de Goiás, aos quais foram dados novos significados de forma a instaurar uma aura mítica e ufanista através da qual se buscou um respaldo para justificar a criação do Tocantins.

1.2 - A VIDA SOCIAL E CULTURAL E A ATIVIDADE LITERÁRIA NO TOCANTINS

Eu peço a Deus, meu pai, abençoai minha viola.
Que eu vou contar uma história de paixão e de amor
Foi nos campos de Siqueira, que meu Tocantins nasceu
Como a flor de girassol, uma flor de girassol.
Como a flor de girassol, uma flor de girassol.

Gurupi, Araguaína, nosso Porto Nacional
Tocantinópolis, querido, de beleza sem igual
E nos campos de Siqueira, Palmas capital nasceu

Como a flor de girassol, uma flor de girassol.
 Como a flor de girassol, uma flor de girassol.

E quem bebe aquela água, ai, ai.
 Se estiver distante chora,
 E ser for tocantinense, de lá nunca vai embora
 Lá tem águas cristalinas, ai, ai
 Praias naturais de rio.

Parabéns, meu Tocantins
 Orgulho de meu Brasil.
 Parabéns, meu Tocantins
 Orgulho de meu Brasil.

Aos amigos tocantinenses, aqui vai a homenagem de Carlos Nando.
 (Canção veiculada por Siqueira Campos na campanha eleitoral para o governo do Estado, 2006)

Entre os mecanismos utilizados para dar visibilidade ao Tocantins, no campo historiográfico, houve, como vimos, a enunciação de um discurso que buscou dar respaldo à sua formação, forjando uma origem histórica e uma identidade tocantinense desde o século XVIII. Unindo-se a esse enunciado, e em decorrência dele, além da relativa manipulação dos acontecimentos históricos e das ações de determinadas personalidades políticas, houve a necessidade de forjar peculiaridades culturais em relação ao restante do país. Desse modo, o processo de criação de uma memória histórica para o Tocantins abrange também suas ações culturais e se assemelha ao movimento descrito por Pierre Bourdieu para a criação de uma idéia de região.

Para o sociólogo, a noção de região se estabelece por uma “di-visão” do mundo social que se configura, a princípio, pela criação de certas fronteiras que servem para delimitá-lo e diferenciá-lo das demais localidades. Como para o autor não existem classificações naturais, essa divisão, por estar em conformidade com os interesses de quem a produz, dá-se por uma representação arbitrária,

[...] um estado da luta das classificações, quer dizer, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre os que têm interesse num ou noutro modo de classificação e que, como ela, invocam frequentemente a autoridade científica para fundamentarem na realidade e na razão a divisão arbitrária que querem impor. (BOURDIEU, 2005, p.115)

Por tratar-se de uma representação, o conhecimento e o reconhecimento de uma região somente serão garantidos se a enunciação de sua existência for feita por um indivíduo que possua autoridade para consagrá-la. Assim, qualquer discurso emitido acerca de um espaço tem o poder de trazê-lo à existência, desde que seu expositor tenha a competência de fazer reconhecer, de fazer ver, sua “nova divisão do mundo social”:

O auctor, mesmo quando só diz com autoridade aquilo que é, mesmo quando se limita a enunciar o ser, produz uma mudança no ser: ao dizer as coisas com autoridade, quer dizer, à vista de todos e em nome de todos, publicamente e oficialmente, ele subtrai-as ao arbitrário, sanciona-as, santifica-as, consagra-as, fazendo-as existir como dignas de existir, como conformes à natureza das coisas, “naturais”. (BOURDIEU, 2005, p.114)

Cabe, neste contexto, um importante papel ao discurso regionalista, que, ao abordar determinada localidade, pode atribuir existência a ela ao “impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora” (BOURDIEU, 2005, p.116).

No entanto, para que um enunciado traga determinada região à existência, através de sua delimitação e diferenciação, cabe a ele forjar uma identidade que se fundamente primeiramente na apropriação de determinados aspectos tomados como realidade objetiva por um certo número de habitantes, de modo a induzir os demais a reconhecerem essas particularidades. Com isso, o enunciado torna-se um produto de identificação por meio do qual o grupo anteriormente ignorado passa a ser conhecido e reconhecido.

Princípios de “di-visão” semelhantes aos identificados por Bourdieu para a criação de uma idéia de região podem ser percebidos no processo de formação de uma identidade cultural para o Tocantins. Na tentativa de legitimar sua formação, vários são os discursos e os símbolos para ele criados que buscam reconhecê-lo como uma localidade que se distingue das demais também por sua produção cultural.

Ao lado dos discursos emitidos por certos historiadores, pelo governo e por seus representantes, temos outros elementos importantes que também se apresentam como vozes autorizadas que buscam dar existência ao Tocantins. Entre eles, podemos citar a confecção da sua bandeira, de seu hino, a produção de uma cartilha, por Siqueira Campos, em 1998, acerca da criação do Estado. Além desse material, temos ainda a publicação de vários almanaques

produzidos pela Secretaria da Cultura do Estado, como a revista *Almanaque Cultural do Tocantins*, que traz uma série de elementos apresentados como parte de sua cultura popular, como danças, comidas, dias festivos, folclore, canções populares. Na música acima transcrita, que compõe o grupo de canções utilizadas na campanha eleitoral do candidato Siqueira Campos ao governo do Estado em 2006, temos um exemplo desses elementos: o uso da flor de girassol para caracterizar o Tocantins na condição de região que foi criada para iluminar o restante do país. Essa imagem solar se faz presente em outros símbolos, como na bandeira tocaninense, em que essa figura ocupa uma posição central e simboliza a formação do Estado como uma solução (uma luz) para os problemas do norte do Brasil.

Entre os recursos que colaboram para a construção de uma imagem do Tocantins, encontram-se os textos literários produzidos por certos escritores e o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas Academias de Letras existentes no Estado. Por meio deles, procura-se criar um contexto cultural pelo qual seja possível forjar uma identidade que venha a diferenciá-lo dos demais Estados e principalmente de Goiás, do qual geograficamente fazia parte. Por isso, é pertinente observar, em primeiro lugar, algumas das principais manifestações culturais da região Centro-Oeste e compará-las com as que são atualmente produzidas no Tocantins, de modo a averiguar o papel que alguns desses elementos possuem nesse processo.

No que diz respeito à vida cultural nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, suas principais manifestações são de caráter popular e estão quase sempre atreladas às festas e comemorações ligadas à Igreja Católica, que são, segundo as professoras Maria Socorro de Deus e Mônica Martins da Silva (2003, p.20), “as festas mais conhecidas no Estado”. Nessas localidades, há o predomínio de expressões de caráter eminentemente religioso, possivelmente resultado do processo de colonização a que foram submetidas pelos portugueses e jesuítas. Em Goiás, por exemplo, a Semana Santa da cidade de Goiás, as Romarias de Trindade (realizadas no município de Trindade) e de Muquém (praticadas na região de Niquelândia) e a Festa do Divino Espírito Santo são consideradas as suas principais manifestações religiosas, às quais se somam as Cavalhadas, as Congadas, as Folias do Divino e as Folias dos Reis, festejos menores que fazem parte dessas comemorações.

Ainda em relação às suas manifestações de caráter popular, vale mencionar a riqueza do folclore dessa região, o qual é composto por várias histórias, mitos, danças, cantos, lendas, crenças: entre os quais vale mencionar a estória de Romanzinho, o Pé-de-garrafa, a Teresa-

bicuda, a Onça-da-mão-torta. Esses casos se perpetuam pelas escolas, onde são ensinados nas cartilhas do ensino básico e assim são mantidos vivos no imaginário popular.

As manifestações culturais em Goiás se deram, também, na forma de literatura escrita. Para Gilberto Mendonça Teles, a criação de Goiânia e a preocupação que seu governo manifestou com relação à instrução propiciaram maiores condições para seu desenvolvimento e sua formação definitiva:

A partir, portanto de 1930, com repercussão concreta depois de 1942, toma a literatura goiana um sentido de auto-afirmação, produzindo obras de poesia, conto, romance, teatro e crítica, procurando assim uma positivação regional na literatura brasileira. (TELES, 1983, p.34)

No entanto, no estudo que fez da poesia em Goiás, não deixou de assinalar instantes anteriores que podem ser considerados como iniciadores de sua atividade literária. Caracterizando-a através de um quadro que marca a sua evolução, começa por descrevê-la a partir de 1726 até os dias atuais. A sua divisão metodológica é determinada por acontecimentos sociais e culturais ocorridos nos períodos em que a produção literária da região adquiriu uma organicidade e elementos característicos, a saber: de 1726 a 1830; de 1830 a 1903; de 1903 a 1930; de 1930 a 1942; de 1942 a 1955; de 1955 aos dias atuais.

Para Teles, entre 1726 e 1830, não houve qualquer experiência de grande valor, em especial, na poesia. Alguns dos textos produzidos nesse período dizem respeito à capitania de Goiás, como, por exemplo, a obra *Memórias sobre a Capitania de Goiás*, de José Correia de Seixas, ou, ainda, de autoria de Antunes da Frota, a *História da Capitania de Goiás*. Em relação aos poemas, a maioria deles foi produzida com a intenção de louvar alguma entidade representativa na época. Nessa linha temática, o autor cita o poeta Bartolomeu Antônio Cordovil, que, entre 1798 e 1800, produziu um ditirampo ao general Tristão da Cunha Menezes, em agradecimento por umas aulas a ele concedidas, ou, ainda, Florêncio Antônio da Fonseca Grostom, que criou um texto em louvor ao capitão Joaquim Alves de Oliveira, juiz de Órfãos do Julgado em Meia-Ponte, pelos trabalhos por ele desempenhados no momento em que houve uma epidemia nesse lugar. Esse período conclui-se com a publicação do *Matutina Meia-Pontense*, o primeiro jornal criado na província.

Teles observa que, ao contrário do período anterior, o que se estende de 1830 a 1903 apresenta um contexto mais propício para o desenvolvimento de uma literatura em Goiás. Entre

esses eventos, destaca-se a criação do Liceu de Goiás, em 1847; do Gabinete Literário Goiano, em 1864, além do aparecimento de inúmeros jornais, nos quais há a produção poética dos autores goianos. Como eram raras as produções de livros, o jornalismo foi o gênero dominante na época, sendo responsável, inclusive, pela publicação e pela divulgação de poemas com tendências românticas:

A última década do século passado, em que apareceram inúmeros jornais, muitos quase puramente literários, tornou-se um período de fermentação de idéias políticas, de consolidação republicana, ao mesmo tempo em que os nossos poetas se iniciavam em novas experiências, adotando uma ou outra contribuição parnasiana e raramente simbolista. (TELES, 1983, p.67)

Na fase de 1903 até 1930, a ênfase no meio editorial é maior com a publicação de inúmeras obras, como o *Alvorada* (1902), o *Violetas* (1904), o *Agapantos* (1905) e outros, inclusive do *Anuário histórico, geográfico e descritivo do Estado de Goiás*, do professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, no qual se encontra um panorama da literatura em Goiás, e do semanário *A Rosa*, dirigido por algumas senhoritas, entre elas, a escritora Cora Coralina. Com esse cenário, houve o aparecimento de outros gêneros, como a crítica e o conto, que se destacaram em relação ao jornalismo e à poesia e tiveram como grandes representantes os escritores Hugo de Carvalho Ramos, com o livro *Tropas e boiadas*, de 1917, e Pedro Gomes, com a obra *Na cidade e na roça*, datada de 1924:

De 1903 a 1930, viveu o Estado de Goiás, pelo menos nos primeiros anos, a sua mais intensa atividade intelectual, assinalando-se neste período uma inquietação de espíritos, cuja conseqüência imediata é a grande produção literária, principalmente na poesia e no jornalismo, registrando-se também o aparecimento dos primeiros contos e as primeiras arremetidas pelos terrenos da crítica, nas suas mais primitivas manifestações. (TELES, 1983, p.69)

O período que se estende de 1930 a 1942 caracterizou-se pela fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, em 1933, e a mudança da capital para Goiânia. No que diz respeito à produção poética, nessa fase, segundo Teles, ocorreu uma espécie de Pré-Modernismo, no qual se encontram poemas de ordem modernista e alguns, ainda, impregnados pelas tendências parnasianas, simbolistas e até mesmo românticas:

Também a literatura, como não podia deixar de ser, é tomada de novo entusiasmo e, sentindo já as mutações estéticas do Modernismo, vai lentamente procurando ajustar-se às novas condições político-sociais. Daí porque o período que se

estende de 1930 a 1942 tem natureza eclética, pré-modernista, e deve ser estudado à parte, antes do nosso verdadeiro movimento modernista, de 1942 aos nossos dias. (TELES, 1983, p.102)

Se, nesse período, a literatura produzida em Goiás caracteriza-se por um aspecto eclético ao mesclar poemas de tendências parnasianas, românticas e simbolistas, a partir de 1942, esses textos já começam a demonstrar maior adesão aos padrões da primeira fase do modernismo, com alguns poetas como Afonso Félix de Sousa e A. G. Ramos Jubé, que superaram os poetas anteriores. Alguns acontecimentos políticos influenciaram essa nova fase da literatura em Goiás, que se estende de 1942 até 1955:

A mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia, ocorrida efetivamente em 13 de dezembro de 1935, o batismo cultural da nova cidade em 4 de julho de 1942, a que compareceram ilustres políticos nacionais e, sobretudo, depois que a Capital se foi consolidando e os próprios goianos começaram a acreditar na impossibilidade de seu retorno à velha Goiás – foi que surgiu em Goiânia um dos mais sólidos movimentos intelectuais de nosso Estado, inaugurando-se definitivamente o Modernismo em nossa incipiente literatura. (TELES, 1983, p.129)

No campo especificamente literário, vale a pena destacar a publicação da revista *Oeste*, em 1942, com circulação até 1945, e a criação da *Associação Brasileira de Escritores*, Secção de Goiás, que passou a chamar-se, em 1962, *União Brasileira de escritores de Goiás* (UBEGO). Essa instituição foi designada para supervisionar a “Bolsa Hugo de Carvalho Ramos”, que, criada em 1943 pela prefeitura de Goiânia, deu um avanço no campo editorial do Estado, pelas inúmeras publicações que efetuou. Entre elas, destacaram-se as obras *Ermos e Gerais*, contos de Bernardo Élis, a *Antologia goiana*, organizada por Veiga Neto, entre outras.

Após 1955, houve inúmeras inovações, como I Semana de Arte de Goiás, organizada em 1955 e ocorrida em 1956, a fundação da Universidade Federal de Goiás, em 1960, na qual se instalou uma gráfica universitária, e, por último, o surgimento do Jornal *Oiô*, em 1957, no qual se publicaram vários contos, poemas e ensaios e que, segundo Teles

[...] foi na verdade o veículo catalisador das idéias literárias em Goiás, funcionando como força centrípeta dentro do meio intelectual, arrastando para suas colunas tantos os velhos como os novos do tão discutido grupo “Os Quinze”. (TELES, 1983, p.174)

Quando trata desse período, o crítico discutiu atentamente o surgimento, em 1956, de dois grupos literários e sua influência sobre a literatura produzida em Goiás: *Os Quinze*, constituído por inúmeros romancistas, contistas, jornalistas, críticos e o primeiro a ter seu manifesto modernista publicado, e o *Grupo de Escritores Novos* (GEN), formado por um grupo de jovens estudantes, inclusive alguns cursando ainda o ginásio. Se o primeiro deles foi importante para a consolidação dos traços da literatura na atualidade, o mesmo não se deu com os autores do GEN, que, segundo Teles, não lograram grandes avanços. Ao fazer um balanço geral da situação no Estado, o crítico faz a seguinte observação:

Ao contrário do grupo “Os Quinze”, cujos membros, individualmente, já possuíam na época um certo amadurecimento literário, congregando representantes de vários gêneros e espécies (romance, conto, poesia, crítica, jornalismo), inclusive de outras artes, como Frei Nazareno Confaloni na pintura, o “Grupo de Escritores Novos” (GEN) não apresenta, por enquanto, maiores possibilidades, movimentando-se aquém do nível literário de Goiás. E os seus componentes apenas se exercitam na poesia, sem experiência noutra sentido, o que, afinal, se denuncia como um índice de suas próprias dimensões. (TELES, 1983, p.190)

Ao contrário de Teles, as professoras Vera Maria Tietzmann Silva e Maria Zaira Turchi, ao estudarem a evolução que o conto adquiriu em Goiás, consideram o surgimento do GEN de grande valia por acreditar que ele foi responsável pelas novas tendências que esse gênero seguiria. Apesar de não especificarem de forma muito clara como se caracterizaram as inovações trazidas por esse grupo, as autoras o responsabilizaram por tornar o conto mais universal e por incluir algumas modificações na sua estrutura, como a criação de efeitos estilísticos novos, o realce da linguagem e da narrativa, em detrimento do plano das ações, a descrição ambiental utilizada com o intuito de caracterizar o personagem e seu ambiente e o próprio espaço, que, segundo elas, adquire uma tonalidade híbrida na qual não há uma fronteira muito nítida entre o urbano e o rural. Essas modificações as levam a classificar o conto goiano produzido entre as décadas de 1960 e 1990 como “uma ficção múltipla, variada, que abriga o tradicional e o moderno, o regional e o universal, o rural e o urbano, o realista e o psicológico, o alegórico e o fantástico” (SILVA e TURCHI, 1994, p.19-20).

Vera Maria Tietzmann Silva e Maria Zaira Turchi, ao fazerem uma antologia dos contos na década de 60, apontam a diversidade como uma das suas características mais relevantes. Para elas, esse gênero foi influenciado por algum acontecimento político que direcionou sua feitura:

por exemplo, a censura política ditada pelo golpe militar de 64 resultou na produção de novos gêneros ainda não praticados no Estado, como os textos infantis e outros que enveredam por uma linha fantástica e alegórica, pelas quais seus autores conseguem referir-se ao sistema político da época, criticando-o.

Diferentemente dessas autoras, Gilberto Mendonça Teles, estudando a evolução do conto em Goiás, chega a lamentar que esse gênero não tivesse enveredado pela temática do urbano:

Pena que nossos contistas se tenham contentado com simplesmente escrever, caindo ora no campo do antigo Realismo ora no já superado Regionalismo, sem preocupações de busca de soluções novas e de aproveitamento de outros conteúdos, que não simplesmente de natureza rural. O conto urbano, pelo menos em livro publicado, não existe ainda em Goiás. (TELES, 1995, p.41)

Em decorrência desse modo de analisar os fatos literários, Teles considera que o conto produzido em Goiás caracteriza-se predominantemente por uma tendência regionalista que se divide em duas linhas distintas. A primeira, denominada “intelectualista”, tem origem na obra de Hugo de Carvalho Ramos. Nela, os temas regionais, o material folclórico e popular, os falares regionais e os modismos são marcados por maior erudição e refinamento. Ao listar os autores dessa fase, inclui, além do próprio Hugo de Carvalho Ramos, Gastão de Deus, Bernardo Élis e José J. Veiga. A segunda linha, à qual se refere como “primitivista”, inicia-se com os “causos” de Pedro Gomes e com Crispiniano Tavares. As obras que compõem esse grupo são consideradas esteticamente inferiores às do primeiro por apresentarem uma “exagerada despreocupação com as estruturas lingüísticas ou na preocupação exagerada, perdendo-se quase sempre em burilamentos gramaticais, num evidente prejuízo da expressividade natural” (TELES, 1983, p.202). Os representantes mais significativos dessa tendência são Derval de Castor e Waldomiro Bariani Ortêncio.

Para o autor, não é somente nos contos que a temática regional se apresenta, mas também nos poemas. Em *A poesia em Goiás* (1983), Teles se empenha em destacar os períodos em que os autores produziram poemas nos quais se percebe a presença do que ele denomina “goianidade”, ou seja, textos que abordam assuntos relacionados ao estado de Goiás. Quando discute a literatura produzida em Goiás como um todo, Teles assinala que ela demonstra uma evolução quando há o aproveitamento de uma temática social e historicamente goiana:

Reconhecemos mesmo que qualquer trabalho sobre a nossa cultura deve forçosamente situar o Estado antes e depois de Goiânia. O que entretanto não se deve esquecer é o fato de ser Goiânia a decorrência de um amadurecimento político, cujas raízes encontram mergulhadas na revolução de 1930. Daí porque só depois dessa época será verdadeiramente lícito assinalar-se uma literatura em Goiás, mesmo assim caracterizada, incipiente na sua afirmação, mas procurando constantemente definir-se, caminhando para o aproveitamento de uma temática social e historicamente goiana e refletindo ao mesmo tempo os aspectos mais positivos de uma sincronização nacional. (TELES, 1983, p.33-34)

De todas essas manifestações culturais, apenas algumas das práticas populares produzidas em Goiás apresentam-se no Tocantins, como a Festa do Divino Espírito Santo, as cavalhadas, congos e congadas, as Folias do Divino e dos Reis, as Catiras, às quais somam-se outras como a Roda de São Gonçalo, a Festa de Nossa Senhora de Natividade, os Caretas de Lizarda, Festejos de Nossa Senhora do Rosário, Caçada da Rainha. O fato de algumas dessas atividades fazerem parte do quadro cultural do Tocantins em detrimento de outras relaciona-se ao seu caráter tradicional e popular, e, por serem mais praticadas e conhecidas, não somente nessa localidade, mas no país como um todo, acabaram por enraizar-se na sua cultura de tal forma que, ao passarem de uma geração a outra, tornaram-se parte integrante de seu contexto. Como exemplo, temos a Festa do Divino Espírito Santo, que acontece na região desde o século XIX, a Romaria do Bonfim, que acontece na cidade de Natividade desde o século XVIII, e, em Araguacema, desde 1932. Outro motivo para sua permanência é de caráter puramente geográfico: as manifestações que eram executadas nas áreas que hoje constituem o estado do Tocantins continuaram a fazer parte de seu acervo, como a Festa do Divino Espírito Santo, a lenda do Negro d'água e a lenda do Romanzinho.

No entanto, no diálogo entre Tocantins e Goiás, se algumas dessas práticas se apresentam as mesmas, outras, por sua vez, como é o caso da literatura, mostram-se desvinculadas da produzidas no estado goiano. Isto porque a atividade literária não possuía uma tradição popular que a legitimasse, havendo desse modo o desejo de se criar um contexto que venha a configurá-la e pelo qual seja possível definir peculiaridades culturais para o Estado. Assim, há uma certa manipulação das práticas cultas no Tocantins com vista a dotá-lo de uma identidade que lhe pareça característica. Desse modo, ao contrário de algumas das manifestações populares, não há referência à literatura produzida em Goiás: o que há é a necessidade em se destacar a existência de obras literárias criadas no Estado por um grupo de escritores que nele reside.

Diante desse quadro, é interessante basearmos-nos em alguns dos pressupostos de Antonio Candido acerca da formação da literatura brasileira, de modo que seu modelo nos sirva de parâmetro para melhor analisar como se caracteriza a produção literária no Tocantins e a função que os elementos que a constituem, como suas Academias de Letras, os meios de publicação e seu quadro de leitores, possuem nesse contexto.

Para Candido (1999), a formação da literatura brasileira se deu através de um processo que pode ser dividido em três etapas: a primeira, chamada era das manifestações literárias (que vai das origens no século XVI, com os autos de Anchieta, às academias do século XVIII); a segunda, na qual há a configuração de um sistema literário (que vai do século XVIII, com o surgimento das academias, até o final do século XIX); e a terceira, considerada um sistema literário consolidado (da segunda metade do século XIX até os nossos dias).

As etapas descritas evidenciam que o autor concebe a literatura como um sistema articulado, de maneira que sua formação no Brasil coincide com a completa configuração desse sistema, que é definido por Candido da seguinte forma:

Entendo aqui por sistema a articulação dos elementos que constituem a atividade literária regular: autores formando um conjunto virtual, e veículos que permitem o seu relacionamento, definindo uma “vida literária”; públicos, restritos ou amplos, capazes de ler ou ouvir as obras, permitindo que elas circulem e atuem; tradição, que é o reconhecimento das obras e autores precedentes, funcionando como exemplo ou justificativa daquilo que se quer fazer, mesmo que seja para rejeitar. (CANDIDO, 1999, p.15)

Para o autor, não é possível falar em literatura brasileira propriamente dita no século XVI, mas em meras manifestações literárias, devido à existência “de autores ocasionais, ou circunstanciais à sua região, produzindo obras que na maioria não foram impressas”, impossibilitando a configuração de um sistema literário no Brasil daquela época. Já no século XVIII, com o surgimento das primeiras academias literárias, houve o início da configuração desse sistema e, portanto, de uma *literatura propriamente dita*, processo que irá completar-se somente no século XIX, com o advento do Romantismo:

[...] houve literatura entre nós desde o século XVI; ralas e esparsas manifestações sem ressonâncias, mas que estabelecem um começo e marcam posições para o futuro. Elas aumentam no século XVII, quando surgem na Bahia escritores de porte; e na primeira metade do século XVIII as Academias dão à vida literária uma primeira densidade apreciável. (CANDIDO, 1993, p.15)

No século XVII houve um momento de densidade cultural, não concentrada apenas num lugar, mas começando a manifestar-se em outros simultaneamente. As Academias estabeleceram os primeiros laços visíveis entre intelectuais dos diversos pontos da colônia, ajudando a formar-se o sentimento de uma atividade literária comum. (CANDIDO, 1999, p.64)

Os fatores primordiais apontados pelo autor para que houvesse a consolidação do sistema literário no período romântico foram: o surgimento de um grupo de escritores responsáveis pela transformação da literatura em uma atividade cultural permanente e não mais em mera manifestação individual e esporádica, como ocorria no século XVI; a configuração de um público formado por um número maior de leitores, que, apesar de constituírem um grupo relativamente pequeno, eram mais participativos do que os de épocas antecedentes e apresentavam-se mais aptos a darem realidade às obras e a seus autores; a constatação e construção, por parte dos escritores, do início de uma tradição literária local; o aparecimento de certas condições sociais, ideologias e de algumas modalidades de comunicação (jornais, editoras, bibliotecas...). Segundo o autor,

Indícios como estes mostram que a partir da metade do século XVIII já se pode falar pelo menos do esboço de uma literatura como fato cultural configurado, não apenas como produções individuais de pouca repercussão. A consciência de grupo por parte de intelectuais, o reconhecimento que começou a existir de um passado literário local, o começo de maior receptividade por parte de públicos, embora débeis e pouco numerosos, começam a definir uma articulação dos fatos literários. Esta foi a importância decisiva do século XVIII, cuja base é o movimento das Academias e cujo coroamento será a plena consciência de autonomia no século XIX. (CANDIDO, 1999, p.29)

Dessa forma, a literatura propriamente dita, para Antonio Candido, é um sistema articulado que se configura mediante a existência de três elementos tidos como básicos, a saber: um autor, uma obra e vários receptores (leitores), sendo que o conjunto desses três elementos, segundo o crítico,

[...] dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contacto entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (CANDIDO, 1993, p.23)

O autor observa, ainda, que, para que este sistema literário se forme, é imprescindível a interação desses três elementos (autor-obra-leitor), pois ela é necessária para que se dê a “comunicação inter-humana”:

Na medida que a arte é – como foi apresentada aqui – um sistema simbólico de comunicação inter-humana, ela pressupõe o jogo permanente de relações entre os três, que formam uma tríade indissolúvel. O público dá sentido e realidade à obra, e sem ele o autor não se realiza, pois ele é de certo modo o espelho que reflete a sua imagem enquanto criador.

[...]

A obra, por sua vez, vincula o autor ao público, pois o interesse deste é inicialmente por ela, só se estendendo à personalidade que a produziu depois de estabelecido aquele contacto indispensável. Assim, à série autor-público-obra, junta-se outra: autor-obra-público. Mas o autor, do seu lado, é intermediário entre a obra, que criou, e o público, a que se dirige; é o agente que desencadeia o processo, definindo uma terceira série interativa: obra-autor-público. (CANDIDO, 2000, p.38)

Se tomarmos a definição de Antonio Candido de literatura como um sistema articulado formado por autores, obras e leitores que estão em íntima relação e pressupõem uma certa tradição e continuidade para se configurar, podemos, a partir desse conceito, fazer algumas considerações em relação ao contexto literário no Tocantins e constatar que ele é caracterizado por um sistema em processo de construção.

O fato de encontrarmos esse ambiente em formação justifica-se pela imaturidade econômica, social e, principalmente, cultural do Tocantins. Mas, nos últimos tempos, verifica-se o aparecimento de uma série de fatores que indicam a implantação e a solidificação de um cenário literário mais representativo para ele e pelos quais busca-se dotar o Tocantins de uma tradição literária que lhe pareça própria, sendo eles: o surgimento de um número maior de escritores; o aumento das obras por eles produzidas; o aparecimento de certos mecanismos de publicação para elas, como as editoras, as gráficas, os jornais, as antologias de contos e poesias, e os anuários de poetas e, o mais importantes de todos eles, o surgimento das Academias de Letras, na capital (a ATL – Academia Tocantinense de Letras, e a APL – Academia Palmense de Letras) e nas cidades do interior (a ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, com sede em Araguaína; a AGL – Academia Gurupiense de Letras, com sede na cidade de Gurupi; a ACLA – Academia Colinense de Letras e Artes, com sede em Colinas, e, por fim, a ALMA – Academia de Letras Mirim de Araguaína, com sede em Araguaína).

O primeiro desses fatores, o aparecimento de um número maior de escritores, é decorrente do surgimento de um grupo de pessoas que se empenham em destacar-se como autores, independentemente da profissão que exerçam na sociedade. Esse elemento, por sua vez, influencia no aumento dos textos produzidos por esses autores que, preocupados em inserir-se no espaço literário e garantir sua permanência nele, mostram-se cada vez mais comprometidos com a produção de obras e com sua publicação.

Apesar do desenvolvimento da produção literária, no que diz respeito aos diferentes modos de editoração, determinados problemas de ordem econômica (muitos autores não possuem recursos financeiros para publicarem seus textos) e algumas vezes o número reduzido de editoras ou de gráficas locais para a publicação das obras são os principais empecilhos para suas publicações.

Desse modo, alguns caminhos alternativos são seguidos pelos autores para que sua obra venha à lume. Um dos meios de reduzir os custos da publicação em editoras e, até mesmo, em gráficas, é a busca por apoios culturais dos órgãos particulares ou governamentais, como as prefeituras, o SESI – Serviço Social da Indústria - e outros. Um exemplo desse tipo de parceria entre autor e entidades privadas, e que é muito comum no Estado, pode ser vislumbrado no texto *Imguinorapulis*, de Jauro José Studart Gurgel (2003), que teve como patrocinadores, além da Prefeitura Municipal de Araguaína, cidade na qual o escritor residia, inúmeros outros estabelecimentos comerciais dos mais variados ramos, como uma casa de materiais de construção, a *Casa do Marceneiro*; uma farmácia, a *Open farma*, e até mesmo um hospital, o *Hospital e Maternidade Dom Orione*, entre outros, que no total somam vinte estabelecimentos privados, conforme os *slogans* comerciais que vêm impressos na contracapa do livro.

A relação estabelecida entre o autor de Araguaína e o modo como a obra é editada revelam que os contatos pessoais que o escritor detém nessa cidade corroboraram para que um grande número de empresas incentivasse sua publicação: Jauro Studart Gurgel reside há muito tempo em Araguaína e, naquele momento, era jornalista do *Jornal do Tocantins*, funcionário da prefeitura e membro da ACALANTO. Além disso, é muito conhecido na cidade e já possui outras três obras publicadas através desse tipo de apoio cultural, dados que certamente contribuíram para que houvesse tais patrocínios.

A dificuldade na produção dos livros, bem como a falta de espaços variados de divulgação nos permite verificar que publicar uma obra em editora ou em gráfica no Tocantins

depende de elementos extra literários, como ajuda financeira do poder público (nesse caso, da prefeitura) ou de órgãos privados (como os estabelecimentos comerciais), o *status* social, político, econômico (já que muitos se dispõem a financiar sua própria obra) e profissional que o autor possui na cidade, evidenciando, assim, um certo tipo de relação social e muitas vezes política a que ele e vários autores no Tocantins estão sujeitos, já que o convívio social em muitos dos casos contribui para a publicação da obra.

Muitos escritores, que não possuem uma relação social ou político que lhes garanta esse tipo de publicação, buscam outras soluções mais imediatas, como a veiculação de seus textos em jornais, em antologias ou através de outros meios, como no caso de Carlos S. de Bayma, que, para ter seu livro publicado, inaugurou o que ficou conhecido como a *Cooperativa do Livro*. Esse trabalho consistiu na venda de uma espécie de vale-livro pelo autor, que remete o dinheiro arrecadado para custeio gráfico da obra que, depois de pronta, é entregue a cada um de seus compradores³.

Dentre as práticas mais comuns entre os escritores que não possuem meios de imprimir suas obras em editoras ou gráficas, destaca-se a publicação de textos em jornais locais ou regionais. Um dos jornais responsáveis por esse trabalho é *O Jornal do Tocantins*, de âmbito estadual, bem como os jornais *Folha da Cidade*, de Gurupi; *Folha da Cidade*, de Palmas; *Cocktail*, de Gurupi; *Folha Popular*, de Palmas; *A Notícia*, de Gurupi; e o *Diário do Tocantins*, de Palmas. Esse foi o primeiro meio de divulgação existente no Estado, conforme deixou registrado a escritora Margarida Lemos Gonçalves, presidente da ATL (Academia Tocantinense de Letras), em 1994:

Por muito tempo, aqui no Tocantins, o poema ficou preso na garganta daqueles que versejam e cantam a vida. Uns, mais afoitos, buscaram jornais, ou distribuíaam cópias singelas, ou timidamente declamavam seus versos nos serões familiares. (GONÇALVES, 1994, p.19)

Vale observar que esse tipo de jornalismo, apesar de prestar-se à veiculação de textos literários, tem um caráter muito mais informativo. O que a princípio poderia ser um espaço para uma maior apresentação de poemas e de contos, acaba sendo utilizado em grande parte para

³ Essa cooperativa, que tem por objetivo incentivar as publicações de autores palmenses, é coordenada por um grupo de artistas da cidade de Palmas. As informações relativas a ela foram obtidas pelo jornal *Folha Popular*. www.folhapopular.com, consultado em 9/12/2003.

divulgar certos eventos, principalmente aqueles relativos às Academias de Letras, como lançamentos de livros, posse de novos escritores, entrega de prêmios a algum acadêmico entre outros. Com uma estrutura assim definida, as matérias mais comuns editadas por esses periódicos abordam os lançamentos de livros pelos escritores que, em sua maioria, fazem parte de algumas das Academias de Letras.

Como exemplo, temos a notícia abaixo, extraída do *Diário do Tocantins*:

Acadêmica lança livro de contos.

A acadêmica e a contista Ednéa Rezende, titular da cadeira seis, da Academia Gurupiense de Letras – AGL, está concluindo todos os preparativos para a publicação de sua mais nova obra, o livro intitulado *Retalhos*, que está sendo editado com o selo editorial da AGL, com lançamento previsto para o mês de março. (*Diário do Tocantins*, 14/02/01)

Alguns jornais são mais prolixos, como é o caso do *Jornal do Tocantins*, que, na maioria das vezes, além do anúncio do assunto principal, apresenta-se mais detalhista ao dar ênfase à biografia dos autores e aos trabalhos por eles já desenvolvidos. Como exemplo desse aspecto, temos a reportagem sobre a entrada da escritora Ana Márcia Barros, da cidade de Gurupi, para a antologia *Del’Secchi*, organizada pelo escritor e poeta Roberto de Castro Del’Secchi:

A poetisa Ana Márcia Barros é a única tocantinense a participar da 7 *Antologia Literária Del’Secchi*, organizada pelo escritor e poeta Roberto de Castro Del’Secchi, que deverá ser lançada no final deste mês no estado do Rio de Janeiro (RJ). Márcia, que iniciou a carreira há cerca de três anos, possui uma bagagem literária muito vasta. Ela participou da menção honrosa no Concurso Nacional Poético Livre da cidade de Caxias do Sul (RS), ganhou o prêmio de edição com a participação da Antologia *Preces e reflexões*, publicada pela editora Taba Cultural, que também será lançado no final deste mês, do *Almanaque Literário*, de Olais Costa Velho também do Rio de Janeiro e agora irá participar do Dicionário Bio-bibliográfico dos escritores contemporâneos da antologia de prosa e verso de Arthur Filho.

[...]

Em Gurupi, a escritora trabalha diretamente com a comunidade, levando até os alunos das escolas municipais e particulares um pouco do que sabe sobre o meio literário. A forma encontrada por ela foi através do *Projeto Roda Literária*, realizado pela Coordenadoria de Artes de Gurupi com o apoio da Academia Tocantinense de Letras. (*Jornal do Tocantins*, 30/05/02)

Além da informação sobre o acontecimento literário, o *Jornal do Tocantins* empenhou-se em fazer uma extensa exposição da vida da autora e de seus trabalhos literários. A ênfase nesses dados bibliográficos pode ser tomada como uma estratégia utilizada pelo jornal para demonstrar

que o valor literário dos trabalhos da escritora extrapola os limites da cidade de Gurupi, onde ela reside, de modo a colocá-la no mesmo patamar das outras escritoras do país e, assim, justificar a entrada de seus textos em tal antologia. Essa estratégia, por sua vez, possui uma determinada intenção política perceptível no caráter ufanista pelo qual o jornal busca demonstrar que os autores do Tocantins, e, por extensão, a literatura nele produzida, possuem uma projeção no cenário literário nacional.

Outro tipo de matéria comumente veiculada por esses jornais diz respeito à posse de algum novo membro nas Academias de Letras. Geralmente, notícias desse teor são transmitidas como acontecimento de especial importância no Estado:

“Um acontecimento memorável”, assim o poeta e jornalista Gil Correia, presidente da Academia Gurupiense de Letras, definiu a solenidade de posse do escritor e teólogo João Gomes da Silva na cadeira 21 daquela instituição. O evento aconteceu sábado passado, no templo sede da igreja Assembléia de Deus de Gurupi e contou ainda com a apresentação especial do grupo Musical Art's & Louvores e da cantora Gospel Lua Magalhães. (*Folha Popular*, 11/11/03)

No que diz respeito a esse noticiário, é interessante notar ainda que a escolha do espaço da igreja da qual o acadêmico é integrante, para que haja sua posse na academia, restringe o conhecimento do escritor e o acesso de muitas pessoas, que não freqüentam esse lugar, a tal atividade, o que acaba também influenciando no tipo e na quantidade de leitores para as suas obras.

Devido a essas peculiaridades no contexto literário do Estado, sua própria dinâmica acabou por criar outras formas de publicação tidas como alternativas, como a AGL – Academia Gurupiense de Letras - que, incitada pela necessidade de dar avanço ao campo editorial na cidade de Gurupi, criou, em 2000, as *Edições AGL*, um selo de publicações da academia que proporciona a edição dos livros dos escritores e, em especial, de seus acadêmicos a um custo muito baixo.

Outros meios de publicações muito comuns no Estado são as antologias de contos e poemas, em especial as que foram produzidas pelo SESI – Serviço Social da Indústria – que, inclusive, foi uma das primeiras empresas a incentivar a difusão desse tipo de obra, juntamente com a FIETO – Federação das Indústrias do Tocantins. Promotoras dos concursos estaduais, como o *Prêmio SESI de Poesia* e o *Prêmio SESI de Contos Tocantinenses*, essas instituições procuravam incentivar a geração dos livros, como podemos verificar na fala do seu superintendente:

O Prêmio SESI de Poesia foi concebido, no âmbito do Sistema FIETO, com o objetivo de arriscar uma resposta concreta ao desafio de estimular a pesquisa e a produção no campo literário e veicular a cultura da gente tocantinense. (FERNANDES, 1994, p.17)

Esses concursos literários eram responsáveis pela edição de antologias com os textos dos seus ganhadores. Do *Prêmio Sesi de Poesia* e do *Prêmio Sesi de Contos Tocantinenses* foram feitas cinco antologias de poesias e outras duas de contos resultantes dessa iniciativa realizada na cidade de Araguaína⁴.

Em relação à estrutura de suas coletâneas, todas têm uma apresentação feita pelo presidente da FIETO - Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - na qual geralmente se buscam delinear os objetivos de tais obras. Segundo o prefácio do *V Prêmio Sesi de Poesias* do ano de 1997, o concurso é definido como “o descobridor de talentos e fomentador da produção literária tocantinense”. O superintendente do SESI, José Roberto Fernandes, por exemplo, reafirma a funcionalidade das antologias, como a de contos que foi publicada em 1994, no que diz respeito à promoção que fazem dos autores e da literatura produzida no Tocantins:

Este certame foi criado com o objetivo de prover os escritores tocantinenses, do neófito ao já consagrado, de um veículo de expressão competente, duradouro e suficientemente abrangente, além de corporificar um agente aglutinador de professores, letrados e pessoas ligadas à arte da escrita, de toda ordem, para assim suscitar a pesquisa, a discussão e a divulgação da literatura produzida em nosso meio. (FERNANDES, 1994, p.13)

Na coletânea de poesias do ano de 1995, o presidente Antônio Conceição Cunha Filho declara que a concepção de literatura veiculada nessas antologias está relacionada à realidade, cabendo aos escritores exprimir em seus textos seus sentimentos, suas alegrias, suas tristezas. Segundo ele, essas obras teriam ainda a função de incluir seus autores e seus livros em uma “memória cultural”, que para o autor é tida como algo já consolidado no Estado:

O III Prêmio Sesi de Poesia que ensejou a publicação desta nova Antologia é a continuidade de um programa que, ao longo desses últimos três anos, os poetas tocantinenses têm se motivado para registrar publicamente suas aspirações, suas angústias, suas alegrias, suas tristezas e, sobretudo fazer parte de uma memória

⁴ Entre essas antologias temos: *I Prêmio SESI de Poesia: antologia poética*. Araguaína: SESI, 1993; *II Prêmio SESI de Poesia: antologia poética*. Araguaína: SESI, 1994; *III Prêmio SESI de Poesia: antologia poética*. Araguaína: SESI, 1995; *IV Prêmio SESI de Poesia: antologia poética*. Araguaína: SESI, 1996; *VI Prêmio SESI de Poesia: antologia poética*. Araguaína: SESI, 1997; *Coletânea do I Prêmio SESI de Contos Tocantinenses*. SESI: Araguaína, 1994; *Coletânea do II Prêmio SESI de Contos Tocantinenses*. SESI: Araguaína, 1995.

cultural que contempla os escritores de várias regiões deste Estado. (CUNHA FILHO, 1995, p.11)

Semelhante funcionalidade está evidenciada e reiterada em textos de outras edições do concurso, as quais são valorizadas por serem “uma forma de oportunizar que novos valores regionais divulguem seus trabalhos, enriquecendo a cultura do Tocantins” (RUIZ, 1995, p.13). Com tais objetivos, essas obras são vistas como “compêndios” nos quais estão registrados e resgatados certos fatos responsáveis pela consolidação de uma “história dos tocantinenses” e de uma “identidade cultural do povo tocantino”:

Na presente versão foram inscritos duzentos e dezoito contistas, integrando a esta publicação oito trabalhos, sendo três menções honrosas que, somados a centenas de poemas, versos, prosas e crônicas editadas em outros compêndios, registrarão com a sucessão de anos, a história dos tocantinenses através dos relatos oriundos de fatos políticos, sociais e econômicos, de diversa natureza. (CUNHA FILHO, 1996, p.9)

Para nós, incentivar a produção literária é palavra de ordem, pois somos conscientes da importância do trabalho de resgate da identidade cultural do povo tocantino, seja através da poesia, do conto, da dança, do teatro, das artes plásticas e do esporte. (SANTOS, 1997, p.17)

Esses enunciados são apenas afirmações genéricas que nos levam a apontar, nessas obras, certos interesses políticos, visto que buscam a todo instante afirmar a existência de uma cultura e de uma identidade tocantinense já consolidada, funcionando assim como fonte de enaltecimento e de divulgação do Estado, seja através de textos literários, ou dos prefácios das antologias, ou, ainda, pelas notícias acerca do destaque que seus escritores têm recebido.

Com funções políticas semelhantes, outro tipo de obra coletiva presente no Estado e que está em seu terceiro ano de publicação é o *Anuário de Poetas e Escritores de Gurupi*, organizado pelo escritor Eliosmar Veloso. O exemplar que possuímos é do ano de 2004, no qual consta um número de vinte e três escritores. Os textos nele publicados são poemas que versam sobre os mais variados temas. Nele há também uma apresentação na qual constam os objetivos de tal impressão, que, semelhantes ao da antologia do SESI e dos jornais, vão, segundo o seu organizador, amenizar os gastos e a falta de recursos que impedem que os escritores tenham suas obras publicadas:

No ano de 1998, durante nossa gestão na Coordenadoria Municipal de Arte e Cultura de Gurupi, éramos procurados por muitos escritores pedindo ajuda para a publicação de livros individuais. Diante da impossibilidade da Prefeitura Municipal de ajudar a todos, criamos o ANUÁRIO DE POETAS E ESCRITORES DE GURUPI. Um projeto que podia servir aos anseios de todas as pessoas que escreviam e sonhavam ou não em um dia lançar um livro ou ver seus trabalhos sendo divulgados em um certame. (VELOSO, 2004, p.5)

Além dessa apresentação, há um prefácio escrito pelo presidente da AGL, o escritor Gil Correia, que também reproduz a opinião relativa à necessidade de obras que dêem oportunidade para aqueles que, apesar de possuírem textos escritos, por razões puramente econômicas não conseguem editá-los:

Toda a iniciativa cultural que tenta resgatar, revelar, aglutinar e sensibilizar, é digna de louvor.

Na área da literatura, então, nem se fala. Especialmente pelas poucas oportunidades que as pessoas têm para mostrar os trabalhos literários.

Quando vemos uma proposta de reativação do ANUÁRIO DE POETAS E ESCRITORES DE GURUPI, de forma abnegada e apaixonada, do escritor e teatrólogo Eliosmar Veloso, contrariando até mesmo o sistema literário vigente, renovamos nossas esperanças de que o sonho sempre vale a pena, de que a vida só tem sentido para algumas pessoas, se estiverem o tempo todo praticando de forma desinteressada a chamada cultura social. (CORREIA, 2004, p.7)

Faz parte, ainda, dessas obras coletivas, uma antologia dos poetas da ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense - intitulada *Achados poéticos*. Publicada em 2004, a obra, de forma semelhante a outras acima citadas, teve por objetivo propiciar que os poetas dessa academia tivessem seus textos editados, de forma que cada poeta participou da obra com três poemas.

É possível observar que uma das funcionalidades dessas publicações coletivas, como os anuários, as coletâneas e os jornais, é trazer à lume textos inéditos e proporcionar aos autores o privilégio de conseguirem que seus textos sejam publicados. Esses fatores fazem com que muitos autores recorram a esse tipo de publicação. No caso específico das antologias e dos anuários, a falta de uma escolha rigorosa por parte de seus organizadores ou mesmo a falta dessa seletividade, já que muitas publicações, como, por exemplo, o *Anuário de atores e escritores de Gurupi*, determinam que não se faça uma seleção de seus participantes e se publiquem todos os textos que lhe são enviados, é outro motivo para a participação de um número maior de escritores. No caso dos jornais, há neles uma complacência por parte dos editores para com os

textos neles publicados, o que se apresenta como um incentivo para que o autor produza visando à edição em tais periódicos.

Assim, percebe-se que a permanência de algumas dessas formas de publicação tem razões econômicas (são publicadas mediante a ajuda de órgãos públicos ou privados de fomento à cultura ou, ainda, pelos próprios escritores, que dividem os gastos totais da publicação, como no caso dos anuários e das coletâneas) e políticas, já que elas também têm por objetivo propagar a existência de uma cultura e de uma identidade tocantinenses.

É importante considerar, no entanto, que se esse tipo de publicação, especificamente os livros, as antologias e os anuários, contribui para o aumento no número das obras produzidas, não há garantias de que elas serão conhecidas e lidas por um grupo razoável de pessoas no Estado. Por isso, os escritores que conseguem produzir seu livro através desses meios acabam enfrentando problemas relacionados à sua divulgação e circulação. Os contratemplos derivam primeiramente do fato de que muitas dessas publicações, custeadas pelo autor ou patrocinadas pelos órgãos governamentais ou por empresas privadas, são impressas em gráficas e editoras regionais que delimitam seu conhecimento pelos leitores. Essa tarefa fica, em muitos dos casos, a cargo de seus autores, que acabam sendo os únicos responsáveis por sua divulgação. Nos casos dos livros, o problema é maior ainda, já que essa tarefa em muitos dos casos cabe exclusivamente ao escritor. O mesmo se dá com as coletâneas, cuja divulgação é insuficiente, apesar de ser mais ampla em virtude de seus autores serem em número maior.

Dessa forma, alguns desses escritores, ao buscar uma divulgação mais ampla para sua produção, recorrem a editoras de outros Estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, para publicar seus textos, sem, contudo, obterem resultados satisfatórios. Esse foi o caso de um escritor da cidade de Araguaína, Orestes Branquinho Filho, autor de *Tessitura dissidente* que, apesar de ter editado por conta própria sua obra em uma editora de renome como a *7Letras*, não obteve um maior conhecimento de seu livro por parte dos moradores de sua cidade.

Isto porque há empecilhos graves que dificultam o conhecimento e o acesso a essas obras, como a falta de pólos variados de circulação e de espaços para divulgação dos livros nas cidades tocantinenses. Em Araguaína, por exemplo, há apenas duas livrarias, as bibliotecas são poucas e com estruturas muito precárias, as escolas e outros órgãos municipais e estaduais não fazem um trabalho satisfatório com o intuito de divulgar a literatura produzida na região e os lançamentos de livros são insuficientes e poucos divulgados. Na capital do Estado, o problema é o mesmo.

Nela, há apenas nove livrarias, número insignificante se comparado a outras cidades como Goiânia, que possui inúmeras livrarias, ou mesmo capitais dos Estados do Norte, como Belém que possui uma quantidade semelhante.

O problema não se restringe apenas ao fato de ser insuficiente o número de livrarias, mas está no próprio autor que não coloca seus textos à disposição dos leitores. Além disso, como as gráficas e as editoras nas quais os seus livros são produzidos somente os editam e os entregam a seus autores, os donos de livraria e os leitores têm dificuldade de ter acesso a esse material, que é obtido somente quando é possível manter contato com o autor, o que nem sempre se dá de forma satisfatória.

No que diz respeito, ainda, aos problemas relacionados a esses espaços de divulgação, esse cenário, que não fica restrito somente a essas cidades, pode ser percebido no exemplo que expusemos acerca da posse de um membro da academia de Gurupi, AGL- Academia Gurupiense de Letras – no qual a escolha do espaço de uma igreja para se fazer o lançamento de um livro, de certa forma, direciona esse material para um grupo de leitores, que são os membros da igreja, e nos faz pensar como certos meios de divulgação e circulação dos livros restringem o conhecimento e a aquisição desse material pelas pessoas e conseqüentemente como eles interferem no tipo e na quantidade de leitores.

Por esses dados, percebe-se o quanto o Tocantins necessita desenvolver-se nessa área cultural e como a falta de melhores meios de publicação e divulgação dos livros limita o conhecimento e a aquisição dessas obras, que, para Candido, deveria se configurar mediante a existência de meios eficazes de comunicação:

De qualquer modo, um público se configura pela existência e natureza dos meios de comunicação, pela formação de uma opinião literária e a diferenciação de setores mais restritos que tendem à liderança do gosto – as elites. O primeiro fator envolve o grau de ilustração, os hábitos intelectuais, os instrumentos de divulgação (livro, jornal, auditórios, etc); o segundo e o terceiro se definem automaticamente, e aliás acabam de ser sugeridos. (CANDIDO, 2000, p.77)

Assim, os problemas relacionados à falta de uma divulgação e circulação mais ampla dos livros produzidos no Estado e principalmente os empecilhos relacionados à sua aquisição são fatores que determinam o número de leitores desses textos. Devido a essas dificuldades, o público leitor é pouco variado e formado, em sua maioria, por um número muito reduzido de professores e de alunos do ensino fundamental e médio e, principalmente, pelos próprios escritores, que, por

participarem do seu sistema de produção e publicação, são os que possuem melhor conhecimento e menor dificuldade na obtenção dos livros de seus pares.

Ainda no que diz respeito aos empecilhos que dificultam a formação de um grupo maior de leitores e a consolidação de um cenário literário mais estável no Estado, além dos problemas relacionados ao conhecimento dos autores e das obras nele existente, bem como da circulação e da aquisição desse material, devemos ter em conta outros problemas, como os altos índices de analfabetos e a falta de uma política mais contundente para a cultura por parte das autoridades responsáveis. Nos últimos tempos, vários eventos no Estado, que de certa forma divulgam as obras nele produzidas e seus autores, tiveram apenas algumas edições. Nessa lista incluem-se o *Encontro das Academias de Letras do Estado do Tocantins*; o *Seminário de Literatura da região Sul do Tocantins*; *Encontro dos Escritores Tocantinenses* e o *Concurso Benjamim Rodrigues de Poesia Falada*, promovido pela AAG–Associação de Artes de Gurupi, juntamente com a AGL; o *Concurso Literário do Tocantins*, promovido pela Fundação Cultural do Tocantins, com sede em Palmas; o FEPEARA – *Festival Aberto de Poesia de Araguaína* – promovido pela ASPEARA, Associação dos Poetas e Escritores de Araguaína, e o *Prêmio Sesc de Literatura*, promovido pelo Departamento Nacional do SESC, a *Bolsa de Publicações Dr. Maximiliano da Matta Teixeira*.

Tendo-se em mente esse quadro geral acerca do contexto literário, podemos dizer que os elementos que vêm dificultando a consolidação de um ambiente literário mais amplo no Tocantins são os mesmos apontados por Antonio Candido ao caracterizar as precárias condições materiais da existência da literatura nos países da América Latina, ou seja,

[...] as manifestações de debilidade cultural: falta de meios de comunicação e difusão (editoras, bibliotecas, revistas, jornais); inexistência, dispersão e fraqueza dos públicos disponíveis para a literatura, devido ao pequeno número de leitores reais (muito menor que o número já reduzido de alfabetizados); impossibilidade de especialização dos escritores em suas tarefas literárias, geralmente realizadas como tarefas marginais ou mesmo amadorísticas; falta de resistência ou discriminação em face de influências e pressões externas. (CANDIDO, 1989, p.143)

No entanto, apesar desses entraves, certos acontecimentos, como o surgimento de Academias de Letras, possuem uma função primordial para o desenvolvimento e a caracterização de um cenário literário mais representativo para o Estado, cenário este que nos permite fazer certas observações acerca de sua atividade literária e, principalmente, verificar determinadas peculiaridades nela inseridos e a relação entre a literatura e a política existente no Tocantins.

Por isso, faremos, a seguir, uma breve digressão temporal acerca da trajetória e da funcionalidade das Academias de Letras no Brasil, de modo que possamos melhor analisar a função que essas instituições possuem na formação e na caracterização da literatura produzida no Tocantins.

CAPÍTULO II

AS ACADEMIAS DE LETRAS NA CARACTERIZAÇÃO DA LITERATURA NO TOCANTINS

2.1- BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DO CARÁTER POLÍTICO E LITERÁRIO DAS ACADEMIAS DE LETRAS NO BRASIL

A origem da palavra “Academia” remonta à Grécia antiga, pois o termo deriva do grego *Akademeia*, nome dado a um bosque de oliveiras, situado nas proximidades de Atenas, o qual era freqüentado pelos discípulos de Platão e deu origem à famosa Academia, onde o filósofo ensinava.

As primeiras academias que surgiram na Europa, no século XV, dedicaram-se à filosofia, à filologia e à arqueologia, sendo elas a *Chorus Academiae Florentinae*, a *Accademia Platônica* de Ficino, a *Accademia Pomponiana*, a *Accademia Pontaniana* e a *Accademia della Crusca*. Além das pioneiras, outras academias foram importantes no cenário europeu. No ano de 1570, tivemos, em Paris, a *Academia do Palácio*; em 1582, a *Academia de Florença*; em 1609, a *Academia Dei Licei*; em 1635, a *Academia Francesa*; a *Academia Real de Londres*, de 1660; a *Academia das Inscrições e Belas Letras*, 1663; e a *Academia das Ciências*, de 1666. No que diz respeito às funções literárias dessas instituições, segundo Ruth Villela Cavalieri, elas se mostravam

desvinculadas da função didática, guardando desta apenas o cuidado com a preservação da língua nacional através da elaboração de normas, feitura de dicionários, reformas ortográficas, reedições de obras raras, revelação de inéditos antigos, tarefas estas que ainda hoje têm sua validade e vigência. (CAVALIERI, 1990, p.9)

Em Portugal, o movimento academicista iniciou-se no século XVI, no período que vai de 1580 a 1756. A *Academia dos Singulares* é apontada como a primeira delas, seguida da *Academia dos Generosos*, *Academia dos Solitários*, *Academia dos Únicos*, *Academia das Conferências Eruditas*, *Academia Instantânea* e a *Academia dos Ilustrados*.

No Brasil, o surgimento das academias e arcádias se deu no século XVIII. Segundo Antonio Candido, elas podem ser definidas, conforme as atividades que desenvolveram, “em permanentes, temporárias, e ocasionais; as primeiras, constituindo associações culturais propriamente ditas; a segunda e a terceira, comemorações” (CANDIDO, 1993, p.74). No quadro das academias tidas por permanentes, estão as mais representativas de todas elas, como a *Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos*, a *Academia Brasílica dos Esquecidos* e a *Academia dos Felizes*. No grupo das academias temporárias, temos a *Academia dos Seletos*, e, nas tidas como ocasionais, as *Exéquias da Infanta D. Maria Francisca Dorotéia*.

No que diz respeito às suas funções, Candido afirma que, além de desenvolverem a consciência de grupo entre os homens letrados, de modo que estes como escritores, viessem a diferenciar-se das outras funções que exerciam na sociedade, algumas delas, como as academias permanentes, apresentavam a preocupação de revelar o Brasil daquela época, visível em seu aspecto nativista: “levados por preocupações eruditas e pelo desejo de difundir o saber, os grêmios permanentes consagraram atenção marcada às coisas do Brasil, reforçando o nativismo e contribuindo para despertar o sentimento nacional” (CANDIDO, 1993, p.75).

Neste contexto, a *Academia Brasílica dos Esquecidos* e a *Academia dos Felizes* tinham por objetivo o estudo da história brasílica e da América portuguesa, visando à valorização das localidades nacionais, através de variados trabalhos desenvolvidos em forma de dissertações por seus membros. Como exemplo, temos: *Exercícios de Marte*, *Nova escola de Belona Guerra Brasílica ou dissertações críticas históricas do descobrimento e Origens dos povos e regiões da América, povoações, conquistas, guerra e vitórias com que a nação portuguesa conseguiu o domínio das catorze capitanias que formam a nova Lusitania, ou o Brasil*, do Dr. Inácio Barbosa Machado.

Apesar de dedicarem uma atenção especial às coisas do Brasil, essas agremiações, segundo Antonio Candido, continuavam ainda comprometidas com os valores e com a política da metrópole:

Dai decorrer a sua terceira grande função: tomados no conjunto, foram elemento de proposição e reforço dos padrões dominantes, girando as suas produções quase sempre em torno da devoção religiosa, a lealdade monárquica, o respeito à hierarquia; enfim, reforçando a cada passo a estrutura vigente de dominação. (CANDIDO, 1993, p.75).

Desse aspecto, decorre o caráter bajulatório presente nos atos de louvação feitos aos representantes do poder ou a outros que os estivessem simbolizando, como os ouvidores, ou mesmo em simples celebrações de determinados acontecimentos, como a posse de algum governador, e nas promoções de certos políticos. Esse tipo de comemoração, que poderia fazer parte até mesmo das academias permanentes, como ocorreu com a *Academia dos Renascidos*, que teve reuniões para celebrar o insucesso do atentado feito a D. José I, apresentava-se como o motivo principal das academias ocasionais. Elas se instalavam de forma muito rápida com o intuito de homenagear os santos, louvar a reis, príncipes, celebrar acontecimentos religiosos, ou, ainda, a morte de algum infante. Como exemplo desse tipo de agremiação, temos a *Academia dos Seletos*, que se formou em 1752 com a única finalidade de celebrar a promoção de Gomes Freire de Andrada.

Para José Aderaldo Castelo, o tom encomiástico com que essas instituições conduziam essas representações tem sua explicação no fato de que o movimento academicista no Brasil só tomou corpo graças ao patrocínio de certos membros da metrópole. Além disso, a maioria dos letrados que faziam parte delas integrava os quadros políticos, administrativos e religiosos da colônia:

[...] foram uma seqüência lógica da mentalidade da época, abrigadas à sombra do poder em um tempo que era proibida a imprensa e se mantinha a fiscalização sobre a entrada de livros na colônia. [...] Todo esse movimento academicista esteve na dependência da autorização, do patrocínio e da vigilância oficiais. As principais academias foram organizadas por iniciativa de representantes oficiais da autoridade e da mentalidade da Metrópole. Tornaram-se, fatalmente, engrossando uma tendência que se nota desde as nossas primeiras manifestações literárias, centros organizados de elogio aos grandes da Metrópole ou aos seus mandatários entre nós, conduzindo, sobretudo, a produção poética, para essa atividade encomiástica, exagerada pelos recursos da erudição e pelo rebuscado da linguagem, embora muita coisa mereça realmente a crítica literária dos estudiosos atuais. (CASTELO, 1986, p.185)

Como essas instituições não vingaram, no decorrer da sua história, no Brasil, o intuito de criar associações que fossem mais estáveis permaneceu e outras formas de agremiações se

formaram após a vinda da família real, em 1808. Dentre as associações criadas no século XIX, destacam-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado no Rio de Janeiro em 1838; em 1883, é a vez da Associação dos Homens de Letras do Brasil; em 1887, do Grêmio de Letras e Artes; em 1890, da Sociedade dos Homens de Letras e, em 1897, da Academia Brasileira de Letras.

A idéia inicial da criação de uma Academia de Letras partiu de alguns intelectuais da época, como Medeiros e Albuquerque, Aristides Lobo e o poeta e jornalista Lúcio de Mendonça, os quais idealizavam criar uma entidade estatal, mas a idéia foi recusada pelo governo. Anos mais tarde, Lúcio de Mendonça elaborou um projeto mais coeso para a sua criação e apresentou-o aos literatos que se reuniam na redação da *Revista Brasileira*, os quais o receberam com entusiasmo, transformando-o em pauta exclusiva de seus encontros. No dia 10 de novembro de 1896, têm-se as primeiras notícias da ABL no jornal *Gazeta de Notícias* e, no dia 11, no *Jornal do Commercio*.

No ano de 1896, foram realizadas várias sessões preparatórias. Em 15 de dezembro desse mesmo ano, foi feita a primeira reunião, na qual se tratou da escolha dos membros e da elaboração do estatuto e do regimento da academia, aprovado em 28 de janeiro de 1897. Nessa mesma sessão, Machado de Assis foi nomeado seu primeiro presidente. Além dele, outros importantes intelectuais da época foram seus membros, como: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Souza, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac e outros.

Durante os primeiros cem anos, ela instalou-se em vários prédios na cidade do Rio de Janeiro, no Pedagogium, no Ginásio Nacional, na Biblioteca Fluminense e no Silogeu Brasileiro, até que, em 1923, a instituição ganhou do governo francês o interior do prédio principal, chamado de Petit Trianon, por ser uma réplica, em menor escala, do Trianon de Paris. Em 1970, o presidente Médici sancionou a lei que deu posse definitiva à Academia do terreno anexo ao Petit Trianon, dando início à construção do Centro Cultural do Brasil.

Quando criada, a instituição teve sua imagem associada à de uma “torre de marfim”, como podemos verificar no discurso proferido por Machado de Assis, na sessão solene de inauguração da célebre casa:

Nascida entre graves cuidados de ordem pública, a Academia Brasileira de Letras tem de ser o que são as associações análogas: uma torre de marfim, onde se acolham espíritos literários, com a única preocupação literária, e de onde,

estendendo os olhos para todos os lados, vejam claro e inquieto. Homens daqui podem escrever páginas de história, mas a história faz-se lá fora. (ASSIS, 1934, p.25)

Para os idealizadores da ABL, sua imagem estava relacionada à “torre de marfim” porque a ela caberia o projeto de construção de uma atividade literária que se mostrasse desligada das injunções políticas. Ideologicamente, sua tarefa deveria limitar-se exclusivamente à produção de uma série de trabalhos, como o de preservar a língua e a literatura brasileiras, voltando sua pesquisa para a formulação de regras sobre o uso da linguagem e a criação de uma história literária. De fato, segundo João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, a ABL “pretendia (e pretende) ser a guarda da língua portuguesa, a preservadora de nossa tradição literária e a consagração da intelectualidade nacional” (RODRIGUES, 2003, p.16).

Apesar de os discursos machadianos sempre insistirem em sua despolitização, da mesma forma que as academias setecentistas, que mantiveram em sua história certos aspectos políticos visíveis no tom nativista e bajulatório com que conduziam suas cerimônias e textos, na ABL sempre houve uma relação muito forte entre ela e um determinado aspecto da política do Brasil oitocentista:

Como espero ter deixado claro, os acadêmicos tentaram construir uma nova identidade para si mesmos pela despolitização da literatura, por eles tratada quase sempre como “Arte”. Pudemos ver como os discursos e, por conseguinte, o projeto acadêmico eram ambíguos e contraditórios. Ao mesmo tempo em que prezavam a cordialidade, a confraternização e aconciliação entre os literatos como única forma de levarem adiante a projeção da literatura na sociedade brasileira, deixavam entrever quanto lhes era impossível deixar de lado a história, a política, as divisões em escolas literárias, enfim, um forte liame com a sociedade. (RODRIGUES, 2003, p.120)

Como exemplo dessa correlação, João Paulo de Coelho Rodrigues aponta o desejo que seus membros tinham em reafirmar uma identidade para o Brasil e para seu povo através de trabalhos que adquiriram uma função central no processo da formação da nacionalidade brasileira, bem como os interesses de ordem econômica e partidária existentes em sua formação e eleições.

Entre os episódios que qualificam os interesses políticos e de ordem econômica, enuncia que a escolha do dia 15 de novembro para sua fundação, ou seja, data da comemoração da proclamação da república, foi uma tática que tinha por intuito ganhar a adesão governamental e,

conseqüentemente, certos benefícios financeiros. O fato de se ter uma academia fundada sob a proteção do governo era garantia de se obterem certas regalias econômicas, como os proventos de seus funcionários, um prédio oficial e outros encargos, o que, para o autor, deixa nítido o caráter político subjacente a essa escolha.

A ajuda do governo não significava somente um ganho pecuniário, mas também haveria de proporcionar maior legitimidade à instituição e a seus acadêmicos. Para Alessandra El Far, o interesse em obter a ajuda governamental, a ponto de se fazer uma homenagem à república com a data de inauguração da academia justamente no dia de sua proclamação iria

[...] proporcionar aos futuros acadêmicos reconhecimento público, maiores oportunidades de publicação nos jornais e editoras, melhores remunerações e uma visibilidade social até então inexistente na nascente profissão das letras no país. (EL FAR, 2000, p.34)

Para Rodrigues, outro acontecimento que denota uma ação com certo caráter político está na vitória e nomeação de Osvaldo Cruz para a academia, contra o poeta Emílio de Menezes, isto porque, para o estudioso, a vitória do cientista em relação ao escritor de renome na época deveu-se à pura movimentação política de certos acadêmicos e ao *status* e à posição social que ele detinha na sociedade. Esse capítulo na história da academia gerou muita polêmica entre alguns dos imortais que afirmavam que esse ato desrespeitava o seu estatuto. No entanto, apesar dos protestos, a candidatura de Osvaldo Cruz vingou, o que levou o estudioso a observar que:

A tentativa de manter as aparências, de simular que não houve nenhuma disputa interna, manteve a situação esdrúxula da admissão de personalidades que nada tinham a ver com as exigências dos Estatutos ou com o discurso ainda difundido de que a Academia era a congregação dos mais capazes de manter nosso cânone literário e defender nosso idioma. (RODRIGUES, 2003, p.164)

Assim como há determinados aspectos políticos nas academias setecentistas e na ABL, presentes no tom nativista e encomiástico com que as primeiras realizam seus trabalhos e nos interesses econômicos e partidários da segunda, vejamos as semelhanças que essas instituições mantêm com as Academias de Letras existentes no Tocantins e a relação que essas agremiações tocaninenses possuem com a política de seu Estado.

2.2- AS ACADEMIAS DE LETRAS NO TOCANTINS

Analisando os documentos referentes às academias literárias no Tocantins, pudemos perceber que, apesar de apresentarem nuances diferentes, elas possuem algumas semelhanças com relação às academias brasileiras setecentistas e à Academia Brasileira de Letras.

Assim como as academias setecentistas, como por exemplo, a *Academia Brasílica dos Esquecidos*, que pretendiam fazer conhecidos os letrados na colônia e criar uma consciência de grupo, de forma a distinguir seus autores das demais profissões que exerciam na sociedade, as academias tocantinenses também são responsáveis pela divulgação e reconhecimento de seus integrantes enquanto escritores. Isto porque elas proporcionam maior credibilidade a seus membros, que são identificados como acadêmicos, intelectuais, poetas, autores, independentemente da profissão que exerçam. Em cidades do Tocantins, onde a vida literária ainda está em processo de organização, ser membro de uma dessas agremiações proporciona ao cidadão um *status* em sua comunidade e o reconhecimento público de sua condição de escritor. Esse fator, por sua vez, é suficiente para garantir o respeito e a admiração de outras pessoas, que as concebem como o reduto de intelectuais e artistas, apesar de não possuírem, em muitos casos, o mínimo de conhecimento acerca das obras produzidas por qualquer um deles. Dessa forma, algumas vezes o reconhecimento dos acadêmicos como escritores se estabelece também pelo fato de possuírem uma cadeira na academia, independentemente da natureza de seus trabalhos. Em alguns casos, não são suas produções que lhes garantem todos esses designativos, mas sua entrada em algumas dessas instituições.

No que diz respeito à questão do reconhecimento do intelectual na sociedade, esse tema é discutido por Costa Lima no texto *Dependência cultural e estudos literários*, no qual o teórico afirma que o reconhecimento social dos artistas não se dá por sua atividade específica, mas por um fator de caráter puramente político, retomando assim as idéias já defendidas por Candido de que:

Subordinado a um reconhecimento explicitamente político, o intelectual, na sociedade brasileira, continua a exercer uma atividade ornamental. Ele se legitima por seus efeitos paralelos: o testemunho de sua dignidade em sofrer perseguições em nossos constantes regimes fortes, em não se tornar conivente com os poderosos do dia, por sua participação em partidos políticos progressivos, por seu empenho em campanhas populares. Tudo isso é por certo meritório. Mas por outro lado da questão é que, no concerne à sua atividade específica, ele não tem

nenhum respaldo. Se Chomsky fosse brasileiro, seu reconhecimento derivaria de sua atividade política e só secundariamente de seu trabalho na lingüística geracional. (LIMA, 1991, p.269)

O reconhecimento dos escritores no Tocantins pertencentes a alguma de suas academias se estabelece em alguns casos pelo fato de eles possuírem um espaço nessas instituições. Assim, podemos afirmar, embasados pelos apontamentos de Costa Lima, que esse processo no Tocantins tem um sentido eminentemente político, pois as qualidades das produções literárias desses autores não são o único fator que os fazem ser vistos como intelectuais e artistas, mas a sua entrada em algumas dessas instituições também lhes garante esse status.

Esses dados fazem com que haja um número crescente de pessoas que almejam integrá-la, de modo que seja possível existir em uma cidade como Araguaína, que possui apenas duas salas de cinema e um único espaço para a encenação de peças teatrais, duas Academias de Letras: a ACALANTO – Academia de Letras de Araguaiana e Norte Tocantinense - e a ALMA – Academia de Letras Mirim de Araguaína.

O ambiente acadêmico faz também com que seus membros, preocupados em garantir sua permanência nesse espaço, tenham um maior compromisso com a produção de trabalhos literários. Assim, as academias no Tocantins acabam sendo responsáveis também pelo aumento considerável dos livros publicados nas cidades onde se encontram. Apesar de o escritor, ao entrar em uma das academias, estar mais em contato com o ambiente literário de sua cidade e se sentir mais incentivado e comprometido com a produção de obras, isso não é fator suficiente para que haja uma melhora na qualidade de seus textos. Uma das possíveis explicações para isso está no processo de seleção para ingresso que é feito pelas academias, no qual se exige que os candidatos tenham uma obra produzida, independentemente de sua qualidade. Desse modo, o tipo de texto que é apresentado para a candidatura não é discutido no momento da seleção, como também não são discutidas e avaliadas as suas produções posteriores. Atualmente, algumas dessas academias, como a ACALANTO, já possuem um tipo de seleção em que os textos dos escritores devem ser disponibilizados aos membros no momento da eleição. Mas, mesmo nesses casos, as relações sociais e o *status* do escritor têm também uma grande importância na escolha de um novo membro.

No que diz respeito ainda às semelhanças entre as Academias Setecentistas e as Academias de Letras no Tocantins, elas não se restringem apenas ao reconhecimento de seus membros como autores e ao aumento dos escritores e da produção de suas obras. O sentimento

nativista das academias setecentistas, presente no intuito de engrandecer a colônia e a metrópole, manifesta-se com nuances diferentes nos textos dos membros das academias tocantinenses, que buscam destacar o próprio Estado. Assim, uma determinada interpretação histórica acerca da formação do Tocantins, de caráter puramente nativista, incide no literário de modo que é comum encontrarmos textos nos quais o Estado é representado por um tom laudatório.

Esse aspecto mistura-se ainda a um tom encomiástico, como pode ser percebido nas reuniões que tinham por finalidade homenagear certos acadêmicos, como uma das sessões da ATL, ocorrida em agosto de 2004, em que houve a celebração póstuma à memória de um de seus membros, o poeta Gomes Sobrinho. Esses exemplos lembram atividades produzidas pelas academias temporárias ou ocasionais setecentistas, nas quais era habitual o tom laudatório, como, por exemplo, o louvor feito a Gomes Freire de Andrade, em 1752, pela *Academia dos Seletos*.

Se no Brasil-colônia, o tom encomiástico, visível nos textos destinados a louvar seus representantes, tem sua explicação na dependência que suas academias apresentavam da autorização, do patrocínio e da vigilância oficial da Corte, nas academias tocantinenses é possível perceber que esse aspecto tem, em certo sentido, o papel de confirmar o poder político do Estado, revelando assim um aspecto explicitado por Bourdieu, em suas afirmações acerca do campo literário, quanto à existência, dentro do espaço social no qual os escritores se encontram, de uma relação de dominação, tanto política como econômica, a que eles são submetidos:

Os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada no campo de poder: este é um fato capital que as teorias comuns da arte e da literatura ignoram. Ou, para retraduzir numa linguagem mais corrente (porém, inadequada), eu poderia dizer que os artistas e escritores, e de modo mais geral os intelectuais, são uma fração dominada da classe dominante. Dominantes – enquanto detentores do poder e dos privilégios conferidos pela posse do capital cultural e mesmo pelo menos no caso de alguns deles, pela posse de um volume de capital cultural suficiente para exercer um poder sobre o capital cultural – os escritores e os artistas são dominados nas relações com os detentores do poder político e econômico. (BOURDIEU, 2004, p.174–175)

Dessa forma, é possível, ainda estabelecer semelhanças entre elas e a ABL, no que diz respeito à existência de determinado aspecto político nessas instituições. Se na Academia Brasileira esse teor se evidencia, como nos exemplificou João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, nos interesses econômicos e nas disputas partidárias presentes nos momentos de sua fundação e ato da escolha de seus membros, as academias literárias tocantinenses também evidenciam um

certo caráter político visível na intenção que muitas delas possuem em fazer com que sua atividade literária funcione como um “instrumento” pelo qual seja possível dar visibilidade e legitimidade ao Estado e aos seus acadêmicos. Esses interesses estão nos Estatutos dessas agremiações que são unânimes em afirmar que a função dessas instituições deve ser a promoção de seus escritores, bem como o conhecimento e o desenvolvimento da literatura produzida no Tocantins, de modo a engrandecê-lo e a promovê-lo. Assim, nosso próximo debate será acerca dessa relação. Para tanto, faremos um estudo desses documentos e, posteriormente, de algumas produções em prosa, nos quais essa trama também se apresenta.

2.2.1. - A FUNÇÃO DAS ACADEMIAS DE LETRAS NA FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE LITERÁRIA NO ESTADO DO TOCANTINS

Como mencionamos, há, no estado do Tocantins, cinco Academias de Letras: a ATL – Academia Tocantinense de Letras – com sede em Palmas; a ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense - com sede na cidade de Araguaína; a APL – Academia Palmense de Letras – com sede em Palmas; a AGL - Academia Gurupiense de Letras- sediada na cidade de Gurupi e a ALMA – Academia de Letras Mirim de Araguaína - com sede em Araguaína. Há, também, uma academia na cidade de Colinas, a ACLA, Academia Colinense de Letras e Artes, no entanto, inativa.

A ATL, fundada em 12 de dezembro de 1990, foi a primeira academia literária criada no Estado. Seu objetivo pautou-se na difusão dos “poetas tocantinenses” e da literatura em âmbito estadual. Com sede na capital, ela tem suas quarenta cadeiras completas⁵. Seus membros são, em sua maioria, advogados, professores, jornalistas e até mesmo um geofísico e um engenheiro, fazendo jus ao direito de congregar intelectuais de outras áreas do conhecimento que não necessariamente da área de Letras, conforme o que ficou estabelecido na “teoria dos expoentes” pela Academia Brasileira de Letras.

Conforme seu Regimento Interno, para candidatar-se a uma de suas vagas, o escritor deve inscrever-se e submeter seu *curriculum* a uma posterior análise. A escolha final cabe aos seus acadêmicos, que, através de uma votação, escolhem o novo membro:

⁵ Ver lista em anexo dos Acadêmicos integrantes da ATL.

Art.33 Declarada vaga uma das cadeiras da ATL, de acordo com o disposto no parágrafo único do **art. 7º**, do presente Regimento, a admissão de novo membro perpétuo é processada com observação aos seguintes requisitos:

I – requerimento de inscrição;

II – declaração de ser o candidato residente há mais de cinco (5) anos no Estado do Tocantins;

III – apresentação de *curriculum vitae*;

IV – apresentação de livros ou cópias de trabalhos publicados, acompanhados, ou não, de críticas;

V – documentos comprovantes da participação do postulante em simpósios, congressos e similares;

VI – apresentação de títulos;

VII – comprovante do pagamento de uma taxa de inscrição no valor de um salário mínimo.

[...]

2º Uma comissão de cinco (5) membros da ATL, nomeada pelo Presidente, dará seu parecer, mediante relatório, sobre a regularidade das inscrições e sobre os trabalhos literários que as tenham instruído.

3º A aceitação de um novo membro perpétuo sempre será por escrutínio secreto, mesmo que haja apenas um candidato aprovado no procedimento de admissão, cabendo à Assembléia Geral a decisão definitiva. (REGIMENTO INTERNO DA ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS, 2006, p.156-157)

A ACALANTO – Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense –, por sua vez, foi fundada em 21 de abril de 2002. Inicialmente constituída por vinte e seis membros, hoje esse número é de vinte e nove, os quais, em sua maioria, são antigos moradores da cidade, alguns, inclusive, já aposentados, ex-professores e ex-alunos da UNITINS – Fundação Universidade do Tocantins – e da rede pública de ensino, e outros, ainda, que exercem variadas profissões.⁶

A idéia de criá-la foi sugerida ao professor José Francisco da Silva Concesso, seu atual presidente, por moradores de Araguaína. Segundo Concesso, apesar de, na época da criação da ACALANTO, essa localidade ser uma das maiores cidades tocantinenses, não havia nela mecanismos de organização e divulgação da vida literária, daí, então, a proposta de criar um espaço que funcionasse como acolhimento àqueles escritores que se encontravam no anonimato. Conforme o que ficou definido e registrado em ata, na primeira reunião preparatória para sua instalação:

Às dez horas do domingo, dia dez de março, em uma das salas do Campus Universitário da Universidade do Tocantins, UNITINS, estiveram reunidos alguns intelectuais araguainenses, atendendo a um convite do professor José Francisco Concesso, para tratar da fundação de uma entidade que **congregasse os**

⁶Ver lista em anexo dos Acadêmicos integrantes da ACALANTO

artistas literários de Araguaína (grifo nosso). (ATA DA ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE, 2002)

Além do objetivo de dar origem a uma instituição que representasse um espaço destinado aos escritores, outra razão que levou à sua criação foi a “procura da qualidade literária e compromisso de descobrir e apoiar novos talentos, essas foram as primeiras preocupações na criação de uma academia com amplitude geográfica regional” (ATA DA ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE, 2002).

Ampliando ainda mais seus propósitos, a ACALANTO tem por objetivo servir como forma de estímulo à produção de obras em Araguaína e região. Isso é necessário justamente pela constatação de que poucos membros têm obras publicadas, apesar de todos terem produção literária guardada no “fundo do baú”. Como consta no capítulo I, artigo 2, parágrafo 3 de seu estatuto:

Artigo 2º – A Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, doravante denominada, ACALANTO, neste Estatuto, tem por objetivos:
 I – o incentivo à literatura na sua área de abrangência territorial e de modo geral, à literatura tocantinense e brasileira;
 II – o estímulo à cultura e o aprimoramento da língua pátria;
 III – o estímulo à produção literária, especialmente entre os estudantes;
 IV – a elevação do nível literário dos escritores da cidade de Araguaína e do Norte do Estado do Tocantins. (ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE, 2002, p.1)

Diferentemente de outras, essa instituição exige apenas que as pessoas tenham alguma produção, não necessariamente uma publicação, conforme o que está expresso em seu Estatuto, mais especificamente no artigo onze, parágrafo primeiro:

Artigo 10 – Declarada oficialmente a existência de vaga para membro efetivo, seu preenchimento dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação do edital de eleição do novo membro.
 Artigo 11 – Os candidatos à vaga das cadeiras disponíveis deverão encaminhar à ACALANTO requerimento instruído com os seguintes dados e documentos:
I – documentos pessoais, cópia de produção literária publicada ou não; (grifo nosso)
 (ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE, 2002, p.2)

Em contraposição à ACALANTO, para ser membro da AGL- Academia Gurupiense de Letras- o candidato deve necessariamente ter pelo menos algum texto publicado em livro ou em algum meio de comunicação escrita e possuir produção literária inédita, que deverá passar por julgamento de outros acadêmicos, conforme o artigo nono do seu Estatuto:

VI – DA INVESTIDURA ACADÊMICA.

Art. 9º – São requisitos imprescindíveis para alguém ingressar no Quadro de Membros Titulares da Academia Gurupiense de Letras: ter capacidade literária demonstrada em livro ou em publicações nos meios de comunicação escrita e através de produção literária inédita, que apresentar a julgamento. (ESTATUTO DA ACADEMIA GURUPIENSE DE LETRAS, 1999, p.2)

Essa academia, com sede em Gurupi, foi fundada no dia 30 de novembro de 1999. A idéia da sua criação partiu dos escritores Gil Correia – seu atual presidente- e Zacarias Martins, os quais tinham o objetivo de incentivar a produção literária na cidade e estimular o hábito de leitura, principalmente no seio estudantil. Em seu Estatuto, suas intenções, que não se restringem somente aos limites do Estado, são de congregar pessoas e incentivar a cultura, em especial a criação literária:

Art. 2º – A Academia é criada com o objetivo de congregar pessoas amantes das letras e intelectuais de todas as vertentes, propugnar por todos os meios ao seu alcance pela difusão, promoção e conservação evolutiva da cultura, incentivando sempre a criação literária. (ESTATUTO DA ACADEMIA GURUPIENSE DE LETRAS, 1999. p.2)

O artigo dezoito se mostra mais audacioso na definição de seus objetivos e diz respeito à preocupação que ela tem com a propagação dos trabalhos literários como forma de engrandecimento não só da literatura produzida no Tocantins, mas da própria humanidade:

Prometo, pela minha honra e para o bem da humanidade, cultivar as belas letras e produzir trabalhos literários; ser assíduo às reuniões da Academia e tudo fazer para o seu engrandecimento. (ESTATUTO DA ACADEMIA GURUPIENSE DE LETRAS, 1999, p.3)

Para atingir tal fim, a AGL vem desenvolvendo algumas ações relevantes para o aprimoramento cultural da localidade onde se encontra, como: realização da *Semana da Cidadania*; *Projeto pão-poesia* – que consiste na publicação de poesia em saco de pão; *Prêmio*

FISK de poesia; Prêmio Hiper Norte de Poesia; Semana Cultural de Gurupi; I Encontro das Academias de Letras do Estado do Tocantins. Além desses trabalhos, a AGL desenvolve, como a ACALANTO, atividades junto às escolas para incentivar o hábito de leitura e recrutar novos talentos literários, bem como saraus poéticos, lançamentos de livros e parceria com as escolas e órgãos públicos para a realização de concursos literários, como o *I Seminário de Literatura da Região Sul do Tocantins*. Há, também, a criação das Edições AGL, um selo editorial que publica livros dos acadêmicos e de outros escritores da cidade.

Outra academia é a ALMA – Academia de Letras Mirim de Araguaína-, criada em julho de 2003. Sediada em Araguaína, ela atualmente conta com vinte e cinco membros, crianças e adolescentes, de sete a dezesseis anos, todos estudantes da rede pública de ensino ou de instituições privadas⁷. O professor José Francisco da Silva Concesso a idealizou de modo que ela tivesse como objetivo principal aprimorar a produção literária e incentivar o surgimento de jovens escritores, conforme o que está delineado em seu Estatuto:

Art. 2º – A ALMA tem por objetivos:

- I – Descobrir, incentivar e apoiar talentos literários entre os alunos das escolas públicas e particulares.
- II – Estimular a produção literária entre as crianças.
- III – Aprimorar a qualidade da produção literária.
- IV – Promover a realização pessoal e artística dos seus membros.
- V – Influenciar, através da academia e do exemplo dos seus membros, os demais colegas de escola, da família e da sociedade.
- VI – Ampliar os horizontes culturais dos seus membros através de programas e atividades, além das atividades propriamente literárias. (ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS MIRIM DE ARAGUAÍNA, 2003, p.3-4)

Segundo Concesso, a ALMA é a segunda Academia de Letras formada apenas por crianças no Brasil, sendo que a primeira está situada em Vargem Bonita, Minas Gerais, e é designada por “Academinha”. Para ser seu membro, o candidato deve ter de sete a dezesseis anos, residir em Araguaína ou no norte tocantinense, estar estudando e apresentar trabalhos literários, mas não necessariamente publicados:

1 – São requisitos para ser membro efetivo da ALMA:

- I – Ter idade entre 7 (sete) e 16 (dezesseis) anos.
- II – Estar estudando em escola pública ou particular.
- II- Ter um comportamento exemplar na família, na escola e na sociedade.

⁷Ver lista em anexo dos integrantes da ALMA.

III- Dedicar-se assiduamente ao estudo e à leitura.

IV – Demonstrar talento para a literatura de qualquer modalidade ou estilo, apresentando trabalho de valor literário publicado ou não.

V – Preencher um requerimento, de próprio punho, solicitando o direito de participar de uma escolha para membro efetivo da ALMA. (ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS MIRIM DE ARAGUAÍNA, 2003, p.5)

Com os perfis de algumas das Academias de Letras tocantinenses assim traçados, podemos perceber que os objetivos das academias tocantinenses, tanto da ACALANTO quanto da AGL, de alcance regional, como a ATL, de âmbito estadual, referem-se ao intuito de garantir mecanismos de organização e divulgação da vida literária no Estado através do incentivo às produções de obras e o surgimento de novos escritores, poetas, cronistas e contistas. Esses aspectos denotam a importância dessas instituições na formação e desenvolvimento da produção literária no Tocantins.

Nas disposições iniciais do Estatuto da ACALANTO, no título I, artigo 2, temos delineados e caracterizados esses objetivos de forma bem explícita:

Artigo 2º – A Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense, doravante denominada, ACALANTO, neste Estatuto, tem por objetivos:

I – o incentivo à literatura na sua área de abrangência territorial e de modo geral, à literatura tocantinense e brasileira;

II – o estímulo à cultura e o aprimoramento da língua pátria;

III – o estímulo à produção literária, especialmente entre os estudantes;

IV – a elevação do nível literário dos escritores da cidade de Araguaína e do Norte do Estado do Tocantins. (ESTATUTO DA ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE, 2002, p.3)

Percebe-se que há em seu primeiro parágrafo uma finalidade mais geral, ou seja, a de incentivar a literatura de âmbito nacional e a que é produzida no Tocantins. É interessante observar que esses objetivos, nos quais há uma cisão entre o que é denominado “literatura tocantinense” e “literatura brasileira”, buscam enunciar a existência no Tocantins de uma literatura que lhe é própria e que se difere da produção do restante do país.

No Estatuto da ATL aprovado em 1999⁸, essa questão se repete, pois, assim como a ACALANTO, suas metas priorizam o incentivo à literatura na região do Tocantins e, de modo geral, a brasileira:

⁸ Em 2005, o Estatuto da ATL foi reformulado, mas manteve-se as finalidades presentes em seu primeiro Estatuto, no que diz que respeito à ênfase na “literatura tocantinense”.

Art 2º – A Academia Tocantinense de Letras, doravante denominada ATL neste Estatuto, tem por fim:

I – especificamente o incentivo à literatura tocantinense e, de modo geral, à literatura brasileira e até a estrangeira. (ESTATUTO DA ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS, 1999, p.2)

Aqui também não há como não deixar de notar que o artigo busca distinguir e destacar a literatura que está em formação na região em relação à literatura brasileira e estrangeira. Reforçando essa idéia, no parágrafo 4 do artigo 3, do Estatuto da ATL, ressalta-se a necessidade dos leitores conhecerem a produção literária do Tocantins, demarcando assim a identidade regionalizada das Academias:

IV – manter uma biblioteca para ensejar ao público o conhecimento dos autores tocantinenses, brasileiros e estrangeiros; (ESTATUTO DA ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS, 1999, p.2)

Esses propósitos, comuns em regiões como o Tocantins, que vem procurando ser reconhecido de modo a projetar-se como um espaço auto-suficiente no cenário nacional, nos levam a perceber que há nos Estatutos das suas academias o intuito de estimular a produção literária e o surgimento de novos autores de modo a destacá-los na tradição literária brasileira.

Tendo em conta que, para Bourdieu (2004) os intelectuais “são uma fração dominada da classe dominante”, é possível perceber ainda que as Academias de Letras confirmam em certos momentos o poder político do Estado. Isto porque, essas instituições, ao ter por objetivo criar uma identidade literária própria para o Tocantins que o destaque no cenário literário nacional, buscam, por outro lado, que haja também sua promoção política.

A ATL, Academia Tocantinense de Letras, por exemplo, desde a sua fundação e implementação, restringe-se a divulgar os “autores tocantinenses” e produzir obras que tenham valor literário, cultural, histórico e até mesmo social para o Tocantins, como consta no parágrafo 3, artigo 6 de seu primeiro Estatuto:

Art 6º – São condições para ser Membro efetivo da ATL:

1º – ter, no mínimo, trinta e cinco anos completos;

2º – ter residência fixa mínima de três anos ou ter residido, no mínimo, três anos no Estado do Tocantins;

3º – ter realizado trabalho de reconhecido valor literário, cultural, histórico e social para o Estado. (ESTATUTO DA ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS, 1999, p.2)

A exigência de que os candidatos da ATL tenham algum livro publicado, ainda que não seja exclusivamente de caráter literário, mas de “reconhecido valor literário, cultural, histórico e social para o Tocantins” (Estatuto da Academia Tocantinense de Letras, capítulo I, artigo 6, parágrafo 3, 1999), justifica-se pela necessidade de que haja, nessas instituições, pessoas que possam edificá-lo, o que, por sua vez, deixa novamente entrever a preocupação que elas possuem em divulgar e promover a região não somente no que diz respeito ao seu aspecto literário, mas também ao seu aspecto político, como esta registrado em seu primeiro Estatuto:

Parágrafo único - O disposto no “caput” visa a acolher na ATL os destacados valores e inteligências, homens e mulheres, empenhados no árduo trabalho de edificação do Estado e de sua elevação sócio-cultural e educativa. (ESTATUTO DA ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS, 1999, p.2)

As preocupações políticas da ATL manifestam-se de outras formas, como no texto dedicado à comemoração dos seus dez anos, no qual há uma clara referência à relação entre ela e a emancipação social do Estado:

No próximo dia 12 de dezembro a Academia Tocantinense de Letras estará completando 10 anos de existência. Na verdade, seus ideais são seculares e confundem-se com a própria criação e instalação do Estado do Tocantins. Na efervescência desse movimento político, sociológico, histórico e cultural, Ana Braga, Liberato Póvoa e Juarez Moreira Filho, escritores consagrados no Estado de Goiás, resolveram arrebanhar nossos talentosos artífices das letras para reavivar e fortificar o berço literário e cultural que sempre encantou Goiás e o Brasil. (ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS: 10 ANOS DE HISTÓRIA. www.atl.org.br, consultado em 9/11/2003)

A própria criação da academia significa uma forma de emancipação não somente literária, mas também política, sociológica e histórica, uma vez que a sua gênese está diretamente interligada às preocupações dessa natureza. Segundo o texto, o nascimento da academia “fortaleceu os passos acadêmicos, reunindo uma plêiade de escritores preocupados não apenas com a literatura, mas com a nossa sociedade, como o nosso desenvolvimento” (ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS: 10 ANOS DE HISTÓRIA. www.atl.org.br, consultado em 9/11/2003).

Ainda nesse texto, esses aspectos são novamente evidenciados nas tarefas que ela executou em seus dez anos de existência:

A ATL rompeu essa década produzindo cultura e idéias, participando de todos os grandes eventos da nossa sociedade. Elaborou e executou projetos audaciosos de resgate e preservação da nossa cultura e história, extravasando as fronteiras dos estilos literários. (ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS: 10 ANOS DE HISTÓRIA. www.atl.org.br, consultado em 9/11/2003)

Além dos Estatutos, pudemos averiguar a presença de certos aspectos políticos no discurso de posse da presidência da ATL, Isabel Dias Neves, que, no dia 12 de dezembro de 2003, foi enfática ao mencionar que a academia tem por princípio básico fortalecer a atividade literária no Tocantins, que, segundo ela, é tão pouco conhecida no cenário nacional, e servir de base ao engrandecimento de seu povo.

Nesse mesmo cerimonial, nos foi possível notar que os membros da mesa que tomaram a palavra não deixaram de fazer referência e agradecimentos aos representantes do governo que nele estavam. Esse cenário, que reafirma a relação entre a literatura e os poderes econômico e político do Estado, existe pelo simples fato de que alguns dos membros da ATL possuem suas obras publicadas através do incentivo das prefeituras locais, o que justifica a presença dessas autoridades em sua festividade.

A dominação do literário pelo político pode ser sentida ainda no próprio momento de criação da ATL que coincide com a data de fundação do Tocantins e foi lembrada pela escritora Ana Braga, no discurso proferido na posse da nova diretoria. Esse aspecto se faz presente ainda nessa academia até mesmo no momento da escolha dos patronos por seus acadêmicos. Enquanto na ACALANTO a maioria dos patronos são escritores de renome da literatura brasileira, na ATL eles são personalidades locais, em sua maioria ativistas políticos (como podemos observar na lista em anexo), ou indivíduos que exercem outras profissões que não sejam necessariamente a de escritor.

Outro exemplo dessa ligação pode ser vista na sigla ACALANTO. O significado por ela expresso de lar, hospitalidade, abrigo, aconchego, proteção leva-nos a supor uma concepção nativista para essa academia por aproximá-la da idéia de pátria, terra e mãe e por conferir-lhe a dupla função de apresentar-se como reduto para seus autores e como um lugar propício à promoção da cultura e da literatura na região.

A relação entre literatura e determinado aspecto da política do Tocantins, que pode ser averiguada nas Academias de Letras e caracterizada em seus Estatutos, como, por exemplo, no desejo de se criar uma identidade literária para o Estado que possa destacá-lo artisticamente e politicamente, pode também ser percebida, de forma mais evidente, na produção poética e em alguns textos em prosa produzidos por seus acadêmicos, como veremos a seguir.

CAPÍTULO III

O REGIONALISMO E A BUSCA DA PROJEÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

- Cantai, mestre Moura Lima:
 como nasceu vosso livro
 tão de força e sertão vero?
 -Senhora, nasci na era
 dos carros de boi, e ali,
 na labuta do dia-a-dia,
 batendo aqueles rincões,
 fui candeeiro de meu pai,
 por esbrugados caminhos
 e baixadões.

-E a linguagem vossa, viva,
 que nos vem tão forte assim?
 De onde vem? De onde a pujança?
 -Ah, moça, vem das andanças.
 Vem do norte de Goiás,
 pelos trilheiros vem vindo
 ou no lombo dos matungos
 ou nas canoas do rio,
 -O Tocantins.

-E as cores do populário?
 E o místico sincretismo?
 E o flagelo dos jagunços?
 E o coração sertanejo?
 -Das notas reais de outros tempos.
 -Só sei que o romance vosso,
 só sei que o talento vosso
 são mais que ficção e História.
 Em nós rapsodos se tornam,
 rapsodiar inesquecível,
 regionalista rapsódia.

(STELLA LEONARDOS, 2003)

Não é somente nos Estatutos das Academias de Letras que podemos verificar a existência de uma determinada relação entre literatura e política, perceptível nas funções que elas se

propõem, como, por exemplo, a de destacar a produção e os autores no Tocantins no cenário literário nacional, bem como a de reafirmar sua existência como Estado. Ela está presente também na ênfase dada por certos críticos às obras regionalistas produzidas por alguns de seus membros. A opinião do ex-presidente da ATL, Academia Tocantinense de Letras, Juarez Moreira, é bastante exemplificativa desse aspecto, pois, para ele,

[...] a literatura está muito voltada para o regional, onde os cenários são as cidades históricas denominadas de berços culturais, o urbano tem que esperar um pouco mais. Prova disso é que a literatura regional tem tido um dos melhores livros. (JUAREZ, *Jornal do Tocantins*, 9/12/2003)

Assim como Moreira, que exalta a qualidade dessas produções, as quais tomam como paisagem os “berços culturais” e deixam de lado o “urbano”, outros críticos⁹ também procedem dessa maneira. Entre os elementos utilizados para justificar a ênfase dada a essas obras, destaca-se o papel a elas atribuído na projeção do Tocantins no cenário literário nacional. No que diz respeito a esse aspecto, o autor do *Dicionário Bibliográfico do Tocantins*, Mário Martins, considera o romancista Moura Lima como

o escritor referência do Tocantins, pois, com o seu romance *Serra dos Pilões – Jagunços e tropeiros*, depois de ser ungido pela crítica autorizada do país, teve o mérito de colocar o Estado do Tocantins no mapa da literatura Brasileira. (MARTINS, 2003, p.7)

Compartilhando dessa opinião, a professora da UFG, Moema de Castro Olival, na introdução de seu livro, *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*, entre as inúmeras observações feitas acerca dos textos do escritor, questiona o estatuto de seus romances em relação aos grandes nomes da literatura, como Bernardo Guimarães, Afonso Arinos, entre outros. No decorrer de tantas indagações, chega à conclusão de que as características de seus romances são suficientes para colocá-lo no mesmo patamar desses grandes escritores e a incluí-lo entre eles:

Mais uma obra literária regionalista? Um novo Bernardo Guimarães, com o estudo do garimpeiro nas regiões centrais, ou um Afonso Arinos, com seus bem delineados tipos e paisagens sertanejos, ou um Hugo de Carvalho Ramos, o pioneiro na tradução de “nossas primeiras gestas”, ou um Bernardo Élis, narrador

⁹ Atualmente não há obras publicadas acerca da atividade literária no Tocantins. O que se tem são esparsas produções em jornais ou certos livros que analisam especificamente a produção de determinados escritores, como Moura Lima e Liberato Póvoa.

épico desse nosso “chão analfabeto”, ou Eli Brasiense, no acendrado amor ao seu torrão tocantinense, - que, à época, também era goiano – remexendo nos respectivos valores, mitos e mecanismos interiores de suas personagens sertanejas, ou Carmo Bernardo, o mestre de nossos “causos” regionais, na profunda vivência do potencial ecológico do “hinterland” goiano, todos, amálgama vital das vozes palpitantes e desconhecidas desse Brasil central? Ou, então, um Adonias Filho, do recôncavo baiano, ou Guimarães Rosa, dos Gerais mineiros, ou Graciliano Ramos, o épico da “vida retirante” do nordeste, ou Simões Lopes Neto, nos registros contísticos dos pampas gaúchos? (OLIVAL, 2003, p.17)

O regionalismo não é apenas visto com a função de introduzir o Estado e seus escritores no ambiente literário nacional, mas, para certos críticos, entre eles Olival, essas obras são responsáveis pela formação de uma literatura no Estado que o represente e o caracterize:

Algo de forte, marcante, irrompe para nós, agora, nessa trilha. Não tem, surpreendentemente, o objetivo, apenas, de imprimir continuidade no desvelar da região interiorana, em tomada conjunta de seus valores vitais, e apanhada como bloco único, como o fizeram seus antecessores, mas, agora, acompanhando o fato histórico da divisão dos territórios Goiás-Tocantins, projeta-se, em iniciativa pioneira, a ser a primeira manifestação oficial, dramatizada – através de contos, “causos”, lendas, mitos, romances – da alma tocantinense. (OLIVAL, 2003, p.17-18)

As abordagens acerca das produções de Moura Lima e Liberato Póvoa, os autores do Tocantins mais conhecidos e membros da Academia Tocantinense de Letras, exemplificam esse aspecto. Críticos como Clóvis Moura (2003), Eli Brasiense (2003), José Mendonça Telles (2003), William Palhas Dias (2003), Stella Leonardos (2003) e Assis Brasil (2003) dão relevância a esses escritores pela enunciação, que fazem em suas obras, de certos elementos regionais existentes no Estado, de modo a caracterizá-lo, particularizando-o.

José Mendonça Telles, por exemplo, considera Moura Lima, justamente pelo uso que faz dessa representação, como

o escritor-referência do Estado, pela capacidade de transmitir, de passar ao leitor uma literatura rica em detalhes e palavras que não fazem mais parte da linguagem usual e eram usadas pelos caboclos, pelos homens do campo, num tempo em que o transporte se fazia no lombo dos muare. (TELES, 2003, p.110)

Para o folclorista Souto Maior, a importância das obras regionalistas está no papel a elas atribuído no resgate da cultura, dos costumes, das lendas e do linguajar do povo. Nesse sentido, o

crítico considera a obra *Negro d'água: mitos e lendas do Tocantins*, de Moura Lima, como fonte de “uma riqueza exuberante, em se tratando de costumes, folclore e linguagem regional. É uma obra que se projeta para o futuro, como relíquia e marco pioneiro da cultura popular do Estado do Tocantins” (MAIOR, Apud MARTINS, 2003, p.113).

Pela relação que garantem haver entre o regionalismo e a formação de uma literatura típica para o Estado, podemos perceber que a importância dada a essas obras não está em suas características estritamente literárias, mas na possibilidade de forjarem para o Tocantins uma identidade que lhe seja característica.

Dessa forma, o seu contexto literário é, pois, marcado pelo esforço dos escritores e intelectuais para construir uma identidade tocantinense através da produção e da valorização de textos que explorem seus elementos regionais. Esse quadro, de certa forma, reproduz, em âmbito estadual, os objetivos e caminhos traçados pelos escritores brasileiros que, no século XIX, empenharam-se na construção de uma literatura nacional. Nesse sentido, apontaremos as peculiaridades da produção do romantismo que, de alguma forma, foram retomadas e reformuladas em certas obras existentes no Tocantins.

Com a independência política do Brasil, despontou, na sociedade brasileira dos oitocentos, o desejo patriótico de afirmação da nação e de formação de uma literatura essencialmente brasileira que se diferenciasse das produções dos demais países:

De 1808 a 1839, os impulsos nativistas se vão transformando em nacionalistas. De um lado, o sentimento antilusitano, acompanhando a fermentação progressista que tomava conta do país, em consequência da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808; e de outro, o ideal generalizado de criação de uma cultura de caráter brasileiro, intensificaram os esforços em favor da literatura nacional e da autonomia literária e lingüística em relação a Portugal. Nessa época o ideal nacionalista é geral, não só literário como político. (COUTINHO, 1968, p.47)

Neste contexto de crescente nacionalismo, a atividade literária foi considerada como um instrumento de autonomia intelectual capaz de contribuir para o engrandecimento e valorização do país:

Com efeito, a literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação. Manteve-se durante todo o Romantismo este senso de dever patriótico, que levava os escritores não apenas a cantar a sua terra, mas a considerar as suas obras como contribuição ao progresso. Construir uma “literatura nacional” e afã, quase divisa, proclamada nos documentos do tempo até se tornar enfadonha. (...) tratava-se de

construir uma vida intelectual na sua totalidade, para progresso das Luzes e conseqüentemente grandeza da pátria. (CANDIDO, 1993, p.12)

Para Antonio Candido, a relação entre literatura e nacionalismo, que se estabeleceu no romantismo, resultou ainda no “desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos, agora, reputados de primeiro plano, como o orgulho patriótico, extensão do antigo nativismo”; e de se “criar uma literatura independente, diversa”; por último, fundamentou “a noção da atividade intelectual como tarefa patriótica na construção nacional” (CANDIDO, 1993, p.12).

Para que a literatura desempenhasse a função que lhe cabia no engrandecimento e valorização da nação, houve a necessidade de dotá-la de um caráter essencialmente brasileiro que exprimissem as particularidades do país:

Sobretudo nos países novos e nos que adquiriram ou tentaram adquirir independência, o nacionalismo foi manifestação de vida, exaltação afetiva, tomada de consciência, afirmação do próprio contra o imposto. Daí a soberania do tema local e sua decisiva importância em tais países, entre os quais nos enquadrámos. Descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentido nacional, era liberta-se do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata – afirmando em contraposição o concreto, espontâneo, característico, particular. (CANDIDO, 1993, p.16)

Em nome desse processo, inúmeras foram as discussões em torno de quais os motivos que dariam às obras uma maior brasilidade. Nesse contexto, Ferdinand Denis sugeriu aos escritores a necessidade de que seus textos descrevessem a natureza brasileira que, por mostrar-se diferente da européia, foi por ele considerada como elemento de afirmação da noção de pátria.

Além disso, acreditava que deveriam ser abordados os costumes e tradições indígenas, que colaborariam para que se resgatasse um passado nacional. Por isso, Maria Helena Rouanet atribui ao escritor francês uma “posição de destaque por ter indicado e legitimado enquanto europeu a possibilidade de uma literatura nacional” (ROUANET, 1991, p.158). Segundo a autora, “todo o empenho dos autores brasileiros endossados pela aprovação do mestre Denis tinha por objetivo a construção e a valorização da imagem da pátria” (ROUANET, 1991, p.160).

Propondo idéias semelhantes às de Denis, Almeida Garrett também apontou que a originalidade dos textos dos autores brasileiros seria obtida pela descrição de determinados motivos locais, como, por exemplo, seus elementos naturais. Nesse contexto, podemos averiguar a necessidade da descrição da natureza para a constituição de uma literatura nacional. Entre esses textos, vale mencionar o de Joaquim Norberto, para quem a natureza foi considerada como uma

fonte perene, que não se esgota; e a inspiração dimana dela inexorável, o Brasil, dotado de seus primores, de suas belezas, de suas maravilhas e das suas magnificências, tem ante de si um futuro que pasma, cheio de grandeza, de glória e prosperidade; ele inspira e, pois, ele terá nessas épocas que aí vêm grupos brilhantes de poetas em todos os gêneros, como as constelações luminosas e cintilantes de seu céu. (SILVA, 2003, p.133)

É interessante perceber que, se o objetivo era o de representar uma natureza tipicamente nacional que pudesse caracterizar o Brasil, muitos escritores não conseguiram, e acabaram, como Norberto, concebendo-a através de certas imagens de matriz européia, visíveis nos qualificativos para ela utilizados, como “fonte”, “inspiração”, “futuro”.

Apesar do projeto de uma literatura nacional nem sempre ter o resultado esperado, ele incluía ainda o uso nas obras do que seria uma linguagem tipicamente brasileira, considerada “outro ponto de abasileiramento, em que o caráter se empolgou no sentido da diferenciação. Desde os primeiros tempos, pelo sotaque, pelo vocabulário, pela sintaxe, a fala brasileira se fez sentir” (ROUANET, 1991, p.273).

Na mesma direção, o romancista José de Alencar propõe o uso diferenciado da língua portuguesa como uma forma de caracterização e de engrandecimento da nação. Para o autor, a utilização de uma linguagem, aos moldes portugueses demonstrava dependência a Portugal e não contribuía para a construção de uma literatura nacional:

A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo. Da mesma forma que instituições justas e racionais revelam um povo grande e livre, uma língua pura, nobre e rica, anuncia a raça inteligente e ilustrada”. (ALENCAR, 1967, p.15)

O autor acredita, ainda, que, além da descrição da natureza, da sociedade do século XIX, da inclusão das populações indígenas e do trabalho com a linguagem, os escritores deveriam dar atenção ao homem do campo e à região interiorana como importantes recursos para dar continuidade ao processo de nacionalização da literatura.

Com Alencar, nasceram alguns dos primeiros textos que configuraram a literatura regionalista oitocentista. Segundo José Maurício Gomes de Almeida, esse tema surge “à proporção que o índio, enquanto potencial de expressão mítico-heróica, começa a se esgotar e um outro tipo humano entra em cena: o sertanejo, o homem do interior das raízes pouco afetadas pelo

contato externo” (ALMEIDA, 1999, p.178). Por isso, as narrativas do romancista cearense se destacaram, pois ele deu ênfase à abordagem do homem regional em suas obras. Para Almeida, em *O Sertanejo*, a seu ver o mais representativo dos romances alencarianos, o homem do sertão aparece transfigurado através de uma imagem mítico-heróica, indicando o desejo do autor de fazer desse personagem símbolo do homem nacional:

No que se refere ao herói de Alencar, a “idéia” que ele simboliza é a grandeza do homem do sertão e, indiretamente, do brasileiro. Com isso vai ao encontro das aspirações nacionalistas de sua época e de seu país. A intenção do autor não é, como nos ficcionistas da fase realista, ressaltar os elementos diferenciais que fazem desta ou daquela região uma unidade cultural peculiar dentro do país, mas, antes, através do engrandecimento de um tipo regional, erigir um mito de significado nacional. (ALMEIDA, 1999, p.61)

Outro romancista que recebeu destaque nesta época por trabalhar com o tema do regionalismo foi Franklin Távora. Trazer o homem do interior para configurar como personagem principal em seus romances fazia parte de um projeto que tinha por objetivo descentralizar a literatura brasileira do eixo Rio–São Paulo. Para tanto, o romancista reivindicou o tratamento estético do Norte de forma a ampliar o projeto nacionalista dos românticos pela inclusão de outras regiões do país nas obras.

Desse modo, conforme mencionamos, esse é o cenário que serviu de suporte ao projeto de formação de uma literatura genuinamente brasileira que orientou intelectuais no século XIX, esse também será o mote da formação da literatura no Tocantins. Enquanto no Romantismo o acontecimento que motivou a produção de uma literatura nacional e de uma identidade para o país foi a luta por sua independência política, no Tocantins, o fato político de sua formação pode ser entendido como um elemento que impulsionou certos autores a produzirem algumas obras nas quais é visível a preocupação em forjar-lhe uma tradição cultural e um passado histórico, de modo a singularizá-lo perante as demais regiões brasileiras.

A análise de alguns desses textos permite perceber que os mecanismos utilizados por seus autores para dar visibilidade ao Estado em suas obras assemelham-se àqueles empregados pelos românticos para a formação de uma literatura nacional. Assim como os escritores do século XIX escolheram temas nacionais e descreveram cenas, acontecimentos e costumes brasileiros para construir suas obras, certos escritores no Tocantins optaram por abordar sua região e seus costumes na tentativa de projetá-lo.

Assim, o pensamento romântico de que uma localidade se distingue da outra por “peculiaridades físico-geográficas e culturais” e “assim, a literatura, entendida como privilegiada parcela da cultura, funcionaria à maneira de um espelho em que o espírito nacional poderia mirar-se e reconhecer-se” (SOUZA, 2007, p.13) é retomado de certa forma por alguns escritores que buscam dar destaque em suas obras a determinados elementos existentes no Estado com o intuito de destacá-lo.

Entre eles, podemos destacar os membros da ATL – Academia Tocantinense de Letras - Moura Lima, com suas obras *Serra dos Pilões: jagunços e tropeiros, Mucuanã; contos e lendas do sertão, Veredão: contos regionais e folclóricos, Dicionário de Termos e Expressões Populares do Tocantins, Negro D'Água – Lendas e Mitos do Tocantins, Chão das Carabinas – Coronéis, peões e boiadas* e Liberato Póvoa, com seu romance *Mandiga*, o livro de crônicas *Os causos que o tocantinense conta*, o *Dicionário tocantinense de termos e expressões afins*, entre outros autores.

No romance *Serra dos Pilões: jagunços e tropeiros*, por exemplo, Moura Lima narra as façanhas de um grupo de cangaceiros liderados pelo capitão Labareda, a caminho do sertão do Jalapão, a fim de exterminar o bando de Abílio Batata que foi responsável pelo massacre ocorrido, entre 1914 e 1915, na vila de Pedro Afonso. Ao utilizar-se de um fato datado para compor o assunto principal de seu romance, o autor procura forjar a existência de um passado histórico para o Tocantins, em uma época em que a região pertencia ainda ao Norte de Goiás:

Tudo calado. Vila morta. Bagaço de tapera. Um cemitério. Do alto da igreja de adobos, em construção, um menino pardo, de gongó, apoiado nos botarés de aroeira, repica o sino. No interior do templo, crianças brincam. As badaladas quebram o silêncio mortuário. O som vai longe, atravessa a vila morta, o rio Tocantins, para se perder pelos cerradões distantes; vai a mais de meia légua, sendo levado por aquele vento bondadoso dos gerais. O som vai sumindo, verrumando as distâncias, entrando nos emburrados, nos boqueirões sombreados das matarias, onde os capelões ou padres-mestres emitem os bramidos rudes e bárbaros, como se fossem rangidos de toscos engenhos moendo cana.

A vila de Pedro Afonso, outrora cheia de vida, com os batelões descarregando mercadorias no porto local e saindo carregados com os produtos da terra, para o Maranhão e Belém! E agora? Um cemitério! Uma tapera! Parecendo povoado fantasma, depois do assalto da jagunçama de Abílio Batata. O sangue correu em riacho gorgolejando para o Tocantins e o rio do Sono. Os papos-amarelos repicaram a cantiga da morte. Urubus ficaram com o bico doce, de tanto comer cadáver. (LIMA, 2001, p.23)

Ao fazer menção a esse massacre, que não é um assunto exclusivo desse romance, mas também de seu livro *Chão das Carabinas: coronéis, peões e boiadas*, no qual o romancista

coloca em cena a história de um massacre ocorrido, em 1936, na Vila de Peixe, Moura Lima desvela a seus leitores o provincianismo e a pobreza resultante da má administração a que tais localidades na época estavam sujeitas pelo governo de Goiás. A preocupação com a exposição de tais fatos nesses livros nos leva a inferir que há nesses textos uma tentativa da parte do autor em demonstrar que as mazelas às quais o antigo norte de Goiás estava sujeito eram resultantes da má administração do governo goiano, legitimando a necessidade da implantação do estado do Tocantins.

Ainda no que diz respeito aos elementos que corroboram na composição de um quadro que evoca o passado, em *Serra dos Pilões: jagunços e tropeiros*, tem-se ainda a enunciação de outros acontecimentos históricos, como, por exemplo, a narração da construção da Igreja de Nossa Senhora de Natividade, em Porto Nacional, no ano de 1894:

- E a construção da Catedral de Porto Nacional, quando começou, padre?

- Ah, meu Capitão, é uma longa história...

E acrescenta:

- Começou em 1894 e foi concluída em 1903, como você sabe, isto é, há doze anos. A construção, com suas colunas e arcos, executada em pedra e tijolo, recorda as linhas românticas de Toulouse, região de origem de todos nós e dos construtores. O comando da construção esteve sob responsabilidade e orientação técnica do talentoso e dedicadíssimo irmão leigo Frei Bartolomeu, que era conhecido por Frei Berto. (LIMA, 2001, p.44)

Não é somente a representação desses fatos no romance que são utilizados na construção de um ambiente que caracterize a região: a enunciação de outros elementos, como as canções populares, os contos folclóricos e os costumes do povo, também desempenha essa mesma finalidade. Assim, ao lado da construção de uma tradição histórica, o autor busca também forjar para a região uma tradição cultural que lhe pareça peculiar.

Desse modo, o acontecimento histórico ocorrido na vila e a caminhada dos jagunços pelo Jalapão servem de pretexto para o apontamento de alguns elementos relacionados ao sertão, como a descrição de cenas relativas à rotina dos cangaceiros, suas peripécias, seus costumes e modos de vida:

O bando de jagunço segue a trilha, armado até os dentes, em completa algazarra. O capitão que comanda aqueles homens, de carabina atravessada nos ombros, com as cananas cheias de balas e com dois punhais na cinta, do alto da mulona de sete palmos, puxa no açoite a camba do freio, pára a alimária. E, segurando na

cabeça do arreio, volta-se para os homens, naquele vozeirão atoador de meter medo ao inimigo. (LIMA, 2001, p.15-16)

Em meio à narração cabe, ainda, espaço para a abordagem de certos costumes da região, como, por exemplo, a “farinhada”:

O sol começa a despontar na aba dos morros, e, na baixada que dá à fazenda de dona Bela, surgem vultos em alegres cantorias rasgando a manhã; são as negras do brejo da Raposa e Joaquinção Babaçu, com alguns companheiros do brejo da Ema, que estão vindo pra desmancha, a farinhada. Logo a casa-de-farinha toma vida. As negras, sentadas em tamboretas, escarrapachadas pelo chão, vão descascando as mandiocas dos primeiros jacás, que os arrancadores vão trazendo nos cargueiros. Outras, raspando as raízes até a metade, e repassando para as companheiras tirarem os capotes. (LIMA, 2001, p.220)

O enfoque de hábitos populares também se dá, no livro, através da referência a contos folclóricos ou a tradições religiosas, como o episódio em que se descreve o pagamento de uma promessa feita ao Senhor do Bonfim:

E a menina estendeu-me à mão e se levantou. Foi uma alegria imensa que explodiu no meu peito, e eu gritei no meio do povão:

- Viva o Senhor do Bonfim!

E o povo respondeu alto:

- Viva! Viva!

E as rezadeiras entoaram bonitas um cantochão sacudido:

**“Senhor do Bonfim,
Descei sobre nós a protetora capa,
Enfermo desenganado e piedoso
Apegando com vós escapa,
Por serdes glorioso.**

**Senhor do Bonfim,
Santo glorioso em segundo
Vós livrais o povo
Das desgraças deste mundo.”** (grifo do autor)

(LIMA, 2001, p.98-99)

A intenção de dotar a região de uma tradição folclórica está presente em outras de suas obras como *Negro d'água: mitos e lendas do Tocantins* e *Mucunã: contos regionais e folclóricos*, as quais são apresentadas como verdadeiras coletâneas dos mitos, das lendas e dos contos folclóricos da região.

Além desse fato, o quadro identitário que o autor constrói para a região se faz ainda no romance *Serra dos pilões: jagunços e tropeiros* pelo apontamento de seus aspectos naturais, como os rios, os “cerradões”, os “boqueirões”, as “matarias”. No que diz respeito a essa caracterização, de modo semelhante aos românticos, que a utilizam para destacar as peculiaridades do Brasil, é possível perceber que o escritor dá um destaque especial à sua representação, com o intuito de melhor individualizar a região na qual o enredo do romance se desenvolve. Para tanto, inúmeras são as cenas em que a natureza local é descrita de forma pormenorizada de modo que o escritor representa, em vários episódios do livro, a flora, a fauna e a topografia local a fim de compor um cenário que caracterize a região:

Os bandos de araras, papagaios, nos fundos do rancho, num extenso buritizal, fazem tremer as palmas ao vento, à procura dos cachos de cocos duros que lhes desafiam os bicos ósseos. (LIMA, 2001, p.128)

No alto da campina surge um bando de ema. Na frente segue uma ema acompanhada dos filhotes, balançando os gordos peitorais. E no seu gingado pelo agreste, vai espantando os micuins e os grilos, e na culatra vêm os pelebres fazendo uma festa, com a cata dos insetos.

Os morros Cutia, Perdiz e Caveira tremulam nos fundões da campina imensa de agreste. (LIMA, 2001, p.55)

Nesse contexto, são inúmeros os capítulos que se abrem com imagens de paisagens naturais, as quais incluem a natureza de maneiras diferentes. No entanto, o uso mais recorrente é de uma natureza qualificada em termos românticos e apresentada de forma robusta e opulenta:

A canícula tremula na vastidão dos chapadões e no riscado da morraria que se perde de vista na linha do horizonte.

O grupo em mangalça desafia o desconforto; no socar da andadura das alimárias, contorna em traços sinuosos o Brejo-da-Onça e embica num reboleiro fechado, que assusta ao primeiro contato devido ao terrível emaranhado da vegetação que se enrodilha numa teia intrigada de amplexos.

É a natureza imensa, robusta e colossal desafiando o contraste daquele sertão bruto, de terras esmarridas. (LIMA, 2001, p.88)

À beira do brejo Estrebuchão, na volta do caminho onde o ribeirão e o capão de mato abrem rasgão fugaz para o surgimento no alto dos cerradões, o João Saracura erguera o rancho e, pouco mais abaixo, plantara as roças. De pomar bem plantado nos fundos, com casa-de-farinha ao lado, em breve o capurreiro domina por cima da tranqueira o arrozal ondulante que se estende pela restinga afora, extremamente verde, dessa verdura de fazer água cair da boca do vaqueano sedento das longas viagens. É a senha da fartura. Paiol abarrotado de milho e capado gordo no chiqueiro. Viva à barriga forra. (LIMA, 2001, p.93)

A natureza assim qualificada nos leva a inferir um tom nativista com que a região é concebida pelo autor ao relacioná-la à imagem da mãe, de berço e de fonte de subsistência do homem do sertão, visível na funcionalidade que lhe impõe ao tratá-la como sendo “zelosos guardiães de beira de estrada”, “pouso de tropeiros e boiadeiros”, “sentinelas”, “acalanto de criança recém-nascida”, “senha da fartura”.

Esses inúmeros adjetivos que a delineiam tem por função demonstrar que a natureza também se apresenta como protetora do homem do sertão. Assim a imagem de uma natureza qualificada em termos românticos se faz notar também quando ela é apresentada como um local que favorece o sertanejo, seja para protegê-lo ou dar-lhe sustento:

O grupo avança sertão adentro, como um batelão pelo Tocantins. A tarde descamba pelo horizonte, dando sinal de que o dia está chegando ao fim, e aquela várzea que se apresenta à frente do grupo convida-o ao repouso. É cortada ao meio por uma vertente do ribeirão Mosquito e coalhada por uma barreira natural de buritis, que balança ao vento as folhas verdejantes. Bem na passagem, do lado direito, encontra-se pequeno capão de mato, com vestígio de pouso de tropeiros, devido às trempes de pedra-canga esparramadas pelo chão. Diante daquela situação apropriada, resolvem pernoitar. (LIMA, 2001, p.40)

Naquele cotovelo do caminho—real, bem em frente da tapera do morfético, saíam do solo areento dois robustos puçazeiros, como zelosos guardiões de beira de estrada. Os galhos negros e rugosos, peçados de frutos, balançavam ao vento morno da planura dos gerais. Nesse lugar solitário dos ermos, passaram a ser, de forma definitiva, o pouso dos tropeiros e boiadeiros.

Do alto da tapera, como sentinelas, rebenta bem no centro da cumeeira, espetando, furando o espaço, a galharada agressiva de uma mirindiba, como se estivesse espiando do alto a chegada dos intrusos. Um pouco à direita estende-se uma vereda, palmilhada de fechado buritizal. É o Brejo-dos-Porcos. Aí nasce, num acalento de criança recém-nascida, o ribeirão Faveiros que, leguonas abaixo, se transforma num tremendal e vai desaguar no rio do Sono. Quem passa pela estrada ouve, lá embaixo, o gorgolejar da água cachoando pelas areias das calhas do ribeirão. (LIMA, 2001, p.33)

A interação entre o homem do sertão e a natureza apresenta-se também em outros momentos do livro nos quais ela novamente se molda de acordo com os fatos vividos pelo sertanejo, como na cena de amor de Lorena, uma cigana, com o jagunço Gavião, na qual a natureza de robusta, opulenta e protetora se transforma em um cenário idílico próprio a influenciar e a favorecer o encontro amoroso:

O sol passeia alto, por cima da copa das árvores, como uma bola de fogo. E ali, ao som embriagador da pequena cachoeira que cai suavemente em cascatas de eflúvios melódicos, as duas almas se fundem numa união invisível que lhe fora preparada e sacramentada pelo destino. O borbulhar das águas se confunde com o gemido de gozo daquelas almas, que se unem para sempre, num pacto sublime, testemunhado pelas forças da natureza, a céu aberto. Os pássaros chilreiam pela copa das árvores. (LIMA, 2001, p.63)

O conjunto de imagens da natureza produzida pelo autor harmoniza em um primeiro momento o encontro dos amantes, de modo a criar um ambiente que determina o encontro do casal. É o sol que aquece, o som da cachoeira que embriaga, os pássaros que cantam, enfim, são as imagens construídas que propiciaram um clima especial para que o enlace dos amantes se faça. Já em um segundo instante, a cena se faz pela construção de imagens nas quais há paralelos entre os sons da natureza, mais especificamente o borbulhar das águas, e os sentimentos dos amantes.

As semelhanças entre a natureza e o homem do sertão também se mantêm no momento em que há a descrição desses personagens. Se a natureza é exuberante e fonte de proteção para o habitante do sertão, cabe a ele se adequar a esse cenário. Assim, o homem, que se apresenta em harmonia com esse ambiente, é representado como um personagem forte e destemido. O capitão do grupo, o jagunço Labareda, carrega justamente em sua patente fictícia essa relação:

-Nunca tive patente de Capitão da Guarda Nacional. Esse negócio de Capitão pra cá e pra lá foi invenção do meu compadre Cipriano, que dizia que sou duro como a árvore chamada capitão-do-mato.
E o apelido Labareda era por causa do fogo que saía da boca de minha carabina, no barulho de Pedro Afonso. No mais, o meu adeus a todos e até o juízo final!
(LIMA, 2001, p.216)

Ao transferir as forças da natureza para o homem do sertão, o autor busca exaltar essa figura e dar-lhe cunho de herói, como fizera Alencar com seu personagem Peri, no romance “O Guarani”, ao dotá-lo de uma força e um caráter extraordinários. Os personagens de Moura Lima guardam semelhanças com esse personagem no que diz respeito à sua valentia, como pode ser observado no capítulo em que dois jagunços lutam livremente com uma sucuri, como fizera Peri, ao lutar com uma onça:

E lá se vão se os homens, no exato momento em que a sucuri fica espichada, com a força descomunal do tucura, que ajunta nos cascós, na ânsia de se libertar. Zé Peba reúne as forças, segurando o facão com as duas mãos, e desce o golpe no meio daquele tribufu. A lâmina do facão entra com vontade no corpo do monstro,

que a banha jorra farta. Com o golpe mortal, o tucura solta-se e abre o pé no mundo, quebrando cerrado no peito. Zé Peba repete o golpe, separando a cobra ao meio, e Lagartixa lasca fogo na cabeça que se contorcia por cima do capim-agreste. Com isso, a outra metade é arrastada de dentro d'água pelos dois, que fungam para espichar aquela tora preta. Zé Peba trata logo de abri-la e retirar a sua banha, pois é um santo remédio para reumatismo e paralisia. O monstro mede cinquenta palmos de comprimento. E não se esquecem de tirar o couro, pra mostrá-lo à cabroeira. É a prova. (LIMA, 2001, p.51)

Outro artifício que colabora para se engendrar um cenário regionalista para o romance, diz respeito ao modo como o autor busca apresentar a fala dos personagens e de seu narrador. Se, para sustentar a existência de uma tradição histórica e cultural para a região, o autor utiliza-se de um certo acontecimento datado, como o massacre ocorrido na vila de Pedro Afonso, e da enunciação de uma série de elementos que a caracterize, esse mesmo desejo o impulsiona a forjar uma tradição lingüística para a região que pareça exclusiva do povo do sertão.

Nesse momento, o livro guarda ainda semelhanças com as narrativas românticas. Da mesma forma que, para os românticos, reproduzir a fala do homem do interior era um dos meios possíveis de abrigar sua obra, Moura Lima, em seu romance, ao se preocupar com a representação da fala de seus personagens e de seu narrador, busca justamente passar a impressão de que ela é típica daquela região. Para tanto, no final de várias de suas obras, há um glossário de alguns dos vocábulos nela utilizados como a identificá-los aos que não os conhecem. No entanto, a leitura dessa lista de palavras nos leva a perceber que muitos dos verbetes nele incluídos são comuns a muitos outros lugares do país, como por exemplo, “fuzuê”, “leseira”, “oxente”, “demo” termos recorrente no nordeste e em outras regiões do Brasil.

Os artifícios utilizados pelo romancista para a configuração de uma tradição histórica, cultural e até mesmo lingüística para o Estado, que vai ao encontro do momento político e das aspirações em destacá-lo, levam-nos a perceber um caráter ufanista subjacente ao modo como essas obras são produzidas. Nas próprias opiniões de alguns críticos essa visão é acentuada. Para Clóvis Moura, por exemplo, Moura Lima se destaca pela utilização que faz do linguajar de seu povo, articulando-a em uma metalinguagem organicamente adaptada à elaboração da peça ficcional, de modo a reelaborar e transfigurar a sua região ao trazê-la para o texto literário:

O autor reelabora, quase sempre com êxito, as particularidades da paisagem, da natureza e do homem numa unidade literária que dá como resultado um romance que expressa e ao mesmo tempo transfigura a região, projetando-se como obra na

qual personagens e sobretudo a ação humana dinamizam-se harmonicamente. (MOURA, 2003, p.101-102)

O fato de o crítico acima apontar que a obra reelabora a região é um exemplo disso. Apesar do esforço de seu autor em recriá-la artisticamente, essa produção, ao representar certos elementos ligados à região, busca reafirmar o discurso da história oficial de que a formação do Estado tem suas origens em séculos anteriores. Desse modo, a representação de sua natureza, de suas cidades, seus habitantes, os hábitos populares, como a história do cangaço e dos tropeiros, o linguajar e os costumes religiosos de seu povo, narrados em um tempo distante, por volta do ano de 1915, quando a região ainda não era o Tocantins, mas sim o Norte de Goiás, vão servir para justificar a denominação que a obra recebeu como sendo o “Primeiro romance do Tocantins”.

A funcionalidade da obra entendida dessa forma pode ser uma das razões para a importância dada a este tipo de romance no Tocantins no momento em que, para certos críticos, entre eles, Antonio Candido, a literatura regionalista, produzida nos moldes românticos, tornou-se obsoleta e passou por intensas modificações.

Segundo Candido, o percurso de desenvolvimento da literatura regionalista brasileira pode ser dividido em três fases. A primeira etapa, que para ele aconteceu durante o romantismo, no momento que denominou como a “consciência eufórica do país”, foi marcada por um regionalismo pitoresco. Para o autor, esse período foi caracterizado pela idéia do atraso e sua produção pode ser classificada como subliteratura,

Talvez não sejam menos grosseiras, do lado oposto, certas formas primárias de nativismo e regionalismo literário, que reduzem os problemas humanos a elementos pitorescos, fazendo da paixão e do sofrimento do homem rural, ou das populações de cor, um equivalente dos mamões e dos abacaxis. (CANDIDO, 1989, p.157)

Em pleno século XIX, Machado de Assis, em seu texto *Instinto de Nacionalidade*, já havia levantado questionamentos pertinentes acerca desse tipo de regionalismo desenvolvido pelos românticos. Para o crítico, privilegiar uma descrição pautada na ênfase dos aspectos regionais, de acordo com os ideais nacionalistas vigentes na época, comprometeu a qualidade das obras de forma a empobrecê-las. Para ele, a nacionalidade dos textos não estaria somente na tematização de aspectos nacionais, mas também na inclusão do que definiu como sendo um

“sentimento íntimo”, o qual poderia ser encontrado em qualquer tema, não necessariamente na abordagem da paisagem e dos costumes locais:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobreçam. O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço. (ASSIS, 1980, p.355)

Dialogando com as idéias de Machado, Antonio Candido e Afrânio Coutinho também criticaram as produções regionalistas do século XIX. Nesse sentido, Candido afirma que essas obras mostraram-se contraditórias no sentido de que continuavam a reproduzir o mesmo colonialismo cultural que buscavam rejeitar:

Sem o perceber, o nativismo mais sincero arrisca tornar-se manifestação ideológica do mesmo colonialismo cultural que o seu praticante rejeitara no plano da razão clara, e que manifesta uma situação de subdesenvolvimento e conseqüente dependência. (CANDIDO, 1989, p.157)

Da mesma forma, Afrânio Coutinho observa que a caracterização do meio ambiente, como foi concebida pelos românticos,

reduz o regionalismo a sinônimo de localismo literário, a literatura regional não passando de exploração e exposição do pitoresco, das formas típicas, do colorido especial das regiões. É outra forma de escapismo romântico, ou então é próprio de épocas e civilizações cansadas que se refugiam no passado ou no pitoresco local. (COUTINHO, 1976, p.202).

Deise Dantas Lima também observa que a ênfase dada ao regional foi responsável pela pobreza de algumas obras românticas. Nesse sentido, afirma que a ênfase no local presente nos textos

(...) balizou historicamente o processo ao longo do qual se consolidou a literatura brasileira desde seus primeiros esforços em busca da autonomia no século XIX, sob o empenho em representar sua identidade própria: o nacionalismo. Fenômeno não apenas brasileiro, ocorreu em outros países cuja história também foi calcada pelo processo de colonização. Em todos eles, a necessidade de endossar o localismo como síntese da sua diferença comprometeu ideologicamente a

literatura com a fidelidade à matéria extraliterária que lhe servia de substrato, conjugando, nem sempre conscientemente, impulsos de cópia e rejeição dos temas e motivos provenientes da Europa. Com isso, se atribuía às obras valor e significado proporcionais à evidencia dos aspectos da realidade representados, estreitando mais os laços entre literatura e nacionalismo. (LIMA, 2001, p.37)

Após destacar os problemas da primeira fase da literatura regional, Candido aborda sua segunda fase, denominada “pré-consciência do subdesenvolvimento”, que se caracteriza por um regionalismo de cunho social e refere-se ao chamado romance do Nordeste. Para o crítico, essa fase se configura “pela linguagem espontânea e irregular”; afirma ainda que “o peso da consciência social atua por vezes no estilo como fator positivo, dando lugar à procura de interessantes soluções adaptadas à representação da desigualdade e da injustiça” (CANDIDO, 1989, p.160)

Para Almeida, essa fase definida por Candido ocorreu no momento em que o nordeste adquiriu maior valorização e atuação no romance, que tinha por objetivo destacar seus valores, os quais se apresentavam, na época, em franca ameaça de descaracterização frente à hegemonia do sul do país e pela decadência da lavoura canavieira, o que resultou em narrativas que, ao mesmo tempo em que eram nativistas, dada a ênfase nas características locais, denunciaram as desigualdades sociais existentes na região:

Denuncia a descaracterização, a luta pela preservação dos valores ameaçados e a visão clara com que é apresentada a decadência da região encontra sua contrapartida no orgulhoso apreço pelo patrimônio cultural do Nordeste e pela sociedade do tempo. (ALMEIDA, 1999, p.251)

De 1945 em diante, com o surgimento dos romances de Guimarães Rosa, tem-se a terceira fase do regionalismo, denominada por Candido por *super-regionalista*. Para o crítico, o surgimento de escritores do porte de Guimarães Rosa transformou o modo de conceber os ideais regionalistas, pois à descrição do meio ambiente foram adicionadas novas técnicas de transfiguração da região e a análise do ser humano se deu sob outro enfoque, no qual o pitoresco e o documentário são formas ultrapassadas:

O que vemos agora, sob este aspecto, é uma florada novelística marcada pelo refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e os seus contornos humanos se subvertem, levando os traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade. (CANDIDO, 1989, p.161)

A descrição física continuou sendo efetuada tendo por base um lugar específico, no entanto, as reflexões sobre o homem ganharam uma amplitude que transborda os limites da simples descrição do espaço ou da crítica social e adquiriram um sentido e uma abrangência maiores ao tratar dos problemas existenciais característicos do ser humano. Daí decorre sua universalidade, característica que é tida como o aspecto diferencial do regionalismo das últimas décadas.

Tendo por base os três momentos apontados por Candido, percebe-se que a literatura regionalista no Tocantins, ao construir-se principalmente por meio de um quadro que busca caracterizar a região, torna-se anacrônica, pois segue o processo desenvolvido pelos escritores românticos não atendendo, assim, aos anseios de universalidade no trato dado ao homem e ao seu ambiente, que, segundo Candido, devem caracterizar os romances regionalistas nos dias atuais.

Assim, é possível perceber que, no que diz respeito a essas obras, da mesma forma como ocorreu com os escritores românticos, o destaque dado ao regional, a fim de melhor revelar e singularizar a região, deu-se por uma visão muito comprometida, fazendo com que elas se apresentassem em defasagem ao se assemelharem às obras por Candido classificadas como aquelas que compõem a primeira fase do regionalismo. Isto porque, ao priorizarem a descrição do regional na caracterização do ambiente local, seus autores acabaram por transformar o localismo em algo meramente pictórico, com a simples função de destacar, através da ênfase dada à caracterização pormenorizada da sua flora, da sua fauna e de outros elementos regionais, o Estado como um todo. As peculiaridades geográficas forjariam uma identidade e uma literatura para a região.

Dessa forma, os textos literários regionalistas produzidos no Tocantins assemelham-se a uma reduplicação anacrônica de um certo neo-romantismo e parecem pouco atrativos, pois relegam os problemas cruciais do homem a uma condição secundária em prol da abordagem da região tocantinense.

Este fato leva-nos a pensar que certos escritores, como Moura Lima, ao procederem dessa forma, confirmam o poder político do Estado. Em suas obras regionalistas, ao buscarem forjar uma tradição cultural, histórica e até mesmo lingüística para o Tocantins, mantêm uma clara relação com sua política, visto que passam a ter uma funcionalidade que extrapola os seus sentidos puramente estéticos e são utilizadas como instrumento de afirmação de uma identidade para o povo tocantinense.

As informações acerca do cenário literário tocantinense permitem-nos concluir que às obras regionalistas foi atribuído um discurso semelhante ao que deu legitimidade histórica à formação do Estado. Através do discurso histórico oficial e da criação de uma identidade tocantinense buscou-se demonstrar que o Tocantins possui suas particularidades culturais de modo a se diferenciar de outras regiões. Nesse contexto, as obras regionalistas, ao serem interpretadas pelos críticos através de um discurso ufanista, nos levaram a inferir, por suas observações, que esses textos, ao se fundamentarem em uma caracterização do meio ambiente regional, foram considerados pela crítica como mecanismo de projeção e singularização do Tocantins, tanto no cenário literário como no âmbito político nacional.

CAPÍTULO IV

A PRODUÇÃO POÉTICA NAS ACADEMIAS DE LETRAS NO TOCANTINS

Ao analisar os estudos críticos acerca da atividade literária no Tocantins verificamos que os mesmos privilegiam os romances, especialmente as obras de Moura Lima e Liberato Póvoa. Tal fato é bastante interessante, visto que, nas produções dos escritores ligados às Academias de Letras do interior do Tocantins, como a ACALANTO e a AGL, observa-se uma nítida predileção pela poesia. Uma possível explicação por essa preferência pode estar nas observações de Costa Lima, que, ao discutir acerca da dependência cultural brasileira, apontou a auditividade como um dos aspectos que a sustenta, considerando-a “um traço marcante em nossa formação cultural” (LIMA, 1991, p.272). Assim, se considerarmos que nossa sociedade é “permeada pelos hábitos próprios ao auditivo”, como afirma o teórico, e que a poesia é constituída por vários elementos da oralidade, como a musicalidade, as rimas, podemos encontrar uma das razões para que o gênero poético seja mais familiar para esses escritores e mais recorrente em suas produções.

Além da preferência pelos versos, a poesia dos acadêmicos do interior tocantinense caracteriza-se pela recorrência de certos temas e pode ser relacionada ao conceito de literatura que fundamenta a produção literária desses escritores. Uma vez aplicado um questionário¹⁰, as respostas para a pergunta acerca do que eles entendiam por literatura permitem inferir que a maioria deles compartilhava da mesma concepção do fazer literário, a qual parece fundamentar a escrita de muitos dos livros a que tivemos acesso.

As respostas dos acadêmicos, de uma forma geral, revelam-nos algumas das concepções de literatura que nos parecem mais comuns entre eles: a primeira delas está diretamente ligada a um contexto mais pessoal, ou seja, a literatura é expressão dos sentimentos, das emoções e do

¹⁰ O referido questionário encontra-se nos anexos deste trabalho.

ponto de vista do acadêmico, permitindo-lhe relatar sua vida e suas sensações íntimas; uma segunda concepção, que está inserida em um contexto mais abrangente e pragmático, pensa esta atividade como um meio de contribuir para a educação de um povo; e uma última, que vê a literatura como espaço para um discurso de cunho político, através do qual é possível contestar algo.

O escritor José dos Reis Vieira, da cidade de Colinas do Tocantins, norte do Estado, comprova esse fato, pois, para ele, a poesia é vista como meio ideal para concretizar e externalizar algo que é extremamente abstrato, como os sentimentos, o que condiz com o próprio título de sua obra, *Rabiscos de Sentimentos*:

Ao depararmos com o belíssimo horizonte que existe no nosso interior deixamos transparecer para o nosso exterior mensagens de conforto às pessoas que nos cercam e que, de alguma forma, são contagiadas pelo nosso otimismo. Quando deixamos que os nossos sentimentos sejam traçados em folhas de papel, com certeza se tornarão poesia, e nos farão perceber que o que sentimos pode até ser individual, mas que gostaríamos que fosse sentido por outras pessoas. “Rabiscos de Sentimentos” é a seqüência daquilo que se viu e é manifestado na vida de cada pessoa, de uma forma única a interpretar o que está dentro do mundo de cada um. (VIEIRA, 2004, p.2)

O jornalista e poeta Zacarias Martins, vice-presidente da Academia Gurupiense de Letras, por sua vez, ao escrever o prefácio à obra da acadêmica Ana Márcia Barros, também concebe o trabalho poético como um artifício pelo qual é possível expressar os sentimentos:

Pois a verdadeira poesia nada mais é do que a vida exteriorizada em forma de palavras que nos tocam a alma, despertando sentimentos, muitos dos quais vão surgindo assim, meio sonolentos e, de repente, como um passo de mágica nos dão o ar de suas graças. E é com toda essa vivacidade que a autora nos convida para percorrer os seus caminhos poéticos. (MARTINS, 2000, p.5)

Esse modo de conceber o ato poético assemelha-se ao modelo empregado pelos românticos brasileiros, que fizeram com que sua poesia passasse “da comemoração, doutrina, debate, diálogo, para concentrar-se em torno da pesquisa lírica. Lírica no sentido mais restrito de manifestação puramente pessoal, de estado d’alma, sob a égide do sentimento, mais que da inteligência ou do engenho” (CANDIDO, 1993, p.24). Assim, é comum encontrarmos na produção dos membros das academias textos que têm como temática os sentimentos do sujeito. Como exemplo deles, temos:

TER VOCÊ PRA MIM

De repente,
 Veio vindo você,
 Falando-me de um sonho,
 pedindo-me pra esquecer.
 De repente,
 Vi-me entristecido,
 E dentro da minha tristeza,
 Vi meu mundo distorcido.
 Já não existia mais amor,
 O meu sonho se desfez,
 O meu pensamento ficou longe,
 Na nossa primeira vez.
 Já não sabia amar,
 (VIEIRA, 2004, p.48)

BALADA PROS LÍRIOS

Lírios, lírios, lírios...
 Quantos?
 Infinitos.
 Guirlandas perfumadas
 Dos espíritos
 Sábios
 Que triunfam
 Pelo infinito
 Tão puros, tão bonitos
 Perfeccionistas como Deus.
 Feitor dos lírios.
 (DELANO, 2003, p.49)

Em *Ter você pra mim*, o sentimento do sujeito lírico apresenta-se como desgosto perante a vida, na qual a decepção amorosa se transforma em tristeza, ao passo que, em *Balada pros Lírios*, o sujeito lírico mostra-se tomado por uma sensação de felicidade que o leva a fazer um tributo aos lírios.

Já no texto *Bem precioso*, de Ângelo Bruno, e no poema *Acolhida*, de Isabel Dias Neves há uma diferença nítida quando o assunto é relembrar o passado. No primeiro, as recordações são representadas por imagens e por uma linguagem que caracterizam apologias da vida de seu autor. Já no segundo, o passado nos é transmitido por meio de imagens e de uma linguagem poeticamente trabalhada, as quais permitem uma melhor caracterização da lembrança da vida no campo:

BEM PRECIOSO

É realmente belo o nosso amor,
Amor nascido e sempre alimentado,
Soube enfim completar-me, virou flor,
Frutificou, deixou-me sublimado!

Devo-lhe tudo, minha eterna musa
Construí com você esta família
Sua bondade aos filhos foi transfusa
Ensinou-nos, pois, que ninguém é ilha!

Eu sou feliz por ser seu esposo,
Os quatro filhos nossos, que primor!
Eu considero-me um pai vitorioso,
(BRUNO, 2001, p.7)

ACOLHIDA

Entre os pássaros que cantam
e encantam a minha vida,
há uma gaivota – leda e forte,
que cheira o céu e se esborracha
nas flores que planta.

Entre os muitos ninhos
da minha meninice,
há um canto – amado e quente,
que me enrola de presença,
como o sol que aquece todo campo,
a cada volta que a luta solícita.
(NEVES, 1995, p.57)

Ainda no que diz respeito à exposição dos sentimentos por parte do sujeito, é muito comum encontrarmos textos nos quais essas sensações estão relacionadas a elementos ligados ao próprio estado do Tocantins. Essa caracterização pode ser verificada, por exemplo, no poema *Mel azul*, no qual os momentos de paz, de alegria e de sonho são determinados pelo olhar do eu lírico para o rio Tocantins, que se apresenta como um local de refúgio para o poeta:

MEL AZUL

O vento bate, bate de cheio,
nas águas do rio.
O rio corre, corre de leve,
levando azul,
banhando de paz

a alma da gente.
 Ondas leves dançam moles,
 quebram-se brancas
 no corpo dos barcos
 que andam faceiros.
 Areia fina, no ar que passa,
 deixa fumaça;
 remansos alegres nos olhos dos homens
 que amam a vida.
 Rio Tocantins, secular história,
 teu azul eterno conduz ao verde
 das esperanças.
 Tuas margens mudas, cheias de palmas,
 embalam os sonhos:
 sonhos de ontem,
 sonhos de hoje,
 sonho infinito
 de dormir no teu azul.
 (NEVES, 1995, p.47)

Em um primeiro instante, há uma relação de cumplicidade com o rio, já que o eu lírico contempla as belezas dessa localidade e deixa-se influenciar pela paz que vem do cenário que o cerca, como o vento que bate no rio, as águas que nele correm, seguidas da presença das “ondas que dançam”, “barcos faceiros”, “areia como fumaça”. Em momento posterior, ele deixa de ser o único a focalizá-lo e seus sentimentos saudosistas com relação a essa localidade se estendem a outros espectadores que também o consideram objeto de admiração, pois vêem nele um reduto de beleza, sonho e esperança. Nesse instante, as sensações do sujeito transformam-se em sentimentos nativistas.

Aspecto semelhante também está presente no poema *Meu rio Tocantins*. Nele, as imagens do rio também são construídas, em um primeiro instante, através de um olhar saudosista e sentimental do poeta com relação a um espaço que se apresenta de uma beleza imensurável, de modo a suplicar-lhe que leve em suas águas suas saudades, suas dores:

MEU RIO TOCANTINS

Águas correntes deslizando nos barrancos
 Levam mistérios e segredos muito além
 Leva Rio. Minhas saudades, minhas dores
 Deslizando em suas águas também.

Nas lindas noites de luar em suas praias
 Nas brancas areias passeiam Kraô e Xerente.

Banha Rio. As sombras das árvores que se curvam
É a natureza te fazendo reverência.

Meu grande Rio Tocantins
Quanta riqueza em tua fauna variada
Quanta beleza em tua flora abençoada
Quanto orgulho eu tenho de ti meu Tocantins.

Teu caminhar corta cidades e sertões
Espalhando beleza aos olhos de quem vem ti ver
Banha Rio, todo o povo desta terra
Desse Brasil que sente orgulho de você.

Meu grande Rio Tocantins
Quanta riqueza em tua fauna variada
Quanta beleza em tua flora abençoada
Quanto orgulho eu tenho de ti meu Tocantins.

(DELANO, 2003, p.52-53)

O que a princípio aparenta ser simplesmente uma representação sentimental, acaba por revelar-se uma manifestação nativista por parte do poeta, de modo que sua atenção para essa localidade não se dá somente por suas sensações para com ela, mas, por seu orgulho para com sua riqueza, sua flora, suas belezas.

Os mesmos recursos utilizados na caracterização do rio Tocantins foram empregados na abordagem de outros elementos naturais do Estado, como o rio Araguaia, que também é matéria de louvor pelos poetas, que enfatizam as suas qualidades:

RIO DE ÁGUAS

[...]

O MAR!!??

Que decepção!
(me desculpem é que sou do coração do Brasil e
aqui não tem mar)

O mar era salgado!
E me bateu aquela saudade do Araguaia
(Um marzão de água doce que temos por aqui)

O mar era salgado, mesmo!
Quando o vi
Entendi
O mar era apenas poesia
O meu Araguaia não tem gosto

Nem por isso é insosso
 Se tivesse
 Seria doce como maresia
 (GALLO, 2000, p.28)

Nesse momento, o tom saudosista se faz presente quando o poeta ao comparar o mar, que acaba de conhecer, com o rio de seu Estado, mostra-se decepcionado por perceber que o oceano nada possui de extraordinário com relação ao Araguaia, deixando transparecerem suas emoções e sua relação afetiva para com o rio.

O mesmo sentimento pode ser observado, ainda, no poema *Gurupi - Diamante puro*, no qual o poeta, ao falar de uma de uma localidade tocantinense, no caso a cidade de Gurupi, enfatiza sua história e seus personagens políticos, de modo que os sentimentos nativistas do poeta com relação a essa localidade surjam exatamente da observação dos fatos que são responsáveis por sua construção:

GURUPI - DIAMANTE PURO

Gurupi, meu Gurupi,
 Minha Capital da Amizade!
 Quantas lembranças e saudades
 Escondidas sob o teu progresso,
 Ante a tuas lutas de sucesso!
 (...)
 Sim, conheci tua vitória
 Nas páginas de uma grande história;
 Não inventada por alguém de mera ilusão,
 Mas sim realizada por um homem de grande visão.

O que não diria hoje, Joaquim Pereira;
 E também o Jacinto Nunes,
 Em sua missão derradeira?...
 O padre Geraldo, nem falar!
 Está aí o grande pároco
 Para o teu progresso historiar.

Por tudo isso e muito mais
 Que os grandes homens aqui fazem...
 Parabéns Gurupi, Diamante Puro,
 Minha grande metrópole do futuro.
 (SANTOS, 2002, p.37)

Ao contrário dos poemas anteriores, em *Teus ouros – tributo ao Tocantins III*, de Janete Santos, o tom nativista, presente no desejo que sua autora possui de fazer uma homenagem ao Tocantins, não é mediado pela primeira pessoa e, portanto, pelos sentimentos do sujeito lírico

com relação a ele, mas somente pela enumeração dos valores pecuniários que a escritora nele observa:

**3 - *Teus ouros –
Tributo ao
Tocantins III***

Gado, mato
Pasto
Bem e farto
Sim
Renda, venda
Zenda
Muitas fazendas
Aqui
Cacho, beira
Eira
Quantas cachoeiras
Em ti

(SANTOS, 2004, p.15)

Dessa forma, há em todos esses poemas um certo sentimento nativista visível nos diferentes modos como o Estado é representado: no poema *Mel azul* há a exposição dos sentimentos do poeta em relação rio Tocantins, que também tem sua beleza exaltada no texto *Meu Rio Tocantins*; já no poema *Gurupi – diamante puro* seu autor narra os fatos históricos relacionados à cidade tocantinense de Gurupi e, por fim, em *Teus ouros – tributo ao Tocantins III* sua autora descreve o valor material existente no Estado.

Esse modo de caracterizar o Tocantins, seja pelos sentimentos do poeta para com ele ou ainda pela ênfase em suas potencialidades, retoma, de certa forma, as imagens messiânicas do Estado como sendo o “novo Eldorado”, a “Terra prometida”, o “Sol do Brasil”, ou, ainda, o “Estado solução”, representações essas que foram criadas e difundidas por vários historiadores e políticos para viabilizar sua formação.

Além de reafirmar as imagens do Tocantins como uma localidade de futuro promissor, há em todos os poemas a intenção de produzir uma identidade para ele, que não se dá somente pelo viés de uma representação saudosista e nativista, mas também histórica. Em textos como *Gurupi – diamante puro*, por exemplo, a cidade de Gurupi é apresentada ainda por sua configuração histórica, de modo que seu autor, ao recordar um universo de glórias ligadas a determinados

personagens, como Joaquim Pereira, Jacinto Nunes, recria um cenário no qual busca destacar esses agentes e registrar um passado histórico para tal localidade.

Nesse sentido, podemos verificar que esses poemas guardam semelhanças com as produções regionalistas de Moura Lima e de Liberato Póvoa, pois, da mesma forma que esses romancistas, seus autores também utilizam-se da configuração de certos elementos da natureza e de sua região para forjar um quadro identitário para o Tocantins. Em *Meu rio Tocantins, Mel azul* ou, ainda, *Teus ouros – Tributo ao Tocantins III*, por exemplo, os poetas caracterizam o Tocantins pela enunciação de uma série de elementos naturais nele existentes, os rios, as matas, os gados, as cachoeiras e praias. Os adjetivos ligados a seus elementos, como, por exemplo, “farto”, que no poema de Janete Santos se refere ao pasto e ao gado, contribuem para singularizar o Estado, mostrando que ele possui uma natureza que lhe é peculiar e por isso capaz de diferenciá-lo das demais localidades brasileiras.

Além dessa perspectiva, há poemas como os de Edson Gallo – acadêmico da ACALANTO- que, apesar de possuírem a mesma intenção dos textos anteriores, ou seja, de registrar a existência de uma identidade para o Estado, diferem-se deles porque não possuem um tom declamatório e até mesmo ornamental na forma de representar os elementos ligados ao Tocantins, pois são mais reflexivos.

Como exemplo, podemos mencionar o poema *Praça das Nações*, no qual o autor busca dar destaque à praça de sua cidade através de uma paródia ao texto *O povo no poder*, de Castro Alves. Nesse poema, a intertextualidade com o poeta romântico é um dos recursos que Gallo se utiliza para caracterizar a imagem desse local. Ao declarar que “A praça é do povo/ como o céu é do condor”, o “Poeta dos Escravos” estende os limites desse espaço a todas as pessoas, sem distinção alguma, atribuindo a ela as funções sociais e políticas de reunir o maior número de indivíduos e de ser cenário das suas manifestações:

[...]

A praça é do povo, como o céu é do condor,
É o antro onde a liberdade.
Cria águias em seu favor.
Senhor!... pois quereis a praça?
Desgraçada a populaça.
Só tem a rua de seu...
Ninguém vos rouba os castelos,
Tendes palácios tão belos...
Deixai a terra o Anteu.

A característica desse local, assim definida, é possível levando-se em conta a missão libertária dos poetas da geração de Castro Alves, os quais, segundo Antonio Candido (1993), consideravam-se os *bardos*, *os profetas*, *os guias* com uma missão social a cumprir: “Missão puramente espiritual, para uns, missão social, para outros – para todos a nítida representação de um destino superior, regido por uma vocação superior. É o bardo, o profeta, o guia” (CANDIDO, 1993, p.25). No poema de Castro Alves, o compromisso que o poeta se impõe é o de intervir a favor dos oprimidos, o que explica a reivindicação da praça como espaço de liberdade para o povo.

Já no texto de Edson Gallo, esse local não mantém essa função política. Apesar de ser uma localidade de grande amplitude, a praça de seu poema não se restringe a ser um espaço para uma eventual movimentação de cunho político-contestatório, constituindo-se apenas como um reduto das pessoas que nela convivem. O autor, aludindo ao nome *Praça das Nações*, assim destaca sua especificidade:

PRAÇA DAS NAÇÕES

Dá licença Castro, mas...

A praça não é do povo
como o céu não é do condor

A praça é do Cagado, do Bigola
do Pernetá, do Zé-da-Ana e do Paquinha

A praça é das nações
como o céu é das andorinhas

A praça é da igreja
como a noite é da polícia e da dor

(GALLO, 2000, p.11)

Assim, a imagem que o sujeito lírico tem desse espaço é entrevista pelas pessoas que o compõem e circulam por ele. A apresentação desses indivíduos é feita, no poema, por sua nomeação: é o “Cagado”, é o “Bitola”. Nomeando personagens, o poeta demonstra certa familiaridade com o local e com as pessoas, tanto que as denomina por seus apelidos, ao mesmo tempo em que fornece algumas informações sobre elas.

Percebe-se que há, no modo como as pessoas são descritas, o desejo do autor de caracterizar e valorizar a sua cidade através da enunciação daquilo que mais lhe parece típico e

singular, daí a ênfase na descrição de sua praça ser feita justamente pela crítica aos ideais românticos expressos no poema de Castro Alves. Enquanto o poema oitocentista escolheu o Condor, pássaro que deu nome à Terceira Fase do Romantismo, a chamada Geração Condoreira, por simbolizar um grupo que se apegou à idéia de liberdade e ao desejo de alçar “altos vôos”, o poema de Edson Gallo, de forma irônica, escolhe a andorinha como o pássaro que ao céu de sua praça pertence, ave de porte, capacidade e exuberância inferiores se comparada ao majestoso condor. Notemos, porém, que o plural indica que há várias andorinhas e sua presença enfatiza a funcionalidade da praça de Araguaína em contraposição à imagem pomposa que o poema romântico dá a esse espaço ao utilizar-se da imagem do condor. Ademais, a opção de contrapor a andorinha a um pássaro do porte do condor demonstra a preocupação do poeta em defender aquilo que é pequeno e que melhor caracteriza sua cidade.

Esse modo de valorizar aquilo que é simples é muito característico em alguns dos escritores modernistas, entre eles, Manuel Bandeira, que também possui um poema no qual há a presença da andorinha:

ANDORINHA

Andorinha lá fora está dizendo:

- Passei o dia à toa, à toa!

Andorinha, andorinha, minha cantiga é mais triste!

- Passei a vida à toa, à toa...

(MANUEL BANDEIRA)

Procedendo dessa forma, Edson Gallo acaba por destacar a singularidade e a simplicidade não só dessas pessoas, mas também da praça de Araguaína em contraposição à imagem pomposa com que a localidade é descrita no texto de Castro Alves.

Assim como no poema *Praça das Nações*, em que as pessoas que configuram a praça contribuem para caracterizá-la como um espaço público e simples, no poema *Procissão: Jacuba*, o eu lírico também caracteriza essa localidade de Araguaína através da menção dos seres que dela se utilizam. O poeta veicula uma imagem detalhada desses indivíduos: fornece-nos detalhes do modo como eles se preparavam para o divertimento, a faca que era embrulhada no papel de pão, o dinheiro dependurado no cadarço, o modo como se vestiam, de calção e pés no chão:

A faca embrulhada num pedaço de papel de pão
 O dinheiro em nó dependurado no cadarço do calção
 A grande caminhada em direção ao lazer do povão
 Quem é que lidera esta estranha procissão?

Pés no chão
 Cristãos em procissão
 Todos de calção

(GALLO, 2000, p.17)

Temos aqui um poeta mais atento aos afazeres do grupo que forma o que ele denomina procissão. No entanto, a composição das pessoas define-se não somente por suas qualidades em particular, mas por uma série de elementos que as tornam pertencentes a esse grupo. Dessa forma, temos um espaço que nos é apresentado mediante imagens de indivíduos modeladas de maneira que possuem suas peculiaridades asseguradas pelo fato de pertencerem a um grupo maior de pessoas:

[...]

Iguais na diversidade, companheiros de estranhas crenças
 Lá vão eles. Passos apressados, sorrisos abertos, alegria
 Atletas ressaqueados, desafiando a resistência com galhardia
 Amantes, amados, rivais, namorados, diferentes na universidade

(GALLO, 2000, p.17)

Percebe-se, nesta caracterização, que o poeta busca destacar que esse conjunto é formado por um grande número de pessoas que se distinguem por diferentes formas, mas que se mantêm unidas por circularem por essa localidade da cidade de Araguaína, tanto que a caminhada é qualificada como uma procissão, o que colabora para o sucesso de sua tentativa de mostrar as qualidades e a utilidade desse lugar em Araguaína.

Outro poema em que é nítida a tentativa do poeta de destacar aquilo que é típico da sua cidade e que melhor a caracteriza de forma a distingui-la das demais localidades é o texto *Natividade*. Tendo como tema o Natal, Edson Gallo, inicialmente, dá relevo a elementos tipicamente tradicionais dessa festa que melhor a qualificam: *Eu quero a paz/Essa paz que o branco de minhas vestes denunciam*; ao mesmo tempo, que nega certos elementos comerciais que considera como os responsáveis por transformá-la em um mero fato comercial:

[...]
 Eu não quero o natal dos “Shopping Centers”
 Esse natal comercial
 O natal das compras
 Abaixo o natal dos “papais-noéis”
 Que são ricos e
 Só compram... compram e compram
 (GALLO, 2000, p.68)

Mediante os elementos que estariam promovendo a sua descaracterização, Edson Gallo aponta elementos típicos da sua cidade que, em contraposição àqueles, seriam capazes de melhor caracterizar essa festa e recuperar sua essência. Os cartões e os trenós são substituídos por elementos existentes no Estado, como o pequi - um alimento considerado típico no Tocantins - ou, ainda, pela festa realizada em localidades tradicionais da cidade de Araguaína, como a AABB – um clube recreativo:

[...]
 Eu quero o natal dos pequis
 O natal dos cerrados
 O natal do Tocantins
 O natal daqui,
 Abomino o natal dos presentes
 O Natal que não sente
 Eu, ...
 Eu prefiro o natal dos abraços
 O natal dos amigos
 O natal da AABB
 (GALLO, 2000, p.68)

Assim sendo, a imagem que o poeta apresenta da cidade nos poemas *Praça das Nações*, *Procissão: Jacuba e Natividade* dá-se pela menção a localidades específicas, como a praça e o rio Jacuba, ou, ainda, pela abordagem das peculiaridades que uma data festiva como o Natal ganha na região. Essa caracterização privilegia as singularidades desses espaços a fim de melhor destacar as especificidades de uma cidade tipicamente interiorana como Araguaína.

Além desses textos, Edson Gallo possui outros nos quais trata ainda da cidade de Araguaína e de sua praça. Da mesma forma que nos poemas anteriores, nesses textos os elementos relacionados ao Estado não são apresentados através de um tom declamatório, como os são em *Mel azul*, *Meu rio Tocantins*, *Gurupi – cidade diamante* ou, ainda, *Teus ouros – tributo*

ao *Tocantins III*, já que o autor utiliza um tom mais argumentativo que ornamental ao se referir a eles. Assim, em *Praça das Nações II* e *Um poema para minha cidade*, o poeta, em sua incessante preocupação de registrar a existência de uma identidade para essa localidade, expõe a imagem da cidade de Araguaína em tempos diferentes e critica certas transformações que afetam sua singularidade.

Esse processo mostra-se necessário a um poeta que se apresenta insatisfeito com as novas estruturas que estão modificando os elementos que, para ele, são importantes na caracterização e na diferenciação da sua cidade em relação às demais. Mediante o estado de insatisfação, resta a Edson Gallo utilizar-se da memória na reconstrução dessa localidade, a fim de reabilitar aquilo que nela há de familiar e que lhe parece mais peculiar. A apresentação desses locais, assim configurados, evidencia o olhar do poeta para sua cidade dentro de uma ótica que Moura Gonçalves Filho define como o “olhar fugidio”, entendido como aquele através do qual a pessoa “recolhe imagens de outrora, mas reclamadas nas nervuras de uma vida em ato: relembrar exige um espírito desperto, a capacidade de não confundir a vida atual com a que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las às imagens de agora” (GONÇALVES FILHO, 1993, p.99).

Assim, o autor busca recuperar as imagens de Araguaína no passado, através de um trabalho comparativo com os componentes que a constituem no presente. Os elementos atuais que configuram a cidade são responsáveis por desencadear lembranças de outras imagens que, em outros tempos, compunham essa mesma localidade.

Em relação ao texto *Praça das Nações II*, o escritor coloca em cena imagens da praça de sua cidade de forma a explicitar as diferentes configurações desse espaço no passado e no presente. Por isso lembra que a praça, antes de ter cimento e máquinas, era um velho curral; que antes de ter meios-fios e fontes luminosas, havia nela peixes:

Já fostes um velho curral
 Abandonaram-te
 Lugar vazio
 Ocioso [Fantasma]
 Transformaram-te em espaço de circo
 Reino de palhaços, crianças
 Alegria e mambembes [Fantasia]
 Máquinas trabalham-te
 Imprimem a frieza do cimento [Farádico]
 Dos meios-fios e fontes luminosas
 No início
 Até peixe, tu tinhas

Agora, praça!
 Uma praça do mundo [{{Fantástico}}]
 Uma praça como as outras do mundo
 Uma Praça das Nações

(GALLO, 2000, p.24)

Ao privilegiar a memória na apresentação desses espaços, o sujeito direciona nossa percepção para as transformações de ordem material da praça típica de uma cidade com características rurais, chamando nossa atenção para os aspectos negativos das metamorfoses de uma cidade em processo de urbanização: “Já foste um velho curral / Máquinas trabalham-te / Imprimem a frieza do cimento”. Além de enumerar as transformações, o eu lírico estabelece juízos de valor, condenando a novidade que ameaça os elementos característicos do passado segundo os recortes de sua própria experiência, configurando uma relação nostálgica.

No texto *Um poema pra minha cidade*, o poeta também critica as transformações que a sua cidade sofreu, apresentando-a por elementos figurativos em espaços e tempos diferentes. Caracterizada no presente, a cidade possui vídeo-locadoras e bancos comerciais que se contrapõem à presença do cinema e de locais reservados às atividades de interpretação que existiam no passado:

De onde eu vim
 Tinha dois cinemas
 Agora que voltei
 Sete video-locadoras ou mais

Não tem nenhum cinema
 Onde tinha dois
 Teatro nunca teve
 Mas teve sala e espaço
 Para interpretação
 Hoje nem salas, nem palhaços
 E muito menos criação

Tem dez bancos comerciais
 E muitos milhares de devedores
 No peito não tem gravata nem emoção
 Na cabeça um vazio
 A lembrança da dívida e
 O esquecer da vida

(GALLO, 2000, p.13)

Esse olhar crítico, interessado em demonstrar os aspectos que estão alterando a praça e a cidade, no poema *Um poema pra minha cidade*, faz-nos observar a ausência de pessoas em sua nova caracterização. Esse dado, por sua vez, leva-nos a supor que, se no poema *Praça das Nações*, os indivíduos que se aglomeram nessa localidade são responsáveis por singularizá-lo, no poema *Praça das Nações II* a ausência desses personagens denuncia e crítica as transformações em curso, fazendo com que as pessoas percam sua singularidade como elementos de uma multidão, convertidos em “milhares de devedores”.

Percebe-se, também, que o texto *Um poema pra minha cidade* indica que, no passado, a cidade possuía espaços públicos e coletivos que convergiam também para uma expressão de sociabilidade, pois havia nela elementos que contribuíam para isso, como o cinema e os locais reservados às atividades de interpretação. No presente, porém, os domínios privados (vídeo-locadoras, bancos comerciais) e a perda do espaço anterior revelam um abandono dessa função social, pois a cidade é caracterizada como um espaço incapaz de proporcionar um maior convívio entre as pessoas. Assim, a vídeo-locadora substitui o cinema e faz com que as pessoas convivam mais em seu meio familiar; os bancos comerciais passam a intermediar às relações interpessoais pelo dinheiro, sendo responsáveis pela desvalorização do indivíduo; por último, a prisão, visto como espaço da segregação social que a cidade impõe aos seus habitantes no presente.

Tal problemática nos remete, ainda, a Rogério Lima (2003) para quem as transformações que as cidades sofreram não permitem mais espaços comuns em sua localidade. A própria praça que, segundo Nelson Saldanha (1993), é a essência da cidade, já não tem mais função alguma. Nesse sentido, o autor afirma que, com o declínio das praças nas grandes cidades, esses espaços públicos estão sendo substituídos por outros pontos de lazer. E afirma, ainda, que a visão de declínio alcança justamente coisas que vinham integrando a própria imagem do homem e do humano, o que explica a visão de estranhamento do sujeito lírico perante as mudanças e sua crítica para com esse novo estágio no qual a cidade se encontra, comparando-a a uma mulher prostituída:

[...]

Os novos poetas teimam em te comparar
Com uma menina. Logo, logo perceberão
Que também erraram. Os velhos eram líricos
E por disso deixaram-se levar pela poesia.

Menina? Há! Há! Há!... só se for de rua
 Dessas que nem roupa têm e andam nua

Te possuíram. (Pro) meteram e não cumpriram
 Te usaram continuam usando e abusando
 E se tu aceitas passivamente
 Desculpa-me, mas não posso chamar-te de
 “Princesa do Norte” como eles querem

Tu és prostituta do norte
 Onde maltratam-te

(GALLO, 2000, p.15)

Para elaborar sua crítica, o poeta utiliza o fato de Araguaína ser conhecida no Estado como a “Princesa do Norte” e nomeia a cidade “Prostituta do Norte”. Essa imagem da cidade simboliza sua natureza corrompida pelas modificações sociais que vêm transformando o seu cenário interiorano: daí a acusação de que ela se comporta como uma prostituta – uma mulher-mercadoria - que dispõe de si mesma como um objeto de venda, tendo seu valor baseado nos mesmos parâmetros que regem a sociedade de mercado, ou seja, o valor de troca.

Na constante ênfase dada à falta das pessoas e aos aspectos negativos advindos das mudanças estruturais desses espaços, percebe-se que eles se encontram desprovidos daquilo que lhes era mais familiar e que os distinguiu dos demais. Ao comparar a cidade a uma mercadoria, o poeta nos deixa vislumbrar que as mudanças de ordem econômica e social fazem-na parecer uma localidade que lhe é estranha. Esse espaço tornou-se um produto do comércio, como indicam algumas das mudanças apontadas no poema *Um poema pra minha cidade*, a saber: são os bancos, “money”, os aluguéis de sala, os índios de carro, “Sifu... deram ao índio a Funai / Funai, Funai, Fumai, Fumai, / Se fumarem de carro não andam mais!”. O sujeito lírico atribui as mudanças na cidade à movimentação do dinheiro nela circulante (os bancos comerciais, os aluguéis, os índios de carros), cuja importância atribuída para seus habitantes dessacralizou a cidade do passado.

Assim, as metamorfoses acarretaram uma perda de significação dessas localidades, transformando-as em ambientes estranhos e determinam o estado de amargura do poeta diante das transformações que elas vêm sofrendo e sua apatia para com os lugares assim modificados, pois o olhar que vê somente mudanças leva o sujeito lírico a pensar que sua praça foi transformada em um lugar como outro qualquer:

Já fostes um velho curral
 Abandonaram-te
 Lugar vazio [{{Fantasma}}]
 Ocioso
 (...)
 Até peixes, tu tinhas
 Agora, praça!
 Uma praça do mundo [{{Fantástico}}]
 Uma praça como as outras do mundo
 Uma Praça das Nações
 (GALLO, 2000, p.24)

Para identificar esse olhar que caracteriza o estranhamento e a decepção do eu lírico diante da nova configuração da cidade e de sua praça, podemos utilizar a idéia de Nelson Brissac Peixoto (1993) acerca do que denomina como “o olhar do estrangeiro”. Percebe-se que o discurso de Edson Gallo está empenhado em deixar claro que os elementos que se mostram ausentes na atual configuração da cidade, ou mesmo da praça, são os elementos que eram mais típicos e que melhor qualificavam e diferenciavam essa cidade das demais localidades existentes no mundo. Por isso, no texto *Um poema pra minha cidade*, o poeta tenta resgatar, mesmo que seja através de lembranças, esses componentes. Mediante a impossibilidade de reaver o que fôra perdido, o poeta se sente amargurado com aquilo que seus olhos vêem. Afinal, estamos diante de um poeta cujas imagens que dão configuração à cidade do presente não correspondem àquilo que a constituía no passado. No passado, os personagens do poema *Praça das Nações*, como o “Cagado”, o “Bitola”, ou, ainda, os elementos presentes no texto *Praça da Nações* eram responsáveis por destacar as peculiaridades que distinguiam a praça e a cidade de Araguaína de outros lugares. No presente, porém, a perda desses elementos acarreta uma grande mudança na fisionomia de sua cidade e faz com que essa localidade apresente-se estranha ao poeta, levando-o a uma atitude nostálgica.

Há, portanto, nessa investida parodística e memorialística, uma resistência às novas imagens da cidade e uma tentativa, por parte do sujeito, de representar a verdadeira identidade dessa localidade. É justamente esse olhar crítico que, ao apresentar não só os elementos que dignificam sua cidade, mas também suas mazelas, faz com que esse conjunto de textos do escritor de Araguaína tanto se diferencie, como se aproxime dos poemas *Meu rio Tocantins*, *Gurupi – diamante puro* ou ainda *Teus ouros – tributo ao Tocantins III*. A diferença está no modo como estruturalmente representam o Estado, pois nos primeiros poemas busca-se apresentar uma essência para ele pela enumeração de certos elementos a ele ligados, ao passo que nos poemas de

Edson Gallo pretende-se mostrar as peculiaridades da cidade de Araguaína pela enunciação daquilo que lhe é próprio, mas que atualmente está em processo de modificação. Porém, a despeito dessas diferenças, esses textos possuem um mesmo propósito, ou seja, registrar as peculiaridades de certos lugares pertencentes ao Estado do Tocantins, seja sua praça, seu rio, suas matas, suas cidades.

Há uma quantidade expressiva de produções poéticas nas quais são expostos os sentimentos do eu lírico ou veiculam-se imagens do Estado, representado, na maioria das vezes, por uma postura sentimental por parte do poeta com relação a ele, como em *Mel azul*, ou através de um tom nativista pelo qual seu autor busca destacá-lo, principalmente através da configuração de seus elementos naturais, como nos poemas *Gurupi – diamante puro* ou *Teus ouros – tributo ao Tocantins III*. Apesar disso, o universo literário dos membros das academias não se limita apenas a esse tipo de configuração poética.

Nos poemas *Praça das Nações II* e *Um poema pra minha cidade*, o sentimento nativista do poeta para com o Estado pode ser percebido justamente na crítica que faz às mudanças estruturais que sua cidade ou sua praça vem sofrendo. Ao falar dos elementos de sua cidade e da sua praça que estão em transformação, o autor não só revela um discurso nostálgico com relação a essas localidades, mas critica tais mudanças. Dessa forma, ampliando o conceito de poesia, é possível perceber que muitos acadêmicos atribuem a ela não só a capacidade de veicular emoções, mas também a missão de analisar e criticar a sociedade em que estão inseridos, de modo que nos é possível encontrar um segundo grupo de poemas, no qual o conceito de poesia está relacionado com a idéia de crítica social. Nesse sentido, seus autores também possuem concepções semelhantes às dos escritores românticos que, segundo Candido, ao se conceberem como “o vate”, “o bardo”, “o profeta”, “o Guia”, fizeram de sua produção “uma missão de beleza, ou espiritual, para uns, missão social, para outros – para todos, a nítida representação de um destino superior, regido por uma vocação superior” (CANDIDO, 1999, p.25). Nesse sentido, temos textos como:

EM CHAMAS

Setembro domina a área
e o céu todo empalidece.
Os pássaros, quase roucos,
já esperam temerosos
a ânsia de um vulcão.

O fósforo insensato
se espalha pela terra
morna, e sem arma.
E vai queimando a vida,
queimando a história.

(NEVES, 1995, p.39)

POEMA AFRO-BRASILEIRO

Para Chica da Silva
Nos 500 anos do Brasil

Eunice era preta de beijo carnudo,
Alegre nos olhos de pinta vermelha,
Bondosa nas mãos de palma amarela.
Em paz com a vida, desacorrentada,
Mexia as cadeiras, mexendo a panela.

(...)

Agora, a cozinha em vez de senzala.
A luta era a mesma, depois do fogão:
Livrar-se, faceira, da dura bengala,
Seguindo seu rastro, o feroso patrão.

(VILELA, 2003, p.97)

Nesse conjunto de poemas, a crítica recai sobre a questão da falta de cuidado com as fontes naturais brasileiras de um modo geral, como em *A terra hoje*, no qual sua autora, ao instituir um diálogo com o poeta Gonçalves Dias, queixa-se da destruição do cenário que fora cantado pelo poeta romântico; no texto *Em chamas*, o eu lírico se lamenta da destruição provocada pelas queimadas, que são comuns no estado do Tocantins no mês de setembro.

Ao falar de um problema relacionado ao Estado, poetas como Isabel Dias Neves continuam a centrar seu olhar para o Tocantins e rever os problemas que o afligem, como o fazem ainda outros poetas:

ARAGUAIA

Teu leito,
seixos,
muitos peixes.
Agonia. Morte Lenta.
Tanto te cantam, no entanto te matam.
Um dia te veneram, mandam flores para Iemanjá,
consideram-te veia da vida, noutro, restos do acampar.

Pôr-do-sol. Líquido prateado se tornam tuas águas.
Lá vêm voadeiras, visitantes...lixo...tua morte,
rico RIO sem sorte.

(SANTOS, 2003, p.44)

No poema de Santos, o cenário no qual se encontra o rio Araguaia não é idealizado, como no poema *Meu rio Tocantins*, e os problemas relacionados a ele são enunciados. Mas mesmo em texto como esses, nos quais há a identificação de certos problemas presentes no Estado, percebemos ainda o predomínio de um certo tom nativista com relação a ele, visível na tentativa de cada autor de recuperar aquilo que se encontra ameaçado, como a mata, os rios, que para eles são elementos que contribuem para singularizar o Estado, como o faz Gallo ao protestar contra a construção da usina hidrelétrica de Lajeado:

[...]
Na altura do Lajeado
Cerraram as serras do cerrado
Fecharam-se as comportas
Por meio de atitudes tortas
prenderam o meu riacho
não me perguntaram o que eu acho
calaram o rio do meu estado.

(GALLO, 2000, p.19)

Além desses poemas, é muito comum, ainda, a presença de textos que assumem um papel semelhante ao de receituários de conduta, nos quais exemplos e preceitos de vida são os temas principais. Uma possível explicação para isso está no fato de que a maioria dos escritores, principalmente os do interior do Estado, são professores, o que torna compreensível a presença desse tom didático nas suas produções, indicando que a vida do poeta influencia na concepção de sua obra e, principalmente, que seu trabalho cotidiano contém valores que, para eles, são ideologicamente importantes e que devem ser preservados em sua criação artística, como no poema de J. Ribamar dos Santos:

VIDA E SONHOS

A vida não é
suficientemente longa
para usufruirmos
dos tantos sonhos
que temos;
mas é suficiente

para ajudarmos a muitos
que, sequer,
um sonho têm.

(SANTOS, 2004, p.35)

ESCOLHA

Às vezes é preciso olhar bem dentro,
de nós mesmos,
Para fazermos uma escolha,
Na vida. E...
Ainda assim fazermos a escolha,
Que deveria ser a mais certa,
E que realmente não é.
E quando precisamos fazer uma escolha
mais exterior?
Se quando fazemos uma interior dá errado?
O que fazemos para acertarmos?
É muito difícil, mas não impossível.
Basta compreendermos que somos seres,
E vivemos em “PLENA DEMOCRACIA”,

(...)

“Poesia é transportar para uma folha de
papel todas as nossas fantasias de forma real”

(VIEIRA, 2004, p.118)

No que diz respeito à atividade literária e seu produtor, esse aspecto foi notado por Antonio Candido na sociedade brasileira da segunda metade do século XVIII. Em seu texto *Letras e idéias no período colonial*, o autor aponta que não havia nessa época uma divisão entre as funções de escritor e outras, isto porque “a inexistência de estratos intermediários entre o homem culto e o homem comum, bem como a falta de preparação dos estratos superiores, os forçavam às posições de liderança administrativa ou profissional” (CANDIDO, 2000, p.102).

Esse aspecto, de certa forma, também se faz sentir no Tocantins, que possui uma organização social que não permite a diferenciação muito nítida entre certos escritores e as funções que eles possuem na comunidade em que estão inseridos. Isto porque, apesar do empenho das Academias de Letras para o reconhecimento dos escritores que delas fazem parte, nenhum deles vive exclusivamente da literatura; alguns são professores, outros padres, outros comerciantes, de forma que é possível que haja uma certa influência de suas qualificações e o modo de vida em seu trabalho literário, dialogando com os pressupostos de Candido de que

“quando a própria arte não se dissocia com nitidez, o artista permanece mergulhado no sincretismo das funções” (CANDIDO, 2000, p.28).

Como exemplo ímpar do que estamos falando, temos o caso de Ângelo Bruno, que foi missionário orionita e professor de ciências e possui três livros nos quais o tom didático e religioso fazem-se presentes em temas que são constantes em sua obra e que para ele representam algo que deve ser prezado, como o amor, o casamento, a liberdade, o filho, o trabalho e Deus :

A GRANDE GRAÇA

Domingo sem missa,
Semana sem graça,
Viva na graça
Participando da missa

Ela é premissa
De toda graça,
Pois não há graça
Maior que a missa.

(BRUNO, 2001, p.9)

Com a indicação desse último grupo de poemas, encerramos a exposição acerca de algumas das produções poéticas mais recorrentes nas academias literárias no Tocantins, a qual nos permite afirmar como é multifacetada essa produção. Afinal, temos desde poemas que tratam dos simples sentimentos do poetas, como de suas convicções, até um grupo de textos que dizem respeito ao Estado, sejam eles em prosa ou em verso, e nos quais o tom saudosista e nativista inerente a esse processo se faz presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se não existe literatura paulista, gaúcha ou pernambucana, há sem dúvida uma literatura brasileira manifestando-se de modo diferente nos diferentes Estados. (CANDIDO, 2000, p.139)

Seguindo a linha de raciocínio de Antonio Candido (2000), não podemos afirmar a existência de uma literatura tocantinense, mas de uma atividade literária no Tocantins. Esta possui determinadas características resultantes da influência de alguns elementos presentes em seu contexto de produção, como, por exemplo, o processo de formação desse Estado, no qual certos fatos históricos adquiriram novos significados, de forma que eles pudessem dar respaldo a uma certa maneira de olhar a criação do novo Estado.

Nesse sentido, podemos perceber princípios semelhantes aos relacionados por Bourdieu (2005) para o conhecimento e reconhecimento de uma determinada região, na medida em que para esse autor as delimitações territoriais não são naturais, mas sim forjadas por meio das representações feitas por agentes que possuem um discurso autorizado. No caso do Tocantins, vários são os discursos e símbolos que possuem a intenção de dotá-lo de uma existência. No campo histórico, houve a tentativa de dotá-lo de um passado e de uma identidade que desse respaldo à sua formação. Assim, nos discursos emitidos acerca do norte de Goiás, hoje o estado do Tocantins, configurou-se um enunciado que primou pela necessidade do desmembramento da região separando-se, do restante do Estado de Goiás, de modo que suas potencialidades “naturais” fossem evidenciadas. Dessa forma, entre as inúmeras imagens criadas para o Tocantins, estão as que o qualificam como a nova “Canaã”, o novo “Eldorado”, entre outras.

Essa configuração discursiva passa a ser recorrente nesse Estado, apresentando-se nos anúncios e programas exibidos nas emissoras de televisão, nos quais temos a imagem do Tocantins como um lugar próspero, de harmonia, de igualdade social e de futuro promissor. Esse mesmo universo simbólico apresenta-se ainda nos discursos dos inúmeros políticos tocantinenses,

nos quais a formação do Estado é lembrada como algo necessário para que houvesse o desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

Nas atividades literárias desenvolvidas no Estado, ocorre um processo semelhante. Se o contexto histórico do Tocantins é caracterizado pela fundação de um discurso institucional que tinha por pretensão dotá-lo de um passado histórico e de uma identidade, no campo da literatura, busca-se também criar uma atividade para o Tocantins que lhe pareça característica e que lhe proporcione reconhecimento. No entanto, devido à imaturidade econômica, social e cultural do Estado, o seu contexto literário é caracterizado por um sistema em processo de construção. Isto porque há empecilhos que afetam sua consolidação plena, como, por exemplo, os problemas relacionados à publicação de obras, à falta de espaços de circulação desses textos e ao número reduzido de leitores para essa produção.

Na tentativa de atuar positivamente sobre os entraves desse contexto, as Academias de Letras tocantinenses desempenham um papel de fundamental importância no processo de construção de uma atividade literária mais estável para o Estado, já que a essas instituições cumprem a função de revelar novos escritores, incentivar a produção de um número considerável de obras, bem como amenizar os problemas relacionados à divulgação desses textos e seus autores. Esses atributos, presentes nas academias, nos levam a perceber uma semelhança entre elas e determinadas academias setecentistas, que possuíam como propósito fundamental incentivar o trabalho literário no Brasil-colônia.

Podemos perceber ainda, no contexto de produção das Academias de Letras tocantinenses, que elas possuem, além desses propósitos, intenções de caráter político, já que muitos dos objetivos expostos em seus Estatutos estão direcionados para o desenvolvimento e aprimoramento cultural do Tocantins com o intuito de destacá-lo.

No entanto, a relação entre literatura e determinado aspecto da política do Estado, por sua vez, não está fundamentada somente nesses documentos e atas de reuniões, mas nas obras tidas como regionalistas. Com relação a esses romances, destacam-se os autores Moura Lima e Liberato Póvoa, que possuem obras nas quais é visível uma certa preocupação em criar uma literatura típica para o Estado. Desse modo, esses escritores possuem textos nos quais são explorados minuciosamente os elementos relacionados à flora e à fauna da região do Tocantins, além dos hábitos de sua população, na tentativa de projetá-lo literariamente e politicamente. As mesmas premissas estão presentes ainda em determinados poemas, nos quais também é possível

visualizar aspectos nativistas presentes no desejo de seus autores em particularizar o Estado através da configuração de elementos a ele pertencentes, como sua natureza, seus rios, suas cidades. Nesse sentido, a produção literária no Tocantins mantém relação ainda com as academias setecentistas no que diz respeito ao aspecto nativista nela presentes.

No entanto, esse universo se torna mais interessante quando percebemos que ele não se restringe apenas às produções dos escritores das Academias de Letras, mas está presente em textos de autores que não fazem parte dessas instituições, como, por exemplo, Maria da Conceição Rodrigues Bezerra, que possui um poema intitulado *Ao Tocantins*, no qual a escritora enuncia os elementos que, para ela, singularizam o Estado, que corrobora a idéia de um discurso identitário historicamente compartilhado.

O caráter nativista presente nessas academias e nos textos produzidos por seus acadêmicos, bem como nos de autores que não são integrantes de academias literárias, nos levam a observar uma semelhança entre essas obras e as que foram produzidas no século XIX. Isto porque, em ambas, há uma preocupação em fazer com que certas peculiaridades geográficas pudessem dotar as obras, nos casos dos escritores românticos, de um caráter nacional e, no caso dos autores no Tocantins, de uma identidade que permita o reconhecimento do Tocantins como um novo espaço.

Dessa forma, podemos concluir que o importante papel desempenhado pelas Academias de Letras na formação e na caracterização da atividade literária no Tocantins e as relações nelas existentes entre literatura e história, entre literatura e política tocantinense, entre literatura e vida social tornam mais interessante essa atividade no Estado que, apesar de encontrar-se tão distante dos grandes centros literários, contribui com interessantes facetas para a pluralidade de aspectos que compõem a produção cultural na contemporaneidade.

OBRAS CITADAS

ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE. *Estatuto da ACALANTO*, Araguaína, 2002.

ACADEMIA DE LETRAS DE GURUPI. *Estatuto da AGL*, Gurupi, 1999.

ACADEMIA DE LETRAS MIRIM DE ARAGUAÍNA. *Estatuto da Alma*, Araguaína 2003.

ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS. *Estatuto da ATL*, Palmas 1999.

ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS, *Regimento Interno da Academia Tocantinense de Letras*. In: Revista da Academia Tocantinense de Letras, n.1, dezembro. Palmas, 2006.

ALMEIDA, José Maurício Gomes de. *A tradição regionalista no romance*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ALMEIDA, Nelly Alves de. A terra que virou personagem. In: PÓVOA, Liberato. *Mandiga*. Goiânia: Editora Tocantins, 1998.

ARRUDA, Maria Eulerne. Massacre do Eldorado dos Carajás. In: DEBONI, Mirian Aparecida; DEUS; Roberta Orlando de. (org) *Achados poéticos: uma antologia dos poetas da ACALANTO*. Araguaína: Gráfica Santo Antônio, 2003.

ASSIS, Machado de. Instinto de nacionalidade – notícia da atual literatura brasileira. In: COUTINHO, Afrânio (org). *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL, 1980.

_____. Discurso do Sr. Machado de Assis (Presidente). In: *Academia Brasileira de Letras: discursos acadêmicos (1897-1906)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

ATA DO I CONGRESSO DA CONORTE, 1982.

BENTO, João Fellipe Borges. *Utopia incandescente*. Araguaína: Santo Antônio, 2004.

BEZERRA, Maria da Conceição Rodrigues. *Confraternidade: poesias*. Gurupi: Edições AGL, 2000.

BORGES, Humberto Crispim. *O pacificador do Norte*. Goiânia: Cerne, 1984.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BRANQUINHO FILHO, Orestes. *Tessitura dissidente*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

BRUNO, Ângelo. *Cantando a vida*. Rio de Janeiro: Litteris, 2001.

BRASIL, Assis. Regional e Estilo. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.

CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática: 1989.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993. 2 V.

_____. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanistas, 1999.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

COLETÂNEA DO I PRÊMIO SESI DE CONTOS TOCANTINENSES. SESI: Araguaína, 1994

COLETÂNEA DO II PRÊMIO SESI DE CONTOS TOCANTINENSES. SESI: Araguaína, 1995.

CASTELO, José Aderaldo. O movimento academicista. In: COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986. Vol 2

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. O discurso autonomista do Tocantins: primeiras manifestações. In: GIRALDIN, Odair. *A (trans) formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2002.

_____. *Tocantins: o movimento separatista do Norte de Goiás – 1821- 1988*. São Paulo: Anita Garibaldi; Goiânia: Editora da UCG, 1999.

CAVALIERI, Ruth Villela. *Academias de letras: sobrevivência, ludismo e ritualização*. Rio de Janeiro, 1990, 320f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Ciências Humanas, Letras e Filosofia, Puc, Rio de Janeiro, 1990.

COUTINHO, Afrânio. *A tradição afortunada: o espírito da nacionalidade na crítica brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

_____. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio: Niterói, EdUFF, 1986. V.2 e V.6

_____. *Introdução à literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CORREIA, Gil. Surrealismo Concreto. In: CAMARGOS, Mario Antônio. *Realidade patente*. Gurupi: Edições AGL, 2001.

_____. Apresentação. In: VELOSO, Eliosmar. *Anuário de poetas e escritores de Gurupi*. Gurupi: Veloso Editorações, 2004.

CUNHA FILHO, Antônio Conceição. Apresentação. In: *3 Prêmio SESI de Poesia*. Araguaína: SESI, 1995.

_____. Apresentação. In: *II Prêmio Sesi de Contos Tocantinenses*. Araguaína: SESI, 1996.

CRUZ, José Manoel Sanches da. *Os sentidos do discurso oral em Mandinga, de José Liberato Póvoa*. Brasília, 2002. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira). Instituto de Letras, Universidade Nacional de Brasília, 2002.

DELANO, Adônis. *Tão longe... Tão distante...* Gurupi: Edição da AGL, 2003.

DEUS, Maria Socorro de; SILVA, Mônica Martins da. *Histórias das festas e religiosidades em Goiás*. Goiânia: Editora Alternativa, 2003.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL – seção I, novembro, 1987.

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. Suplemento C. Brasília, 1987.

DIAS, William Palhas. Um autêntico regionalismo dos campos gerais. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.

EL FAR, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ÉLIS, Bernardo. Dossiê Bernardo Elis. *REMATE DE MALES*, Campinas: Departamento de Teoria Literária IEL/Unicamp, n.17, 1997.

FERNANDES, José Roberto. Mensagem. In: *Coletânea do 1 Prêmio de Contos Tocantinenses*. Araguaína: SESI, 1994.

_____. Mensagem. In: *2 Prêmio Sesi de Poesia*. Araguaína: SESI, 1994.

FERREIRA, Lúcio Marques de Carvalho. *Fundação do Tocantins: o sonho de um herói desbravador*. Palmas: Gráfica e editora Primavera, [s/d].

FIRMINO, Eugenio P. de Moraes. *Ensino de História, identidade e ideologia no Tocantins: a experiência do Tocantins*. Goiânia, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

GALLO, Edson. *Encontros na Praça - Poesias*. Araguaína: SESI, 2000.

- GONÇALVES, Margarida Lemos. Mensagem. In: *2 Prêmio Sesi de Poesia*. Araguaína: SESI, 1994.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. Olhar e memória. In: NOVAIS, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- GURGEL, Jauro José Stuard. *Imguinorapulis*. Araguaína: Gráfica Santo Antônio, 2003.
- JORNAL DA CONSTITUINTE, n.32, Janeiro, 1988.
- LACERDA, Regina. *A independência de Goiás*. Goiânia: Oriente, 1970.
- LEONARDOS, Stella. Repensando “Serra dos Pilões”. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.
- LIMA, Deise Dantas. *Encenações do Brasil rural em Guimarães Rosa*. Niterói: EdUFF, 2001.
- LIMA, Luiz Costa. *Pensando nos trópicos: dispersa demanda II*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- LIMA, MOURA. *Chão de carabinas – coronéis, peões e boiadas*. Gurupi: Cometa, 2002.
- _____. *Pelos sertões do Piauí*. Cadernos de Teresina, n 27, dezembro, 1997.
- _____. *Mucunã – contos e lendas do sertão*. Gurupi: Cometa, 2000.
- _____. *Negro D’água – lendas e mitos do Tocantins*. Gurupi: Cometa, 2003.
- _____. *Sargentão do Beco*. Itaberai: Sousa, 1971
- _____. *Serra dos Pilões: Jagunços e tropeiros*. Gurupi: Cometa, 2001.
- _____. *Veredão – Contos regionalistas e folclóricos*. Gurupi: Cometa, 1999.
- MARTINS, Mário Ribeiro. A construção do romance em Moura Lima. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.
- _____. *Cosmovisão da literatura de Moura Lima*. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.
- MARTINS, Zacarias. Caminhos poéticos. In: BARROS, Márcia Sousa. *Caminhos*. Gurupi: Edições AGL, 2000.
- MOURA, Clóvis. Serra dos pilões: um romance de grandeza nacional. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.

MOURA, Francisco Miguel de. *Moura Lima: do romance ao conto – travessia fecunda pelos sertões de Goiás e Tocantins*. Gurupi: Cometa, 2002.

NEVES, Isabel Dias. *Fardo florido*. Goiânia: Kelps, 1995.

_____. *Rasas raíces*. Goiânia: Cartografia, 2002.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.

OLIVEIRA, Rosy de. A invenção do Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. *A (trans)formação histórica do Tocantins*. Goiânia: UFG, 2002.

ORLANDI, Eni Pulccinelli. *O discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

PALACÍN, Luiz. *As revoluções do extremo norte de Goiás*. Mimeografado, 1987.

_____. *Goiás: 1722/1822*. Oriente, 1976.

_____. MORAES, Maria Augusta Santana de. *História de Goiás*. Goiânia, UFG, 1975.

PEIXOTO, Nelson Brissac. O olhar do estrangeiro. In: NOVAIS, Adauto (org.). *O olhar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

PRESENÇA, ano 1, n.3, 1896.

RIBEIRO, Fabrício de Almeida. *A invenção do Tocantins: memória, história e representação*. Goiânia, 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896 – 1913)*. Campinas: Editora da Unicamp, Cecult, 2003.

ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional*. São Paulo: Siciliano, 1991.

RUIZ, Nilmar Gavino. Mensagem. In: *III Prêmio SESI de Poesia*. Araguaína: SESI, 1995.

SANTOS, Carlindo Oliveira. Mensagem. In: *V Prêmio SESI de Poesia*. Araguaína: SESI, 1997.

SANTOS, Charley Ribeiro dos. In: DEBONI, Mirian Aparecida; DEUS, Roberta Orlando de. (org) *Achados poéticos: uma antologia dos poetas da ACALANTO: Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense*. Araguaína: Santo Antônio, 2003.

SANTOS, Janete; TEIXEIRA, Beliza; CHAVES, Gislaine. *Retratos paralelos*. São Paulo: Scortecci, 2004.

SANTOS, J. Ribamar Alves do. *Alma de penas*. Gurupi: Veloso Editorações, 2004.

_____. *A rosa do povo e, outros poemas*. Gurupi: Veloso Editorações, 2002.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e história*. São Paulo: Edusp, 1993.

SCHMALTZ, Yêda. Plantio de Sol: o gesto lírico e a gesta da mulher que planta. In: NEVES, Isabel Dias. *Fardo Florido*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Roberto Acízelo de Souza. (org). Rio de Janeiro: Zé Mário Editor, 2003.

SILVA, Vera Maria Tietzmann; TURCHI, Maria Zaira (org). *Antologia do conto goiano II: o conto contemporâneo*. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à historiografia da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos Goianos II: a crítica e o princípio do prazer*. Goiânia: Editora da UFG, 1995.

_____. *Estudos Goianos. A poesia em Goiás (Estudo/Antologia)*. 2 ed. Goiânia: Editora da UFG, 1983.

TELES, José Mendonça. A saga do veredão. In: OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Moura Lima: a voz pontual da alma tocantinense*. Gurupi: Cometa, 2003.

VELOSO, Eliosmar. Jornada reiniciada. In: VELOSO, Eliosmar. *Anuário de poetas e escritores de Gurupi*. Gurupi: Veloso Editorações, 2004.

VIEIRA, José dos Reis. *O amor e a vida*. Goiânia: Kelps, 2003.

_____. *Rabiscos de sentimentos*. Goiânia: kelps, 2004.

VILELA, Murilo Brandão. In: DEBONI, Mirian Aparecida Deboni; DEUS, Roberta Orlando de. (org) *Achados poéticos: uma antologia dos poetas da ACALANTO: Academia de Letras de Araguaína e Norte Tocantinense*. Araguaína: Santo Antônio, 2003.

ANTOLOGIAS DOS AUTORES TOCANTINENSES

I Prêmio SESI de Poesia: antologia poética. Araguaína: SESI, 1993.

II Prêmio SESI de Poesia: antologia poética. Araguaína: SESI, 1994.

III Prêmio SESI de Poesia: antologia poética. Araguaína: SESI, 1995.

IV Prêmio SESI de Poesia: antologia poética. Araguaína: SESI, 1996.

VI Prêmio SESI de Poesia: antologia poética. Araguaína: SESI, 1997.

2 Prêmio SESI de Poesia: antologia poética. SESI: Araguaína, 1994.

JORNAIS CONSULTADOS

A NOTÍCIA – GURUPI

COCKTAIL – GURUPI

DIÁRIO DO TOCANTINS – PALMAS

FOLHA DA CIDADE – PALMAS

FOLHA POPULAR – PALMAS

JORNAL DO TOCANTINS – PALMAS

O PROGRESSO – ARAGUAÍNA

ANEXOS

MEMBROS DA ACALANTO – ACADEMIA DE LETRAS DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE

Fundada em 21 de abril de 2002.

ACADÊMICOS	PATRONOS
José Francisco da Silva Concesso	Quinto Tonini (padre)
Jauro José Stuard Gurgel	Antonio Tomás (padre)
Ângelo Bruno	Josimo Morais Tavares (padre)
Murilo Brandão Vilela	Manoel de Sousa Lima
Claudivan Santiago Araújo	Machado de Assis
Orestes Branquinho Filho	Orides Fontela
Remígio Corraza	Dom Alano du Noday (padre)
Maria dos Anjos Carreiro de Souza	Cora coralina
Edson Carvalho de Alencar – Edson Gallo	Augusto dos Anjos
Salvador Reis da Silva	Dom Luiz Orione (padre)
Maria Uerlene Alves Arruda	Cecília Meireles
Charley Ribeiro dos santos	Monteiro Lobato
Josivaldo Oliveira de Souza	Aldenora Correia
Josué da silva luz	Guimarães Rosa
Marconi Barros	Paulo Leminsky
Josa Freitas Lopes	Raimundo Henrique Freitas
Aires José Pereira	Mário Quintana
Luiz Aparecido da Silva	Carlos Drumond de Andrade
Paula Rodrigues Zerbini	Clarisse Lispector
Anésio José Sobrinho Neto	Otto Maranhão
Almecides Pereira de Andrade	Rubem Braga
Zequinha Decolores	Patativa do Assaré
Odalea Rodrigues Assunção Melo	Castro Alves
Fábio Arnaldo	Luis Valdvogel
JJ. Leandro	Euclides da Cunha
Alexandre Gomes de Brito	Chico Xavier
José Tomáz Martins Ferreira	Zé da Luz
Orlando Santos	Rui Barbosa
Janete Silva Santos	Fernando Sabino

MEMBROS DA ATL – ACADEMIA TOCANTINENSE DE LETRAS
Fundada em 12 de dezembro de 1990.

ACADÊMICOS	PATRONOS
José Wilson Siqueira Campos	Joaquim Theotônico Segurado (desembargador e ouvidor)
José Liberato Costa Povoá	Maximiano da Mata Teixeira (desembargador e contista)
Ana Braga	José Lopes Rodrigues (professor, poeta e historiador)
Juarez Moreira Filho	Luso Matos de Barros (padre e humanista)
Darci Martins Coelho	Felício Machado Braga (magistrado e Jornalista)
Antônio Luiz Maya	Francisco Ayres (médico, escritor e político)
Jerônimo Geraldo de Queiroz	Francisco de Britto (jornalista, romancista, contista e político)
José Cardeal dos Santos	Trajano Coelho Neto (jornalista, político e orador)
Joatan Bispo de Macedo	Dom Alano Marie Du Noday (conde, bispo e orador sacro)
Múcio José Breckenfeld Lopes Fernandes	Frei Antonio de Ganges (padre e indigenista)
Ney Alves de Oliveira	Aldenora Alves Correia (professora e historiadora)
Osvado Rodrigues Póvoa	Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz (militar e político)
Mary Sônia Matos Valadares	Cônego João de Souza Lima (padre, político e orador)
Fidêncio Bogo	Frederico Nunes da Silva (médico, político e orador)
Jorge Moura Lima	Antonio José de Oliveira (orador e político)
Manuel Messias Tavares	Anna Britto Miranda (professora, historiadora e poeta)
Luis Espíndola de Carvalho	Luis Bartolomeu Marques (padre, orador, ativista-político)
Rui Cavalcante Barbosa	Dom Dominos Carrerot (frade, educador e orador)
Nícia Vieira Araújo	João Vieira Visconde

	(orador e poeta)
Cleusa Benevides Souza Bezerra	Abílio Nunes da Silva
Zacarias Gomes Martins	Jacinto Nunes da Silva (aviador, empresário, militar e político)
Margarida Lemos Gonçalves	Regina Augusta Reis (arquiteta e escritora)
Luiz de Souza Pires	Francisco C. Matos (padre e educador)
Josefa Louça da Trindade	Eulina Braga (educadora e humanista)
José Edmar Brito Miranda	José de Souza Porto (odontólogo e político)
José Santos Freire Júnior José Santos Freire Júnior	João D'Abreu (político e orador)
Eli Brasiliense +	Frei Bertrand Oléris (padre e educador)
José Sebastião Pinheiro de Souza	Quintino de Castro (médico e político)
José Gomes Sobrinho	Lysias Augusto Rodrigues (militar, aviador, escritor e poeta)
Eduardo Silva de Almeida	Frei Gil Villanova (padre, historiador e geógrafo)
Marco Anthony Steveson Villas Boas	José Vieira Couto de Magalhães (político, militar, historiador e geógrafo)
Boleslaw Daroszewski júnior	Pe. Egisto Breviglieri (padre e educador)
Orimar Bastos	Amália Hermano Teixeira (educador e orquidófila)
Isabel Dias Neves	Manoel de Sousa Lima (professor e poeta)
Otávio Barros da Silva	Oswaldo Ayres da Silva (médico e político)
Francisco Leopoldo Carvalho	Fabício César Freire (professor, jornalista e político)
Mário Ribeiro Martins	Frei José Maria Audrin (padre e orador sacro)
Voltaire Woney Aires	Aníbal Nogueira Rego (jornalista e professor)
Dourival Martins Santiago	Boaventura Ribeiro da Silva (educador, orador e humanista)
Gilberto Correia da Silva	Boaventura Cardeal dos Santos (professor, orador e humanista)

MEMBROS DA ALMA - ACADEMIA MIRIM DE ARAGUAÍNA E NORTE TOCANTINENSE.

Fundada em 31 de março de 2003.

ACADÊMICOS	PATRONOS
Lennon Júnior Coelho Costa	Carlos Drumond de Andrade
Ana Carolina Pinheiro	Luis Fernando Veríssimo
Paola Corrêa D'Albuquerque Castro	Vinicius de Moraes
Gabiela Quadra Vieira dos Santos	Ruth Rocha
Paula Rithielly Assunção	Cora Coralina
Thays Lorrani Assunção Melo	Pedro Bandeira
Enézio Feitosa da Silva Filho	Sidney Sheldon
Luana Silva Reis	Walcy Carrasco
Wallison Mesquita de Souza	Elias José
Ramon Souza Carneiro	Marcos Rey
Daniela Coelho Costa	Ana Maria Machado
Weidosn Mesquita de Sousa	Ziraldo
Eldo Pereira de Sousa	Thomas Brezina
Jusciana Vieira do Nascimento	José de Alencar
Leila Vieira do Nascimento	Cecília Meireles
Carolina Partata Bitencourt	Maurício de Souza
Rayssa Maia Câmara	José Francisco S. Concesso
Ingyth Maia Costa da Silva	Monteiro Lobato

MEMBROS DA AGL – ACADEMIA GURUPIENSE DE LETRAS

Fundada em 30 de novembro de 1999

ACADÊMICOS
Zacarias Gomes Martins
Eliosmar Veloso
Paulo Henrique Costa Mattos
Deusderes Alves Acácio
J. Ribamar dos Santos
Gil Correia
João Neves
José Carlos Ribeiro da Silva
Lena Sodré
Mário Antônio Silva Camargos
João Gomes da Silva
Ednéa Rezende
Ana Márcia Barros
Wita Maria da Luz Souza

Conceição Rodrigues
Neto Amorim
Maria de Jesus Souza Lima
Joilson de Castro
José Maciel de Brito
Adônis Delano

Pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal Fluminense.

Acadêmica e professora Mirian Deboni

mdeboni76@bol.com.br

Rua Bela Vista, 673 – Bairro São João - Araguaína - 77807-040

- 1) Há quanto tempo vive no Tocantins? E há quanto tempo é membro da academia?
 - 2) Dados pessoais:
Nome completo: _____
Idade: _____
Escolaridade: _____
Profissão: _____
Naturalidade: _____
Endereço: _____
 - 3) Que tipo de obra escreve (poema, conto, romance)?
 - 4) Desde quando começou a escrever?
 - 5) Inspira-se em alguém ou em alguma coisa para escrever?
 - 6) Para você o que é literatura?
 - 7) Para você o que é academia?
 - 8) Para você, qual a importância que a academia possui em sua cidade?
 - 9) Qual o papel das academias hoje?
 - 11) Que espaço a academia ocupa em sua vida? O que ela representa para você?
 - 12) Você acha que a literatura tem uma função na sociedade? Qual?
 - 13) Que motivações o levaram a entrar para a academia? Como foi o processo da sua entrada?
 - 14) Para você o que significa ser um membro da academia?
 - 15) Você se sente da “elite intelectual” de sua cidade?
-

16) Tem livros publicados (gráfica ou editora)? Quais e em quais gráficas ou em editoras? Qual a tiragem?(descrever colocando o nome da obra, a gráfica ou editora na qual o livro foi editado, a cidade e o ano da publicação)

17) Qual a relação que você vê entre a literatura produzida no Tocantins e no Estado de Goiás?

18) Descreva, de seu ponto de vista, quais são os autores principais do estado do Tocantins?

19) Na sua opinião, que tipo de pessoas a academia deve admitir em seus quadros?

20)Quais são os temas mais recorrentes em seus poemas?

ENTREVISTA COM BELINHA – ACADEMIA TOCANTINSE DE LETRAS

Pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal Fluminense.

Acadêmica e professora Mirian Deboni

mdeboni76@bol.com.br

Rua Bela Vista, 673 – Bairro São João - Araguaína - 77807-040

1)Quando foi fundada a Academia Tocantinense de Letras? Qual foi o intuito de sua criação?

2)Houve algum tipo de seleção para a formação dos primeiros membros da academia? Como foi feita essa seleção?

3)Hoje, como é feita essa seleção?

4)Quais as atividades culturais (simpósios , mesas redondas, congressos etc) desenvolvidas pela academia?

5)Quais as atividades desenvolvidas pela academia junto à comunidade?

6)Com que frequência ocorre as reuniões na academia(há um calendário permanente ou são feitas de forma aleatórias)? São geralmente em quais dias da semana? E como vem sendo a frequência dos acadêmicos a estas reuniões?

7)Quais são os assuntos abordados nessas reuniões (burocráticos, literários, etc)?

8)Qual a relação da academia com a cidade de Palmas e com o restante do Estado, já que se trata de uma academia de âmbito estadual?

9)Qual a função da academia nos dias de hoje?

10)Em relação à publicação dos livros de seus acadêmicos, a academia financia, ou já financiou, algumas dessas publicações?

- 11) Na maioria das vezes, como é feita a publicação dos livros pelos acadêmicos? São os próprios acadêmicos que financiam sua publicação ou recebem algum incentivo do estado ou de algum órgão privado?
- 12) Como a academia se mantém financeiramente? Há algum incentivo do estado nesse sentido, ou de algum órgão privado?
- 13) Qual a relação entre a academia e o Estado? E com a prefeitura de Palmas?
- 14) Qual a função da academia na promoção e divulgação cultural e literária do Estado?
- 15) Como você explicaria a grande quantidade de membros que há na ATL ligados ao campo do direito, como advogados, desembargadores, juízes? Há alguma razão em especial para este fato?
- 16) Como você explica o interesse desses bacharéis em relação ao trabalho acadêmico e literário?
- 17) A academia possui alguma publicação coletiva (coletânea, antologia)?
- 18) Na sua opinião quem são os leitores das obras publicadas pelos escritores que compõem as academias do Tocantins?
- 19) Como você analisa a questão da falta de editoras no Estado, que por sua vez acarreta uma maior dificuldade e altos custos para os escritores que muitas vezes precisam recorrer as editoras que se encontram em outros estados?
- 20) Faça uma relação das obras publicadas pelos acadêmicos da ATL.
- 21) Qual a forma mais comum dos acadêmicos da ATL publicarem sua obra (editoras, gráficas, etc)?
- 22) Como você explicaria o desejo das pessoas em se candidatarem a uma cadeira da Academia? A procura tem sido muito grande?
- 23) Como você analisa o contexto literário no Estado antes e depois da formação das academias no Tocantins? Você acha que esse cenário modificou-se e como? Como as academias contribuíram para a modificação ou não do cenário literário no Tocantins?
- 24) No seu ponto de vista, qual o maior empecilho para que um escritor do Tocantins veja sua obra publicada?
- 25) Todos os membros da academia possuem obras publicadas (literárias ou não)?
- 26) A academia possui algum órgão oficial que publique informações sobre suas tarefas, obras, acadêmicos, enfim assuntos relacionados as suas de uma forma geral?

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA ACALANTO – Prof. José Francisco da Silva Concesso.

Pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal Fluminense.

Acadêmica e professora Mirian Deboni

mdeboni76@bol.com.br

Rua Bela Vista, 673 – Bairro São João - Araguaína - 77807-040

Fone: 8114-4240

1) Quando foi fundada a ACALANTO? Qual a história de sua fundação? Qual foi o intuito de sua criação?

2) Houve algum tipo de seleção para a formação dos primeiros membros da academia? Como foi feita essa seleção?

3) Hoje, como é feita essa seleção?

4) Quais as atividades culturais (simpósios, mesas redondas, congressos etc) desenvolvidas pela academia?

5) Quais as atividades desenvolvidas pela academia junto à comunidade?

6) Com que frequência ocorre as reuniões na academia (há um calendário permanente ou são feitas de forma aleatórias)? São geralmente em quais dias da semana? E como vem sendo a frequência dos acadêmicos a estas reuniões?

7) Quais são os assuntos abordados nessas reuniões (burocráticos, literários, etc)?

8) Qual a relação da academia com o Estado?

9) Qual a função da academia nos dias de hoje?

10) Em relação à publicação dos livros de seus acadêmicos, a academia financia, ou já financiou, algumas dessas publicações?

11) Na maioria das vezes, como é feita a publicação dos livros pelos acadêmicos? São os próprios acadêmicos que financiam sua publicação ou recebem algum incentivo do estado ou de algum órgão privado?

12) Como a academia se mantém financeiramente? Há algum incentivo do estado nesse sentido, ou de algum órgão privado?

13) Qual a relação entre a academia e o Estado? E com a prefeitura de Araguaína?

- 14)Qual a função da academia na promoção e divulgação cultural e literária do Estado?
- 15)Como você explicaria o desejo das pessoas em se candidatarem a uma cadeira da Academia? A procura tem sido muito grande?
- 16)A academia possui alguma publicação coletiva (coletânea, antologia)?
- 17)Na sua opinião quem são os leitores das obras publicadas pelos escritores que compõem as academias do Tocantins?
- 18)Como você analisa a questão da falta de editoras no Estado, que por sua vez acarreta uma maior dificuldade e altos custos para os escritores que muitas vezes precisam recorrer as editoras que se encontram em outros estados?
- 19)No seu ponto de vista, qual o maior empecilho para que um escritor do Tocantins veja sua obra publicada?
- 20) Faça uma relação da obras publicadas pelos acadêmicos da ACALANTO.
- 21)Todos os membros da academia possuem obras publicadas (literárias ou não)?
- 22)Qual a forma mais comum dos acadêmicos da ACALANTO publicarem suas obras (editoras, gráficas, etc)
- 23) Para o senhor qual a função dos jornais na divulgação da produção literária do Tocantins?
- 24)Quais os jornais existentes no estado que possuem um espaço com informações literárias referentes às academias, seus acadêmicos e a literatura produzida no Tocantins como um todo?
- 25) A academia possui algum órgão oficial que publique informações sobre suas tarefas, obras , acadêmicos, enfim assuntos relacionados as suas de uma forma geral?
- 26) Como você analisa o contexto literário no Estado antes e depois da formação das academias? Você acha que esse cenário modificou-se e como? Como as academias contribuíram para a modificação ou não do cenário literário no Tocantins?

ENTREVISTA COM O VICE-PRESIDENTE ZACARAIS MARTINS
Pesquisa de doutorado desenvolvida na Universidade Federal Fluminense.
Acadêmica e professora Mirian Deboni
mdeboni76@bol.com.br
Rua Bela Vista, 673 – Bairro São João - Araguaína - 77807-040

- 1)Quando foi fundada a Academia Gurupiense de Letras?Qual a história de sua fundação? Qual foi o intuito de sua criação?

- 2) Houve algum tipo de seleção para a formação dos primeiros membros da academia? Como foi feita essa seleção?
- 3) Hoje, como é feita essa seleção?
- 4) Quais as atividades culturais (simpósios, mesas redondas, congressos etc) desenvolvidas pela academia?
- 5) Quais as atividades desenvolvidas pela academia junto à comunidade?
- 6) Com que frequência ocorre as reuniões na academia (há um calendário permanente ou são feitas de forma aleatórias)? São geralmente em quais dias da semana? E como vem sendo a frequência dos acadêmicos a estas reuniões?
- 7) Quais são os assuntos abordados nessas reuniões (burocráticos, literários, etc)?
- 8) Qual a relação da academia com o Estado?
- 9) Qual a função da academia nos dias de hoje?
- 10) Em relação à publicação dos livros de seus acadêmicos, a academia financia, ou já financiou, algumas dessas publicações?
- 11) Na maioria das vezes, como é feita a publicação dos livros pelos acadêmicos? São os próprios acadêmicos que financiam sua publicação ou recebem algum incentivo do estado ou de algum órgão privado?
- 12) Como a academia se mantém financeiramente? Há algum incentivo do estado nesse sentido, ou de algum órgão privado?
- 13) Qual a relação entre a academia e o Estado? E com a prefeitura de Gurupi?
- 14) Qual a função da academia na promoção e divulgação cultural e literária do Estado?
- 15) Como você explicaria o desejo das pessoas em se candidatarem a uma cadeira da Academia? A procura tem sido muito grande?
- 16) A academia possui alguma publicação coletiva (coletânea, antologia)?
- 17) Na sua opinião, quem são os leitores das obras publicadas pelos escritores que compõem as academias do Tocantins?
- 18) Como você analisa a questão da falta de editoras no Estado, que por sua vez acarreta uma maior dificuldade e altos custos para os escritores que muitas vezes precisam recorrer as editoras que se encontram em outros estados?

- 19) No seu ponto de vista, qual o maior empecilho para que um escritor do Tocantins veja sua obra publicada?
- 20) A AGL possui uma editora, a “As edições AGL”, como ela surgiu? Como funciona essa instituição? Quem a patrocina? O que os poetas devem fazer para ter sua obra por ela publicada?
- 21) A AGL tem sede própria?
- 22) Faça uma relação das obras publicadas pelos acadêmicos da AGL.
- 23) Todos os membros da academia possuem obras publicadas (literárias ou não)?
- 24) Qual a forma mais comum dos acadêmicos da AGL publicarem suas obras (editoras, gráficas, etc)?
- 25) Como funciona o jornal pelo senhor produzido? Por quem ele é financiado?
- 26) Quais os assuntos discutidos nesse jornal? No que toca ao assunto literário, quais são as manchetes que se busca publicar?
- 27) Para o senhor qual a função deste jornal, e de outros, na divulgação da produção literária do Tocantins?
- 28) Qual a relação entre o jornal e a AGL?
- 29) Como é feita a distribuição deste jornal? Como posso ter acesso a todos os seus números?
- 30) Quais outros jornais existentes no estado que possuem um espaço com informações literárias referentes às academias, seus acadêmicos e a literatura produzida no Tocantins como um todo?
- 31) A academia possui algum órgão oficial que publique informações sobre suas tarefas, obras, acadêmicos, enfim assuntos relacionados às suas de uma forma geral?
- 32) Como você analisa o contexto literário no Estado antes e depois da formação das academias? Você acha que esse cenário modificou-se e como? Como as academias contribuíram para a modificação ou não do cenário literário no Tocantins?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)